

A Defesa Nacional

N.º 636

MAR/ABR 1971

Neste número:

- O Planejamento Administrativo, a Programação e a Orçamentação — Alguns Aspectos Sob o Ângulo Conceptual
- O Apoio Administrativo na FEB
- A Autoridade do Sargento
- A Liberalização na Tcheco-Eslováquia e a Opressão Soviética
- O Ensino Militar Versus a Formação do Comandante
- O Exército e a Educação
- Bagé e o Legendário Lanchão Farroupilha "Seival"
- O Novo Exército Alemão
- Estratégia Nacional e o Exército Americano na Década de 70
- Grandeza e Servidão dos Regimentos de Carros

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO
569

Rio de Janeiro, GB — Mar/Abr 1971

Número
636

SUMÁRIO

	Págs.
O PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO, A PROGRAMAÇÃO E A ORÇAMENTAÇÃO — ALGUNS ASPECTOS SOB O ÂNGULO CONCEPTUAL — Gen Div Gastão Guimarães de Almeida	3
A CONQUISTA DA POPULAÇÃO E O DOMÍNIO COLONIAL HOLANDÊS — Maj Eng QEMA Jorge Feijó	17
O APOIO ADMINISTRATIVO NA FEB — Maj Art QEMA Durval de Mattos Santos	23
VINTE E SETE DE NOVEMBRO DE 1970 — Gen Div Alvaro Cardoso	47
A ESSENCIA DA AUTORIDADE PROFISSIONAL MILITAR — Ten Cel Inf QEMA João Manoel Simch Brochado	53
ESTRATÉGIA OPERACIONAL — Ten Cel Art JEMA Ney Eichler Cardoso ..	59
A AUTORIDADE DO SARGENTO — Gen Ex Augusto Cezar de Castro Moniz de Aragão	81
A LIBERALIZAÇÃO NA TCHECO-ESLOVAQUIA E A OPRESSÃO SOVIÉTICA — Cap Inf Carlos Eduardo Jansen	83
O ENSINO MILITAR VERSUS A FORMAÇÃO DO COMANDANTE — Cel Art QEMA Sylvio Octavio do Espírito Santo	95
O EXÉRCITO E A EDUCAÇÃO — Cel Prof. José Aurélio Saraiva Câmara	99

INFORMAÇÕES

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO 1.º BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO — SUA DESTINAÇÃO — Maj Inf QEMA José Antônio Marques Braga	113
BAGE E O LEGENDÁRIO LANCHÃO FARROUPILHA "SEIVAL" — Maj Eng QEMA Cláudio Moreira Bento	119
O NOVO EXÉRCITO ALEMÃO — Ten Cel Eng QEMA Mário Manoel Schlemm Ramos	123
ESTRATÉGIA NACIONAL E O EXÉRCITO AMERICANO NA DÉCADA DE 70 — Gen Bda Clarke T. Baldwin Jr. do Exército dos E. U. A.	133
SANTIAGO — EXCELENTE GUARNIÇÃO — Ten Cel Art José Luiz de Mello Campos	145
GRANDEZA E SERVIDÃO DOS REGIMENTOS DE CARROS — Maj Cav Paulo Eduardo	151
NOSSOS LEITORES PERGUNTAM	159
HOMENAGEM — Ten Cel Ref João Capistrano Martins Ribeiro	167
● PARQUE HISTÓRICO NACIONAL DOS GUABARAPES — Maj E I Armt Amando da Costa Moraes	169

O PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO, A PROGRAMAÇÃO E A ORÇAMENTAÇÃO

ALGUNS ASPECTOS SOB O ÂNGULO CONCEPTUAL

(Aula inaugural proferida pelo Gen Div Gastão Gutmarães de Almeida, no CEP, como abertura do "Estágio de Treinamento para Elaboração do Orçamento-Programa do Ministério do Exército").

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO

2. A orçamentação como instrumento para racionalizar o emprego de recursos disponíveis na consecução de metas e objetivos preestabelecidos.

3. DOS PRINCIPIOS GERAIS

3.1. Consideração básica — A escassez de recursos em face da demanda quanto ao desejável e necessário.

3.2. Exame de possíveis modalidades para sistematizar uma elaboração orçamentária.

3.3. A predominância da análise orçamentária em termos quantitativos relativos sobre justificativas com argumentos qualitativos tomados em termos absolutos.

4. CONCLUSÃO

1. Introdução

Por dever de ofício, pois, presentemente exerço as funções de 1.º Subchefe do Estado-Maior do Exército, a quem estão afetas as atividades desse Alto Órgão relacionadas com o Planejamento Administrativo, a Programação e a Orçamentação do Ministério do Exército, cabe-me fazer a abertura do estágio destinado a proporcionar um certo grau de treinamento aos oficiais que participam da elaboração orçamentária ao nível, principalmente, dos Departamentos e das Diretorias.

Entretanto, quero assinalar que para mim constitui um prazer trazer minha contribuição pessoal aos esforços dos camaradas que participam das atividades de orçamentação ao nível dos Departamentos e das Diretorias, esforços esses que visam a melhor se capacitarem para o exercício de tão importantes funções, com profundos reflexos na eficiência de nosso Exército.

Como os senhores bem sabem, num sistema de orçamentação, no ângulo institucional, há os que estão investidos da função decisória, seja para a fixação de objetivos, seja para o estabelecimento de prioridades, seja para optar entre várias linhas de ação alternativas e a conseqüente distribuição de recursos financeiros disponíveis. Há, também, os que têm a seu cargo o preparo dos elementos necessários aos que devem tomar as mencionadas decisões, e formalizar tais decisões em documentos específicos.

Aqui neste auditório estão presentes os mencionados na última categoria. No fundo, são os analistas do sistema de orçamentação.

O estágio que ora se inicia incidirá, fundamentalmente, nas técnicas processualísticas inerentes a um sistema de orçamentação que estamos procurando implantar desde há alguns anos. Entretanto, um integrante do mencionado sistema, ao nível em que os senhores operam, para bem cumprir as suas atribuições deve estar imbuído dos preceitos que configuram o grande quadro conceptual em que se situa a área de sua especialidade.

Deve êle bem conhecer as razões e os princípios que fundamentam o sistema de orçamentação. Esta é a condição *sine qua non* para garantir a existência de analistas de alto padrão de eficiência, e não meros somadores de números e cifras, com base em preconceitos e opiniões meramente pessoais. Deve, pois, conhecer as idéias-fôrça que regem o sistema.

Com êsse propósito, no tempo que me está reservado, vou abordar algumas questões de ordem geral, sem a preocupação de esquematizar procedimentos, ou de empregar linguagem com seu rigor técnico. Vou relembrar, junto com os senhores, as idéias fundamentais que inspiram, norteiam e condicionam a sistemática vinculada à distribuição de recursos financeiros ao nível da administração federal, mais sob o prisma conceptual, do que sob os ângulos institucionais e operativos — tudo visando a melhor habilitá-los a empregar as técnicas processualísticas que serão objeto do presente estágio.

Anotem bem, são idéias gerais e fundamentais. Destinam-se mais a nutrir a imaginação dos senhores, do que proporcionar elementos dogmáticos ou receitas de procedimentos. Isto porque, temos consciência de que o relevante na preparação dos quadros participantes da elaboração orçamentária, ao longo da estrutura de todo o sistema, reside na atitude e no comportamento daqueles

participantes em face da questão. Há cerca de três ou quatro anos estamos procurando fazer uma mudança de fundo na sistemática da elaboração orçamentária, e não de forma. Para efetivar, em termos de execução, tal mudança, não se trata de verbalizar novas técnicas, mas, sim, em alterar profundamente o nosso comportamento diante do problema. E isto é uma questão eminentemente individual, partindo de dentro para fora, no ente psicológico de cada um. E a energia motora, para operar a mencionada mudança, deriva, em grande parte, da compreensão e da meditação sobre as idéias que presidem a almejada mudança de atitude e de comportamento.

De início, é preciso que se diga que a sistemática de ordenação de emprêgo de recursos financeiros não poderia fugir à influência dos sucessivos estágios que a sociedade humana vem percorrendo, desde os primeiros momentos de sua organização grupal, até os dias de hoje, que se caracterizam por uma crescente complexificação e intensificação de aspirações, funções e atividades.

Nos primórdios da sociedade humana predominou o chamado *pensamento da descoberta ocasional*. O homem não conduzia pragmaticamente o esforço de sua inteligência para ordenar suas atividades. Vivia o dia a dia. O acaso predominava em suas descobertas. Depois relacionava a descoberta às necessidades do grupo. Assim, por exemplo, a descoberta da influência dos ciclos lunares sobre a agricultura.

Posteriormente, a comunidade social passou a exigir de seus integrantes o pensamento da invenção deliberada. A inteligência se orientava em busca de um determinado objetivo, quase sempre imediato, sem perceber, ou se interessar, pela interação existente entre os fenômenos de qualquer natureza — físicos, sociais ou econômicos. Havia a previsão, mas dificilmente a organização. Era uma atitude eminentemente individual diante de uma questão.

Finalmente, o estágio em que estamos atravessando, a sociedade humana para sobreviver, de forma ordenada, em face da tremenda complexidade em que está envolvida, levou os homens a desenvolver o denominado *pensamento planejador* em que, por antecipação e deliberadamente, não só visualiza as metas e objetivos a serem alcançados, mas também a interação existente entre metas e objetivos de natureza diversa, tudo objetivando a ordenar os esforços coletivos, como um todo, para alcançar aqueles fins, nas melhores condições possíveis, dentro das disponibilidades de recursos de toda a ordem — recursos esses que passaram a ser escassos em relação das demandas da sociedade em expansão, em que vivemos.

Enquanto nos dois primeiros estágios, a sociedade humana não sentia necessidade de conduzir o curso dos acontecimentos por antecipação, no terceiro estágio, o que hoje vivemos, há uma indiscutível e indispensável preocupação em determinar, *a priori*, os rumos a

tomar e, em consequência, se organizar deliberadamente e com grande antecedência para seguir tais rumos, pois o vulto de empreendimentos e a complexidade estrutural da sociedade, distanciou, no tempo, o momento da tomada de uma decisão e a constatação dos efeitos daquela decisão. Hoje há um período relativamente longo consumido no planejamento, na programação e na implantação das medidas decorrentes de uma decisão tomada em alto nível.

É neste quadro que se inserem as raízes da evolução do sistema de orçamentação nos últimos decênios.

2. A orçamentação como instrumento para racionalizar o emprego de recursos disponíveis na consecução de metas e objetivos preestabelecidos.

Genéricamente, pode-se dizer que o orçamento é a expressão total de como recursos limitados serão distribuídos — em termos de validade para determinado período, normalmente um ano — para atender, de forma racional, solicitações competitivas.

Empregamos aqui o termo "racional". Mas, o que se deve entender por "racionalidade"?

A questão em definir-se o que é racional e o que não o é, e de se afirmar se as opções baseadas em critérios ditos racionais são melhores, do que as feitas à base do sentimento intuitivo, envolve uma discussão que foge ao escopo desta exposição. Entretanto, é fora de dúvida que no domínio em estudo, a ação racional, via de regra, resultará da combinação de apreciações relacionadas com fins a serem alcançados e a relativas a valores elegidos como parâmetros.

Neste momento, o que importa é assinalar que a nova sistemática de planejamento administrativo, programação e orçamentação busca, essencialmente, proporcionar métodos e técnicas que permitam, entre outros aspectos, tornar mais claros os elementos que explicita ou implicitamente entram no julgamento dos que estão investidos de autoridade para tomar decisões que envolvem a reparição, distribuição e aplicação de recursos financeiros, bem como, fazê-los tomar uma consciência nítida e profunda das condições e das consequências das opções que venham a fazer neste domínio.

A orçamentação sempre foi concebida como um processo destinado a relacionar, de forma sistematizada, os dispêndios de recursos financeiros com a consecução de determinados objetivos.

A orçamentação implica, e sempre implicou, em planejamento e controle. Entretanto, outrora esta concepção integral não estava explicitamente refletida nos sistemas de orçamentação então vigentes, e, no passado, era dada maior ênfase à *orçamentação em si*

e ao controle dos gastos, em relação ao planejamento da aplicação dos recursos financeiros envolvidos. Hoje, é dada ênfase aos três aspectos da questão, que a rigor são indivisíveis, mas que, para fins analíticos, são considerados de maneira distinta.

O planejamento está mais estreitamente ligado aos preliminares da preparação do orçamento em si, mas seria um erro desvinculá-lo da orçamentação e do controle. No fundo, e a rigor, envolve a determinação dos objetivos, a avaliação das linhas de ação alternativas para a consecução daqueles objetivos e a seleção de uma delas.

Já a programação diz respeito mais diretamente à tradução, do objetivo a alcançar, em termos de projetos e atividades específicas, devidamente dimensionados qualitativa e quantitativamente, bem como a designação dos órgãos encarregados de executar os programas aprovados e a obtenção formal dos recursos já previstos.

Como é do conhecimento dos senhores, tradicionalmente a orçamentação definia o seu propósito em termos de identificar a base existente (o que existe) e propor como prosseguir — “*Eis onde estamos; para onde deveremos ir, partindo daqui?*”, eram as questões fundamentais a serem respondidas. Já no quadro da atual concepção, o propósito é definido em termos de objetivos a alcançar e de projetos orçamentários a executar para atingir aqueles objetivos “*Para onde queremos ir? Que devemos fazer para chegar lá?*” Notem bem, como são formuladas as questões fundamentais.

Assim, sob as circunstâncias tradicionais o ambiente da escolha é essencialmente por incremento, enquanto que na nova sistemática é teleológico, isto é, tudo condiciona-se a um fim a alcançar.

Evidentemente, estas formas diferentes de encarar a questão, leva a diferentes desfechos orçamentários. Vamos caracterizá-los. O sistema de orçamentação que aceita a base de partida existente, como fato predominante, e examina apenas o incremento a realizar no ano considerado, com os recursos disponíveis — produzirá, forçosamente, decisões destinadas, a rigor, a transferir para o futuro mediato um “status” presente, com pequenas variações.

Já o processo de orçamentação que se inicia com o estabelecimento, *a priori*, de objetivos a serem alcançados, requer que a situação de base existente seja alterada, para se adequar aos propósitos a serem alcançados. Assim, as decisões serão mais radicais do que as tomadas sob as condições ditas “incrementais”.

Ademais, as condições teleológicas e de incremento de escolha quanto à orçamentação, leva, ainda, a uma outra distinção.

Na orçamentação empreendida partindo-se do que existe, o fluxo das informações e das decisões é de baixo para cima e a orça-

mentação é estruturada por agregação de pedidos, que são transmitidos sucessivamente através dos diversos níveis orçamentários investidos de livre poder decisório dos diversos níveis orçamentários até o ápice do sistema; a totalidade dos pedidos passa a constituir o denominado "orçamento geral".

Já o sistema que estamos procurando implantar, inverte aquêle fluxo informativo e decisório. Antes de ser expedido o pedido de estimativa orçamentária, o órgão central de mais alto nível formula a política que orientará, condicionará e limitará as estimativas a serem preparadas pelos escalões inferiores. Assim, o processo possui um fluxo inicial normativo de cima para baixo, que provoca propostas em sentido contrário, já influenciadas pela política norteadora, propostas orçamentárias essas que serão objeto de decisões, em nível superior, tomadas em face das finalidades a atingir.

3. Dos Princípios Gerais

3.1. *Consideração Básica — A Escassez de Recursos em face da Demanda Quanto ao Desejável e Necessário*

No fundo, a orçamentação é essencialmente uma forma de economia aplicada, uma vez que implica na distribuição de recursos escassos entre demandas competitivas, que globalizadas excedem, de muito, às disponibilidades financeiras de um dado período.

Há, pois, princípios gerais da teoria econômica que se aplicam à construção de uma possível teoria de orçamentação.

No prosseguimento da presente exposição, de início, vamos examinar as possíveis modalidades para sistematizar, no quadro conceptual e não institucional, uma elaboração orçamentária em face da consideração básica enunciada, qual seja a escassez de recursos diante das demandas.

Posteriormente, focalizaremos a utilização da análise orçamentária como um instrumento de trabalho peculiar aos integrantes de um sistema de orçamentação. Neste quadro, procuraremos pôr em evidência os indiscutíveis méritos da análise quantitativa em termos relativos, sobre justificativas elaboradas à base de argumentos qualitativos, enunciados em termos absolutos.

3.2. *Exame das Possíveis Modalidades para Sistematizar uma Elaboração Orçamentária, em Face da Consideração Básica.*

Partindo-se do fato básico e predominante no domínio das atividades em discussão, qual seja a escassez de recursos em face da demanda quanto ao desejável e necessário, examinaremos, sob o

ângulo conceptual, as possíveis modalidades, ou técnicas, para ordenar a elaboração orçamentária, modalidades que não se excluem, antes pelo contrário, podem estar presentes de forma combinada.

Entre outras, há que se fazer referência às seguintes:

- (1) A orçamentação aberta.
- (2) A orçamentação com base em tetos prefixados.
- (3) A mensuração da carga de trabalho e dos custos por unidade.
- (4) A análise das variações quantitativas — aumento ou diminuição — em relação ao orçamento anterior em execução.
- (5) A listagem de prioridades.
- (6) O controle de item por item.
- (7) O enunciado de áreas a atingir, e nestas, a fixação de objetivos a alcançar — final e intermediários sucessivos.

3.2.1. A Orçamentação Aberta

A sistemática de elaboração orçamentária em vigor no Ministério do Exército, permite, para determinadas áreas (organizações militares celulares) que os subordinados apresentem uma estimativa orçamentária singular, implicando em um volume de dinheiro que o subordinado resolve propor com base nas necessidades levantadas a seu critério. Essa estimativa orçamentária singular representa, a rigor, o julgamento, de determinado escalão de comando — justamente aquele que se encontra face às realidades do dia a dia — quanto ao programa ótimo para a unidade ou organização sob comando ou direção, temperado, quando muito, por seu próprio julgamento sobre o que possa ser melhor, no quadro de conjunto da política econômico-financeira do Exército.

Nenhuma restrição lhe é feita; não há limite ao volume de dinheiro que ele pode solicitar.

É conhecida a filosofia do executante neste tipo de orçamentação; sabendo que está sujeito a "cortes" pelos sucessivos escalões coordenadores e revisores, pede duzentos, para ter a certeza de ganhar cem. Mas mesmo assim, quem sabe pedir, ganha mais do que aquele que foi judicioso em sua estimativa, *caso os órgãos de coordenação e de orçamentação, deixem de analisar, em bloco, todas as propostas, à luz de critérios estabelecidos para homogeneizar os pedidos em face de uma política comum.*

Esta é uma técnica que encerra, sem dúvida, certas vantagens, mas que pode ser deficiente caso seus aspectos negativos não sejam corrigidos no curso do processamento global das estimativas orçamentárias singulares.

3.2.2. *A Orçamentação com Base em Tetos Prefixados. Seu Confronto com a Orçamentação Aberta.*

Se considerarmos o procedimento da orçamentação aberta como um extremo, a denominada orçamentação com base em tetos prefixados representa o pólo oposto.

Nessa técnica é estabelecido, *a priori*, um teto que não pode ser ultrapassado pela estimativa orçamentária do subordinado. Esse procedimento, sem dúvida, encerra maiores méritos, em relação ao que se chamou de orçamentação aberta. Entretanto, enquanto nesta última é fácil ao nível superior, de coordenação, de revisão ou de consolidação, adicionar itens que venha a julgar convenientes ou, a deslocar a questão para o nível seguinte de revisão, caso o custo total dos itens desejáveis venha a exceder a uma cifra aceitável, a técnica da fixação *a priori*, de tetos, pode envolver o perigo de se julgar um caso, antes que a evidência seja percebida.

Vamos esclarecer melhor esse ponto da questão.

A razão básica de se solicitar estimativas orçamentárias aos subordinados reside, essencialmente, no fato de que os níveis superiores do sistema, em regra, não dispõem de informações pormenorizadas em grau suficiente, bem como de tempo, para preparar, eles mesmos, os planos e programas das unidades celulares consideradas.

Ao se estabelecer os tetos, *a priori*, como se pode estar seguro de que o teto para uma determinada função ou atividade não é demasiadamente elevado e o fixado para outra não é demasiadamente baixo?

Eis as questões a ter presentes quando se lança mão da modalidade em discussão para sistematizar a elaboração orçamentária.

3.2.3. *A Mensuração da Carga de Trabalho e dos Custos por Unidade.*

Recentemente vem sendo dada ênfase crescente a uma técnica para fins orçamentários que envolve a mensuração da carga de trabalho e custo por unidade.

O fim último desse processo é imaginar unidades de trabalho e determinar sempre que possível os respectivos custos unitários, de modo que o pedido orçamentário possa ser enunciado da seguinte maneira: "Custa X cruzeiros para produzir cada unidade desse tipo de trabalho, se desejarmos produzir 100 unidades o custo será X vezes 100".

Esta forma de abordagem é útil em muitas situações. Entretanto, requer mensurações *quantitativas precisas*, por isso, muitas questões

não podem ser solucionadas pela técnica em aprêço. Sua utilização requer uma aprimorada organização administrativa. Por outro lado, se reveste de aspectos discutíveis, pois indica quais os custos unitários e não quais deveriam ser; mesmo que proporcione uma indicação sobre a qualidade do trabalho produzido, deixa sem resposta a questão relativa aos padrões de qualidades adequados.

3.2.4. *Análise das Variações Quantitativas — Aumento ou Diminuição — em Relação ao Orçamento Anterior em Execução*

Uma modalidade muito comum de orçamentação consiste em solicitar nas estimativas orçamentárias a identificação de itens ou atividades que impliquem num aumento ou numa diminuição em dispêndios, em relação ao orçamento anterior, para os mesmos itens e atividades, devendo ser assinalada essa variação, para mais ou para menos.

Na modalidade em pauta, os revisores das estimativas de orçamento são freqüentemente levados a concentrar sua atenção sobre os acréscimos, em relação ao orçamento do ano anterior, feitos em itens ou atividades da mesma natureza — por exemplo, despesas com diárias — dando pouca atenção ao volume de dinheiro solicitado para a categoria considerada, isto é, não entram no mérito em si da questão; apenas, se preocupam em constatar se houve ou não aumento de dispêndio, em relação ao orçamento do ano anterior, e caso positivo, qual o valor dessa variação.

Esse procedimento é inadequado, pois que o dispêndio que fôra apropriado no ano anterior pode não ser necessariamente correto para o ano seguinte; os fatores em presença podem ter evoluído. Entretanto, forçoso é reconhecer que a massa de trabalho envolvida na revisão orçamentária, exclui a possibilidade do exame de todos os pormenores em cada ano. Mesmo que fôsse possível, não é necessário, desde que as condições permaneçam inalteradas de um ano para outro. Daí a necessidade de se estar atento de ocorrência de mudança, no quadro vigorante no ano anterior, que venha a exigir o exame do mérito da questão em si e não apenas o valor da variação.

3.2.5. *Listagem de Prioridades*

Em alguns casos, é solicitado aos subordinados que indiquem a prioridade dos itens necessários, inclusive a respectiva estimativa orçamentária, objetivando auxiliar os revisores na seleção de itens tidos como mais compensadores, caso não seja possível atender integralmente a toda a demanda.

Este método se alicerça no pressuposto que há de ser feita uma redução orçamentária pela eliminação de um determinado número

de projetos enunciados na parte inferior da lista apresentada, no sentido de trazer a estimativa ao nível de dispêndio desejado.

3.2.6. *Contrôle de Item por Item*

Outra modalidade orçamentária comum reside na aprovação pela autoridade superior de itens tomados isoladamente. Aquisições de equipamentos, projetos dispendiosos e outras características singulares são frequentemente sujeitas a êsse tipo de orçamentação.

O controle de item por item coloca o problema, em cada nível de revisão, nos seguintes termos: "É a proposta desejável, ou essencial ou justificada?". Ou, então, numa questão mais pertinente: "É a proposta mais essencial do que outro uso alternativo dos recursos financeiros em consideração?".

3.2.7. *Enunciado de Areas a Atingir, e no Ambito destas, dos Objetivos a Alcançar — Final e Intermediários Sucessivos*

Partindo-se do conceito que a orçamentação é um processo para, de forma sistematizada, relacionar o dispêndio de recursos financeiros sempre escassos em relação à demanda, com a consecução de objetivos prefixados, com vistas a determinadas metas, há um método que pode proporcionar bons resultados.

Consiste no enunciado pelos níveis superiores do sistema de orçamentação das áreas a atingir, e no âmbito de cada uma delas, o objetivo a alcançar — final e intermediários sucessivos com vistas à consecução daquele. Este procedimento combinado com o relativo à fixação de tetos, como base de planejamento, e de orientação complementar que se faça necessária para situar devidamente os órgãos orçamentários quanto aos fins pretendidos, tem o mérito de permitir a combinação de uma direção orientadora de cima para baixo e de participação ativa dos níveis orçamentários normativos, pela possibilidade de apresentação de propostas, de baixo para cima, no quadro daquela orientação.

3.3. *A Predominância da Análise Orçamentária em Termos Quantitativos Relativos, sobre Justificativas com argumentos Qualitativos Tomados em Termos Absolutos.*

3.3.1. *O método geral*

Tendo em vista conferir o máximo de racionalidade possível ao sistema de orçamentação que estamos procurando implantar e desenvolver, torna-se imperativa a utilização da análise quantitativa, como instrumento auxiliar, capaz de assegurar o melhor emprego dos recursos disponíveis, em um dado quadro.

A mencionada análise tem o propósito de proporcionar — a quem cabe decidir sobre a distribuição de recursos — elementos que lhe permitam escolher a linha de ação mais adequada à consecução do objetivo considerado.

Assim, a primeira e mais importante tarefa do integrante de um sistema de orçamentação, em qualquer nível, é identificar os *objetivos* da autoridade a quem compete decidir. Em seguida cabe-lhe formular as *linhas de ação alternativas* capazes de alcançar os objetivos em pauta e empreender uma análise, em *têrmos quantitativos*, objetivando fundamentar a escolha de uma daquelas alternativas.

Nesta oportunidade deve-se assinalar o fato relevante na questão, a saber: *a escolha de uma dada alternativa implica na apropriação de recursos financeiros que deixarão de ser empregados em outros propósitos. Este é, na verdade, o custo da alternativa.*

Para um dado período, no futuro, a maioria dos custos pode ser mensurada em dinheiro, mas sua verdadeira mensuração é em *têrmos* de oportunidades que eles excluem, deslocam ou adiam. Assim, por exemplo, num programa que tenha por objetivo o aumento do grau de operacionalidade das Forças Terrestres, se fôr decidido empregar 50 milhões de cruzeiros em instalações de campos de instrução visando a propiciar o adiestramento da tropa e dos quadros, deixarão de ser atribuídos 50 milhões de cruzeiros na aquisição de material bélico.

Portanto, a questão fundamental na orçamentação pode ser sintetizada na seguinte proposição: "Em que base deve ser decidido atribuir X cruzeiros para a Atividade "A" ou invés de atribuí-los à Atividade "B".

Dai surge a função do *critério* a adotar para servir de base de comparação entre as alternativas. Um *critério* é uma regra, ou padrão, pelo qual se hierarquizam as alternativas numa ordem de escolha. A rigor, o critério escolhido fornece um meio de ponderar o *custo* em face da eficiência à luz do objetivo a alcançar.

3.2.2. Os Métodos Particulares de Análise Orçamentária

a — O ENTENDIMENTO INDISPENSÁVEL

Desde que os recursos sempre serão escassos em relação à demanda, a verificação econômica básica que deve ser aplicada, no curso de uma orçamentação, reside na idéia de que a compensação derivada de cada dispêndio, deve valer o seu custo em *têrmos* de alternativas sacrificadas ou deslocadas.

Portanto, a análise orçamentária consiste, basicamente, em uma comparação dos méritos relativos de recursos financeiros disponíveis. Em suma, as decisões objetivando à orçamentação em qualquer nível

devem ser à base de valores relativos. Não há padrão absoluto de valor. Não é suficiente dizer que um dispêndio, para um dado propósito, é desejável ou compensador. *O resultado deve valer seu custo*, e, portanto, mais compensador do que seria se a mesma quantia em dinheiro fosse empregada em outro propósito qualquer.

A escassez de recursos em relação às necessidades nos confronta em todos os níveis de elaboração orçamentária. O dinheiro disponível, num dado ano, permite obter isto ou aquilo e não *ambos*, a não ser que se pulverizem os recursos e se deixe de concentrar esforços para atingir os objetivos selecionados.

Em síntese, os custos devem ser julgados em relação aos resultados que produzirão e esses devem compensar o não atendimento de alternativas que forem sacrificadas ou deslocadas.

Assim, portanto, o gual básico da análise orçamentária, em todos os níveis do sistema, reside na consideração de que os resultados devem valer seu custo; daí, envolver, uma análise de tal natureza, uma comparação de valores relativos. Esta é a idéia central a reter.

b — OS POSSÍVEIS MÉTODOS

Após esse indispensável entendimento, focalizaremos, a largos traços, dois possíveis métodos de análise orçamentária, capazes de proporcionar elementos que possibilitem a formação de um juízo sobre os méritos relativos de diversas alternativas, face aos recursos financeiros disponíveis.

Aos senhores caberá, posteriormente, no exercício de suas funções, dar desenvolvimento a esses métodos.

A denominada análise dos incrementos

A análise dos incrementos se fundamenta no conhecido fenômeno da diminuição progressiva do grau de utilidade de determinado item, à medida que sua disponibilidade aumenta em relação às necessidades. A mencionada análise é também influenciada, complementarmente, pelo fato de que o atendimento de cada demanda é proporcional à sua intensidade, isto é, dadas várias demandas, a tendência é satisfazê-las a todas parcialmente, antes mesmo de ter atendido integralmente a demanda mais intensa por sua essencialidade ou prioridade.

Para um determinado item — por exemplo morteiro 81, ou casas para oficiais — há um número limite de utilidade, além do qual vai perdendo o seu valor. O termo *valor* é aqui tomado como grau de importância para a consecução dos fins a que se destina. Isto significa, grosseiramente, que, à medida que se adquirem mais e mais unidades de cada artigo, as unidades adicionais em relação as reais necessidades passam a se revestir de valores cada vez menores.

Daí o imperativo do planejador que integra um sistema de orçamentação, conhecer quais são realmente as faltas dos diferentes itens, o que implica *num conhecimento, em termos quantitativos precisos, da existência e das necessidades* a serem computadas. Para um determinado item, face ao seu caráter de essencialidade ou então de prioridade, é imperioso completar as faltas, enquanto que para outra categoria basta atingir certa porcentagem, mas nunca ir além das faltas constatadas.

Da eficiência relativa

Um segundo método de análise orçamentária se alicerça na comparação dos méritos das alternativas, em termos de eficiência relativa na consecução de um propósito ou objetivo comum.

A avaliação em termos de propósitos comuns é uma outra forma de dizer que os *meios* alternativos devem ser avaliados em termos de *fins* a serem atingidos.

A análise em termos de propósitos comuns requer uma série de premissas básicas que se encontram nos objetivos estabelecidos pelos órgãos situados no mais alto nível do sistema de orçamentação, ou derivam desses objetivos.

c — DAS LIMITAÇÕES PRÁTICAS DOS MÉTODOS ENUNCIADOS

Os dois métodos que acabam de ser esboçados embora constituam fórmulas teoricamente adequadas para a análise orçamentária, nem sempre, porém, são de fácil aplicação. Tais métodos, como vimos, fundamentam-se na manipulação de elementos quantitativos precisos que traduzem, numericamente, o universo das categorias sujeitas à orçamentação. Entretanto, freqüentemente, não se dispõe das *informações* suficientes capazes de propiciar os dados numéricos precisos quanto aos itens cujo mérito relativo deve ser avaliado. Por isso, a utilização e a aplicação dos mencionados métodos, exigem, preliminarmente, uma organização adequada para sistematizar a busca daquelas informações, bem como o seu processamento em prazos úteis, por forma a atender às imposições de tempo, estabelecidas em um cronograma de orçamentação.

É neste quadro que se insere a recomendação aos órgãos orçamentários de possuírem informações constantemente atualizadas, em termos de dados numéricos precisos, sobre a existência das diversas categorias sujeitas ao processo de orçamentação, bem como das necessidades admitidas para os itens em consideração, projetadas para um futuro previsível. Ademais, pelo vulto de dados numéricos a serem manipulados impõe-se a computação eletrônica nos mais altos órgãos de orçamentação.

Finalmente, para concluir as apreciações que estamos fazendo sobre métodos quantitativos de análise orçamentária, cumpre assinalar que ainda que se disponha de dados numéricos precisos, há de prevalecer a necessidade de julgamento.

Deve ficar bem claro, que a orçamentação, em nível decisório, envolve questões de preferência quanto a valores, os quais se baseiam mais em uma dada filosofia do que propriamente na ciência ou na lógica. Mas isto, não invalida a necessidade do emprego da análise orçamentária quantitativa, para proporcionar, a quem cabe decidir, elementos de apreciação revestidos da maior racionalidade possível. E essa é a tarefa fundamental dos oficiais inscritos neste Estágio.

4. Conclusão

Meus senhores:

O tempo que me foi reservado para esta aula inaugural está praticamente esgotado.

Foram esboçados alguns aspectos que considere fundamentais e essenciais, no domínio do pensamento, numa tentativa para delinear elementos capazes de estruturar uma indispensável teoria de orçamentação, sem a qual, a prática corre o risco de se preocupar mais com os aspectos formais e processualísticos da orçamentação, do que pela essência da questão em si.

Muitas das idéias que foram, aqui, apenas afloradas, devem ser objeto de meditação por parte dos senhores, não só durante as atividades programadas no curso do Estágio que ora se inicia, mas também, e principalmente, no desempenho das funções que exercem no domínio da orçamentação.

Estou certo que o presente Estágio há de gerar efeitos altamente positivos na busca da implantação plena, em nosso Exército, de um sistema de orçamentação que venha permitir a aplicação judiciosa dos recursos financeiros que a Nação coloca a nossa disposição, com o sacrifício do atendimento de outras demandas, por considerar que o seu custo vale o resultado — proporcionar um grau relativo de segurança ao povo brasileiro.



A CONQUISTA DA POPULAÇÃO E O DOMÍNIO COLONIAL HOLANDÊS

Maj Eng QEMA
JORGE FELIO

INTRODUÇÃO

É fato sabido, e muito tem-se escrito a respeito, que "a História se repete". Repetem-se os processos de fermentação e erupção dos movimentos populares, responsáveis por mudanças às vezes enormes na estrutura das nações. Até meados do século passado, esses movimentos surgiam, evoluíam, ditavam mudanças e saíam de cena sem que fôsse estabelecido o mecanismo do seu processo evolutivo. Não brotava assim, para o conhecimento generalizado de dirigentes e governantes, o extraordinário valor da população no âmago de todos esses movimentos.

E continuava-se a agir pela intuição. O sucesso ou fracasso de uma pessoa em função de mando dependia de suas qualidades individuais; principalmente, da sua capacidade de entender os reclamos do povo, pesar as suas justezas e de agir com o objetivo de conquistar-lhe o respeito, a simpatia e a cooperação, ao mesmo tempo em que atendia aos interesses inerentes à função que desempenhava.

Hoje, a compreensão do tema é bem diversa consequência, particularmente, dos seguintes fatos:

— o estudo e metodização dos processos revolucionários, realizados pelos teóricos marxistas-leninistas, que mostraram a força das massas na evolução da humanidade;

— o esforço exigido às populações durante a Primeira Guerra Mundial, em forma de apelos nacionalistas de defesa do país e, em contrapartida, de promessas de completa justiça social depois da guerra, de que resultou uma tomada de consciência nas nações da necessidade de ser promovido o bem-estar social no seio das populações.

Por esses e por muitos outros fatores, é axiomático, nos dias atuais, a aceitação, pelas classes dirigentes, da necessidade que têm de contar com o apoio da população para a boa conduta da função de que se acham investidas.

A HISTÓRIA

No Brasil, durante o domínio colonial holandês, encontramos uma exuberante demonstração do valor desse apoio a que nos vimos referindo, ao rememorarmos o que foi aquêlê domínio no nosso Nordeste antes de Nassau, durante o governo de Nassau e após a sua partida.

Em 1630, conquistados Olinda e o pôrto de Recife, puderam os holandeses estabelecer a sua base terrestre e partir para o cumprimento de seus designios: a exploração econômica da região canavieira do país, em benefício dos acionistas da Companhia das Índias Ocidentais e do governo holandês. Se haviam êles cogitado, além da parte econômica, das necessidades militares para obterem sucesso na empresa, deixaram, por outro lado, de estabelecer uma política de governo que amparasse os habitantes locais e os conquistasse para a sua causa.

De modo que, o sucedido a partir do momento em que Matias de Albuquerque, considerando perdida a sua capital, se instalou com sua gente no Arraial de Bom Jesus, foi o surgimento de uma verdadeira guerra de resistência, que se prolongou até 1637. Realizando constantes investidas, êles obrigavam os invasores a uma vigilância intensa e dificultavam extremamente a liberdade de movimento destes. Assaltos periódicos prejudicavam o funcionamento dos engenhos de açúcar, não permitindo aos holandeses a obtenção dos lucros almejados.

E não fôra a cooperação isolada e excepcional de um natural do país, grande conhecedor da região, um excelente gula, portanto, como foi o caso conhecidíssimo de Calabar, não teriam logrado os holandeses aquêlê sucesso parcial que foi ter conseguido forçar Matias de Albuquerque, em 1635, a abandonar o Arraial e retirar-se para Alagoas, levando seus soldados e os moradores que o quiseram seguir.

Porém, como nada tinha sido feito para a conquista da cooperação leal e franca da população, na área militarmente dominada, o movimento de resistência não desapareceu.

Em 1636, ressurgiram as guerrilhas. Inicialmente, pelas tropas do Conde de Bagnuolo e logo depois continuadas pelas gentes do índio Felipe Camarão, do negro Henrique Dias e do branco André Vidal de Negreiros. Bandos armados apareciam onde menos esperavam os holandeses, realizando incursões em várias capitânias do Nordeste, de que resultavam fazendas arrasadas e engenhos e canaviais devastados pelas chamas.

Nessas investidas, é curioso destacar, os naturais e portugueses se aproveitaram, com inteligência, da tática indígena de luta, caracterizada pelo emprêgo de pequenos grupos armados, adequados ao terreno na área nordestina, em contraposição às tropas holandesas,

pesadas, adotando formações cerradas e emassadas, de acôrdo com a doutrina dos exércitos europeus na época. Em consequência, os insucessos se sucediam no lado holandês.

Tudo fazia crer que a Companhia das Índias Ocidentais estava fadada ao fracasso. Para aquêles dirigentes e acionistas do Velho Mundo, os prejuizos estavam sendo elevados e ameaçavam ser totais. Urgia encontrar alguém que aliasse qualidades de talento político e virtudes militares, a fim de encontrar a solução que viesse fazer sobreviver a empresa ultramarina, tão combatida e desesperançada.

Da procura surgiu o Conde João Maurício de Nassau. Este chegou ao Brasil em 1637.

Deparando-se com problemas os mais variados e complexos, urgia, de início, fazer uma demonstração de força, que deixasse bem claro diante dos adversários do domínio holandês o valor e a resolução do novo governador. Era preciso arrefecer-lhes o entusiasmo. A oportunidade apresentou-se em Pôrto Calvo, onde Bagnuolo foi batido com cerca de 4.000 portugueses e nativos.

Mais do que o valor militar da vitória, o que interessava particularmente a Nassau era assumir o contróle efetivo da área, inspirando simpatia que ensejasse a cooperação de todos e demonstrando nobreza de caráter que motivasse admiração, para, através desta, alcançar acatamento leal e sincero. Sob esse ângulo, são perfeitamente compreendidas suas atitudes de poupar Pôrto Calvo do saque e da destruição, naturais na época, naquelas circunstâncias, bem como de admitir, à sua mesa, os oficiais feitos prisioneiros.

Iniciando a sua obra de govêrno, que iria durar 7 anos, Nassau começou por impor uma completa reforma administrativa, estruturando os diversos setores de direção a fim de adequá-los às necessidades do momento. Por outro lado, campeando a desordem e a indisciplina nos centros populacionais, cuidou de pôr termo a esse estado de coisas, por meio de medidas enérgicas e até mesmo drásticas, pois várias sentenças de morte foram lavradas e ordens de expulsão foram expedidas contra autores de roubos e outros delitos maiores.

Paralelamente, adotou diversas medidas de grande significação humana, nos setores de saúde pública e assistência social, visando, pela proteção aos habitantes locais, conseguir deles a soma de esforços necessária ao soergulmento econômico da empresa holandesa. Proclamação concitando àqueles que se haviam afastado da Capitania a retornarem aos seus antigos afazeres foi distribuída por toda parte, nela sendo incluídas promessas de liberdade de crença, restituição de propriedades e de inteira igualdade de direitos, em relação aos holandeses.

Para estreitar relações com os seus oponentes, criou a Câmara de Escabinos, para julgar questões civis e criminais, contando no seu seio com igual número de portugueses e holandeses.

A nossa História do Brasil é pródiga nos exemplos das inúmeras realizações do Príncipe Maurício de Nassau que tanto contribuíram para a obtenção de um clima de tranqüilidade e sossêgo público e para reanimar a vida econômica da Colônia, nos campos, nas fazendas, nos portos e nas feiras do interior, tudo isso fruto da confiança que os portugueses e naturais do país adquiriram em relação ao governador.

A obra de Nassau pôde, assim, ostentar uma perfeita integração em todos os campos do poder, permitindo-lhe apresentar, em favor da Companhia a que servia, os maiores lucros e, para os seus governados, oferecer um ambiente de tranqüilidade e prosperidade.

Ao fim dos cinco primeiros anos de governo, era êsse o quadro promissor do domínio holandês no Brasil, com os elementos populares e tôdas as classes sintonizados com as ações do governador.

Mandava, porém, a prudência, que não fôsse descurada a base militar responsável pela segurança do regime, porquanto nenhum "status" sobrevive indefinidamente e tôda máquina governamental deve estar preparada para fazer face às pressões que fatalmente hão de ocorrer. No caso de Nassau, as principais forças atuantes contra o seu governo tiveram origem, principalmente, no endividamento de plantadores portugueses, sendo a maior credora a própria Companhia das Índias Ocidentais. Nada mais conviria àqueles, portanto, do que uma revolução que os libertasse dos compromissos que a esta os prendiam. Outras forças contrárias foram os descontentamentos religiosos, pois a conciliação de crença, entre católicos e protestantes, nunca pôde ser obtida, apesar dos esforços feitos nesse sentido; o repúdio à violência, gerador do sentimento de revolta que dominou os habitantes da Capitania do Maranhão, após terem sido vítimas de saques e depredações praticadas pelas tropas de um inescrupuloso comandante holandês; finalmente, o sentimento nacional redivivo após a libertação de Portugal do jugo espanhol, em 1640.

Por outro lado, a situação moral entre as tropas holandesas era bastante precária. Havia soldados da Companhia e soldados do governo, e êstes não se sentiam no dever de emprestar irrestrita obediência à direção da Companhia, exercida por homens que eram vistos primariamente como meros pagadores. Dêsse modo, a unidade de comando ficava prejudicada, pois que, na realidade, existiam duas tropas distintas, com reflexos altamente negativos no bom desenvolvimento das ações militares.

Nassau fêz várias solicitações visando à obtenção de recursos para melhorar o moral de suas tropas e reforçar o efetivo existente. Mas, a Companhia a que servia tinha em mira, antes de mais nada,

a conquista de lucros comerciais e, por que vinha considerando excessivos os gastos realizados pelo governador em benefício da comunidade, em obras públicas ou de benemerência, não deu os recursos e reforços solicitados. Muito pelo contrário, mandou que fosse reduzido o efetivo militar.

Somente o prestígio que gozava o governador no seio da população e a sua atuação pessoal, conciliando, ajudando, reprimindo, impediram o aparecimento, desde logo, de consequências sérias, ante a má política da Companhia holandesa. Os desentendimentos entre esta e o seu preposto, porém, evolueram-se com o correr do tempo, culminando com o afastamento do Príncipe para a Europa, em maio de 1644.

Mãos inábeis de três ambiciosos holandeses passaram a conduzir os destinos do domínio colonial no Brasil e, em pouco tempo, estava desfigurado aquele clima de trabalho e otimismo, tão a custo conseguido encontrar anteriormente. Os novos dirigentes da Companhia, adotando a violência como norma para obrigar os devedores, entre os quais a maioria dos plantadores, proprietários de engenho e comerciantes, a saldar suas dívidas, ensejando o confisco e o seqüestro indiscriminados, alarmaram de tal modo a população, que pouco empenho foi necessário fazer para o ressurgimento do movimento de resistência, por parte daqueles que desejam o encaminhamento dos fatos dessa maneira. André Vidal de Negreiros, novamente em cena, desta feita encontrou em João Fernandes Vieira, próspero plantador das proximidades do Recife, um poderoso e ativo recrutador e condutor de homens. Henrique Dias e Felipe Camarão também ressurgiram.

Só muito tardiamente o Alto Conselho holandês compreendeu a grande perda que sofrera quando, por inabilidade e ignorância, deixou de desfrutar do apoio da população local. Ainda tentou readquirir a confiança e o prestígio perdidos. O vazio entre as duas partes já era, porém, muito grande e, promessas, proclamações e concessões de anistia não surtiram os efeitos desejados.

O campo de luta se alastrou e duras conquistas foram obtendo os patriotas nacionais até que, em 1654, foi marcado o final do domínio colonial holandês no Brasil, com a entrada triunfal de Vieira no Recife.

CONCLUSÃO

Entre os vários ensinamentos que podem ser tirados dos fatos narrados, convém destacar os seguintes:

— a conquista holandesa no Brasil não se firmou enquanto a população não adquiriu a consciência de que o governo holandês era

capaz de proporcionar o seu sossego e bem-estar e estava dando provas disso;

— conduta firme, tolerante e perseverante de um dirigente atento aos problemas que o cercam, sem evidenciar sinais de fraqueza, responde em alto grau pelo sucesso da administração, mas não é tudo;

— o apoio superior a quem estão cominadas atribuições de mando deve ser manifestado em plenitude e a unidade de propósitos entre as duas partes é essencial ao sucesso;

— a existência de uma causa de desassossego público, cuja gravidade e prolongamento convença a uma ponderável parte da população, da necessidade de mudar, como única esperança de melhoria nas condições vigentes, conduz fatalmente o povo a uma sublevação.

Resta acrescentar, que não basta conhecer normas de conduta, exemplos ou princípios generalizados para ser alcançado o sucesso. O essencial é reconhecer, com clarividência e bom senso, a chegada da oportunidade para a aplicação dos recursos disponíveis e empregá-los, sem perda de tempo, com a firme convicção de que está sendo feito o melhor possível.

* * *

BIBLIOGRAFIA

- O DOMINIO COLONIAL HOLANDES NO BRASIL, de Hermann Watjen
- FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA, de Lysias A. Rodrigues
- CIVILIZAÇÃO HOLANDESA NO BRASIL, de José H. Rodrigues e Joaquim Ribeiro
- PEQUENA HISTÓRIA DO MUNDO CONTEMPORANEO, de David Thomson
- MOVIMENTOS REVOLUCIONARIOS E DEFESA INTERNA — Nota Suplementar — Trabalho I/1.03.2 — ECIEME.

O APOIO ADMINISTRATIVO NA FEB

Major Art QEMA
DURVAL DE MATTOS SANTOS

SUMÁRIO

- 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**
- 2. A FÔRÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA**
 - a. Origem
 - b. Organização
- 3. O FUNCIONAMENTO DO APOIO ADMINISTRATIVO**
 - a. Os Órgãos Não Divisionários (OND)
 - b. A Divisão
 - c. Logística
 - (1) Suprimento
 - (2) Manutenção
 - (3) Transporte
 - (4) Evacuação e hospitalização
 - d. Pessoal
 - (1) Manutenção do efetivo
 - (2) Desenvolvimento e manutenção do moral
 - (3) Manutenção da disciplina, lei e ordem
 - e. Assuntos Cíveis
- 4. CONCLUSÃO**

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os currículos da ECEME prevêem três situações para o Brasil que são bem definidas e estudadas em seções de ensino independentes. Assim é que as Seções de Ensino números 1, 2 e 3 se dedicam a operações de Segurança Interna e Defesa Territorial, operações em Teatro Continental e operações em Teatro Extracontinental, respectivamente. Essa distinção se justifica plenamente dadas as características bem diversas de cada uma dessas operações.

Detenhamo-nos um instante nas operações em Teatro Extracontinental, que se relacionam estreitamente com o assunto que nos propomos a ventilar. O Brasil, face a compromissos internacionais assumidos nos quadros da ONU e da OEA, poderá ser levado a empregar força terrestre fora do Continente americano, seja na situação atual de guerra fria, seja numa guerra limitada ou geral. As missões dessa força variarão desde a de "estabilizar a situação em uma área agitada" até a de "combate sob condições nucleares".

A ECEME, quando estuda o assunto, sob o aspecto de apoio administrativo, toma como base as seguintes premissas (TE 101-10-4):

- a força expedicionária brasileira deverá ser enquadrada por uma força internacional;
- quando constituída por um Corpo de Exército, sua organização será feita nos moldes do CEx tipo americano, enquadrando 2 a 3 divisões brasileiras e tropa de apoio ao combate ou de apoio administrativo brasileira e aliada;
- o material, se fôr o caso, será fornecido pela força internacional;
- o fardamento será o do Exército Brasileiro;
- o suprimento de classe I será misto (brasileiro e da força internacional);
- o apoio de saúde (imediate) será brasileiro;
- o transporte de suprimentos e de recompletamento, bem como a manutenção do equipamento, serão encargos da força internacional enquadrante;
- a maioria de seus elementos integrantes (exceção feita à DI) terá transporte próprio;
- o serviço de sepultamento deverá ser brasileiro;
- serviço de justiça será organizado nos moldes da Justiça Militar Brasileira;
- o sistema de recompletamento deverá ser inteiramente brasileiro.

Tivemos, durante a Segunda Guerra Mundial, a experiência inestimável em que se constituiu o envio ao Teatro de Operações do Mediterrâneo de uma Força Expedicionária Brasileira.

A vasta bibliografia existente sobre a FEB, no entanto, é de uma precariedade enorme no que se relaciona ao apoio administrativo, consubstanciando talvez a falta de mentalidade logística que, ainda hoje, predomina no Exército Brasileiro e que poderá nos trazer dissabores no futuro.

Até que ponto a experiência da FEB, sob o ponto de vista do apoio administrativo, tem sido aproveitada no estabelecimento de nossa doutrina? Difícil torna-se a nós responder. Assim é que julgamos interessante, e até mesmo útil, levantar alguns aspectos mais importantes do assunto, calcados na bibliografia existente, e tentar uma comparação com a doutrina atualmente preconizada pela ECEME para o apoio administrativo a uma força terrestre brasileira atuando em teatro de operações extracontinental.

2. A FÔRÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

a. Origem

Com a entrada do Brasil na guerra, ao lado dos Aliados, em 22 Agô 42, ficou assentada, em entendimentos havidos entre os Governos brasileiro e norte-americano ainda em 1942, a organização de uma Força Expedicionária constituída de um Corpo de Exército a 3 divisões de infantaria e elementos de Corpo, para emprêgo na África ou na Europa.

As bases de organização dessa Força eram as seguintes:

- organização das unidades idênticas à do Exército Norte-Americano;
- o Corpo Expedicionário ficaria subordinado à direção estratégica e ao alto comando norte-americano;
- seriam utilizadas as instalações de serviços do Exército Norte-Americano no TO;
- o material seria de origem norte-americana e entregue na região de primeiro destino;
- a Força Expedicionária ficaria sujeita às regras, regulamentos e códigos da Justiça Militar Brasileira;
- o pagamento da tropa seria em dólares, segundo tabela a ser organizada pelo Governo brasileiro;
- os artigos de subsistência seriam fornecidos pelo Exército Norte-Americano, por conta do "Lend and Lease";
- a organização do Corpo seria parcelada e se processaria em 3 escalões compreendendo, cada um, uma Divisão e elementos de Corpo.

Como vemos, essas bases são, fundamentalmente, as mesmas que hoje orientam o estudo nas Seções de Ensino números 3 e 7, com as modificações impostas pela evolução técnica do material e conseqüente implicação nas operações e, cremos nós, na experiência colhida.

A decisão do Governo brasileiro trouxe, como consequência imediata e natural, uma mudança repentina e radical na doutrina e organização das unidades, que gerou dificuldades de toda a ordem, com reflexos negativos no desempenho inicial da FEB na Itália.

b. Organização

O anexo nº 1 mostra a organização inicialmente prevista.

Embora originariamente devesse ser um CEX, por razões que não nos cabe investigar, apenas a 1ª DI e outros órgãos que seriam do CEX E foram organizados e transportados para o Teatro de Operações do Mediterrâneo. Como consequência disso tivemos na Itália uma organização que não chegava a ser um Corpo e que era mais que uma DI, sendo mais própria, portanto, a denominação de Força Expedicionária com que foi batizada.

Diz o Comandante da FEB, no seu livro:

"A 1ª DI, apesar de viver no âmbito do 4º CEX (USA) e V Ex (USA), tinha necessidades próprias, vitais mesmo, que se situavam fora da órbita internacional das forças americanas em atuação no território italiano".

Essas necessidades se relacionavam principalmente a suprimento Cl I e Cl II de Intendência, recompletamento de pessoal, hospitalização, correios, fundos etc., e exigiram a montagem de um sistema que coordenasse as múltiplas atividades decorrentes. Com o desenvolvimento das operações, o crescimento das responsabilidades e encargos levou o comando da FEB a criar um elemento que centralizasse a coordenação e controle de todas as atividades de apoio administrativo no âmbito da Força. Esse novo elemento foi batizado de "Órgãos Não Divisionários" (OND). Adiante o veremos com mais detalhes.

A organização da FEB, depois de estabilizada e definitiva, está detalhada no Anexo nº 2.

3. O FUNCIONAMENTO DO APOIO ADMINISTRATIVO

Foram as mais lamentáveis, sob o ponto de vista do apoio administrativo, as condições em que desembarcou na Itália o primeiro contingente da FEB. É ainda o Marechal Mascarenhas de Moraes quem escreve: "As autoridades americanas se decepcionaram com o insuficiente estado sanitário da primeira tropa brasileira desembarcada em território italiano e continuaram a se decepcionar com a imprestabilidade dos uniformes, agasalhos e calçados dos brasileiros, socorridos em tempo pela ação pessoal do General Mark Clark, comandante do V Exército".

Apesar desse vexame inicial, fruto de imprevisão, incúria, desídia ou outro nome qualquer que se dê a essa falha inominável dos escalões superiores do Exército, a FEB absorveu rapidamente a doutrina americana e o apoio administrativo, após um certo período de adaptação, passou a funcionar em boas condições.

Quando a 1ª DIE passou a ser empregada como um todo, no vale do Rio Reno, foi apoiada pelas instalações logísticas do V Exército e por instalações independentes da FEB. O Anexo n.º 4 nos mostra o desdobramento do apoio durante a defensiva. A seguir faremos um estudo sumário das atividades administrativas executadas pela FEB.

a. Os Órgãos Não Divisionários (OND)

O comandante da FEB, sentindo dificuldades em controlar um grande número de órgãos de apoio a ele diretamente subordinados, criou um comando específico para esse fim, que designou de Órgãos Não Divisionários e entregou ao Gen Falconieri, até então Inspetor-Geral da FEB.

Esse comando dispunha de um estado-maior orgânico a três seções e tinha as seguintes atribuições:

— “Estabelecer ligação permanente com o Teatro de Operações do Exército Norte-Americano no Norte da Africa (NATOUSA), Quartel-General das Forças Aliadas (AFQS), Seção Base Peninsular (PBS), autoridades portuárias do Nápoles e com os Postos Reguladores de Caserta e Livorno.

— Manter relações com o Consulado do Brasil, Agências do Banco do Brasil e Chefia da Seção Brasileira Anexa ao Medical Center.

— Receber e encaminhar os suprimentos procedentes do Brasil, requisitando os transportes necessários.

— Fiscalizar o embarque dos evacuados para o Brasil.

— Manter os acantonamentos de trânsito para oficiais e praças, localizados em Nápoles.

— Encaminhar oficiais e praças aos cursos e escolas norte-americanos.

— Requisitar os transportes aéreos e marítimos para o Brasil.

— Proceder à estocagem dos gêneros e do material procedente do Brasil, encaminhando-os à frente, segundo as necessidades.

— Assegurar a normalidade e rapidez no serviço de correspondência e encomendas postais.

— Encaminhar os doentes e feridos graves aos hospitais norte-americanos e suas seções brasileiras.

— Realizar o movimento de fundos (vencimentos dos militares da FEB, pagamentos).

— E outros encargos de menor importância”.

Sua organização era a constante do Anexo n.º 2.

O comando dos Órgãos Não Divisionários não constituía novo elo na cadeia de apoio do V Exército norte-americano, mas o era em relação ao sistema brasileiro. Seu funcionamento e o dos órgãos subordinados tinham cunho próprio e sua subordinação ao sistema norte-americano era restrita à disciplina.

Podemos concluir, à luz do que foi dito anteriormente e da organização constante do Anexo n.º 2, que os Órgãos Não Divisionários atenderam a uma necessidade de coordenação do apoio administrativo e tinham atribuições semelhantes às do Grupamento de Apoio Administrativo previsto no Anexo n.º 3.

b. A Divisão

A Primeira Divisão de Infantaria Expedicionária, como resultado do acôrdo estabelecido entre os governos brasileiro e norte-americano, teve organização idêntica à das divisões daquele Exército Aliado. Como consequência, o apoio administrativo seguia integralmente os padrões do Exército norte-americano.

A Divisão brasileira se supria regularmente nos depósitos ou postos de suprimento do V Exército, cabendo aos Servidores divisionários o contróle do fluxo dos suprimentos e dos estoques de reserva. O mesmo ocorria com as demais atividades logísticas.

"Dentro d'êste mecanismo tão simples, cujo funcionamento se fazia sem atritos ou retardos, a FEB supriu-se com muita normalidade, como uma máquina bem ajustada e lubrificada, não obstante algumas pequenas irregularidades próprias de um organismo nôvo que se vinha adaptando progressivamente à vida do TO. Muito contribuiu para êste entrosamento, a boa compreensão, por parte dos brasileiros, das normas de trabalho postas em prática pelos norte-americanos, caracterizadas por uma perfeita distribuição de encargos e uma exata noção de responsabilidades". (O Brasil na II Grande Guerra — Ten Cel Manoel Tomaz Castello Branco).

Se compararmos a organização do apoio na 1ª DIE com a preconizada pelo TE 61 — 100 — 1 (Anexo n.º 3), veremos que as bases são as mesmas. No entanto três aspectos diferenciadores devem ser ressaltados:

(1) — O maior volume da organização atual, caracterizado pela existência de um Batalhão de Manutenção a 4 companhias, um Batalhão de Suprimento e Transporte e uma Companhia de Administração, em lugar das modestas Companhias de Manutenção e de Intendência, traduzindo as maiores necessidades de apoio, face, principalmente, ao grande aumento de meios mecanizados e motorizados.

(2) — A existência de um órgão divisionário específico centralizando a execução do apoio administrativo e possibilitando, portanto, melhor coordenação, além de aliviar o Estado-Maior de certos encargos. Esse órgão tornou possível melhor solução para os problemas de

segurança de área de retaguarda e de controle de danos. O Grupamento Logístico preencheu, assim, uma lacuna da organização anterior.

(3) — A inexistência na organização da 1ª DIE de um elemento de recompletamento, justificada talvez pelo fato de ser ela a única apoiada pelo Centro de Instrução e Recompletamento.

Podemos concluir dizendo que a organização atual do apoio administrativo na Divisão é consequência natural da evolução e resultado de maiores necessidades na guerra de hoje.

c. Logística

A seguir procuraremos verificar o funcionamento das atividades logísticas na FEB, ressaltando peculiaridades e diferenças da organização atual.

Para maior facilidade e compreensão, faremos esse estudo na fase em que as operações estiveram estabilizadas (defensiva de inverno), porque nos proporciona um retrato mais fiel do desdobramento do apoio administrativo. O Anexo n.º 4 nos dá uma idéia do desdobramento desse apoio.

(1) Suprimento

Classe I e Classe III

O sistema dispunha dos seguintes meios (Fig. 1):

- Depósito de Intendência (Livorno), dos OND
- Chefia do Serviço de Intendência Divisionário
- Companhia de Intendência Divisionária.

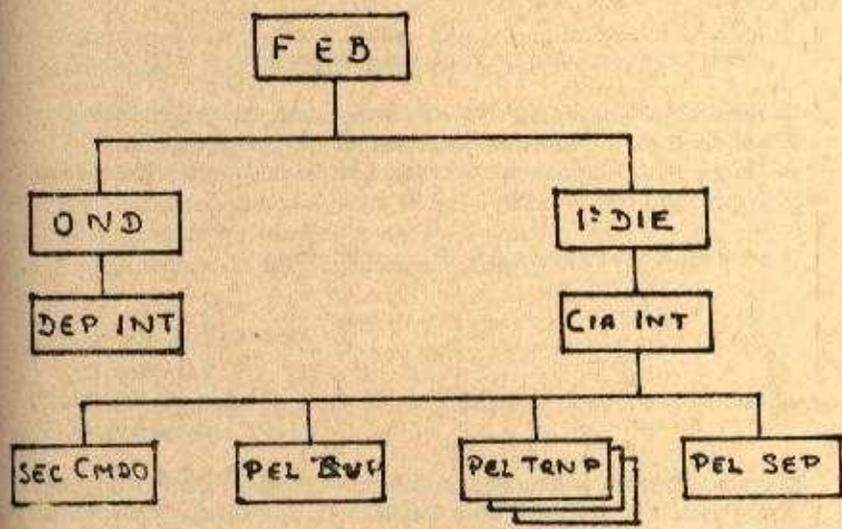


Fig. 1 — Órgãos de Intendência da FEB.

A Companhia de Intendência tinha por missão proporcionar à Divisão suprimentos Classes I e III. Para cumpri-la desdobrou-se da seguinte maneira:

— P Distr n.º 1 (Cl I e III), em La Pieve — avançado, a uma distância média de 15 km do limite de retaguarda dos RI de primeiro escalão, apoiava as unidades da frente;

— P Distr n.º 2 (Cl I e III), em Pistóia — recuado, cerca de 30 km à retaguarda do Ponto n.º 1, apoiava as unidades da retaguarda.

Ressaltam, de saída, as distâncias de apoio na divisão, aparentemente grandes, mas justificadas pela situação desfavorável em que a DI estava no terreno.

Por outro lado, o V Exército proporcionou um apoio bastante cerrado, colocando seus P Sup bem à frente. Assim é que instalou um P Sup Cl I em Pistóia, dentro da área de retaguarda da Divisão, e um P Sup Cl III em Tavolara (cerca de 40 km de Pistóia). Enquanto isso o Depósito de Intendência da FEB (OND) estava instalado em Livorno, bem mais afastado.

Um outro aspecto interessante é o fato de existir um só P Distr para atender aos elementos de primeiro escalão, distribuindo indistintamente suprimentos Classes I e III.

O mecanismo era o seguinte: a Companhia de Intendência consolidava as requisições diárias das unidades, recebia o suprimento nos P Sup do V Ex, transportava-o para os dois P Distr divisionários, onde as unidades iam receber.

Três eram os tipos de ração utilizados:

- Ração K — de assalto — consumo mediante ordem.
- Ração C — de combate — consumo mediante ordem.
- Ração B — operacional — consumo diário, víveres brasileiros e americanos.

O escalonamento das rações era o seguinte:

— Com o homem	1 ração K
— Com as unidades	1 ração K
	1 ração C
— Com a Divisão	2 rações B
	3 rações C

Disso resultavam 8 dias de ração com a Divisão. Além do que, o V Exército mantinha no P Sup em Pistóia quinze dias de víveres brasileiros.

Uma lição importante a tirar quanto ao suprimento Classe I é a dificuldade de adaptação do homem brasileiro a outros regimes alimentares. Esse fato torna praticamente impossível o estabelecimento de um regime alimentar misto, pelo menos, e um período de adaptação do paladar antes da entrada da força em operações, sob pena de reflexos negativos no moral. O ensinamento colhido pela FEB, nesse aspecto, é valioso e não pode ser desprezado.

Classe V

Essa atividade não existia nos OND. A 1ª DIE dispunha de uma Chefia de Serviço de Material Bélico e de um Pelotão de Suprimentos na Companhia de Manutenção (Fig. n.º 2).

O suprimento era realizado nos moldes das normas ainda hoje prescritas. O V Exército instalou um P Sup Cl V em Pistóia, bem avançado portanto, para apoiar a Divisão Brasileira. A munição era recebida no P Sup pelas unidades, cabendo ao Serviço de Material Bélico o controle dos créditos atribuídos e do consumo.

Para se ter uma idéia do volume de suprimento na DIE, num período de seis meses de atividades pouco intensas, basta dizer que foram recebidos 1.960.000 tiros de Mtr 30, 1.332.000 de fuzil e 136.000 de obus 105 mm.

Classe II/IV

Eram fornecidos pelas unidades de apoio específicas: Companhia de Manutenção, Depósito de Intendência da FEB, etc.

Merece ser destacado o suprimento Classe II/IV de Engenharia, pelo volume alcançado. O V Exército abriu um P Sup na região de Florença e o 9.º BE instalou um P Distr, inicialmente em Suviana, mudando-o posteriormente para Porreta Terme. Para a instalação da posição defensiva, foram fornecidos, entre outros artigos, 80.000 sacos para areia e 2.000 unidades de rédes extensíveis.

Suprimentos diversos

O suprimento de cartas era feito pelo 9.º BE, dentro portanto, do preconizado pelo TE 5 — 0 — 1.

O suprimento de água, também a cargo do BE divisionário, era feito através de pontos de água abertos em regiões de maior concentração de tropa.

(2) Manutenção

Essa atividade era restrita à 1ª DIE, que, para isso, dispunha, basicamente de:

- Chefia do Serviço de Material Bélico.
- Companhia de Manutenção (Fig. n.º 2).

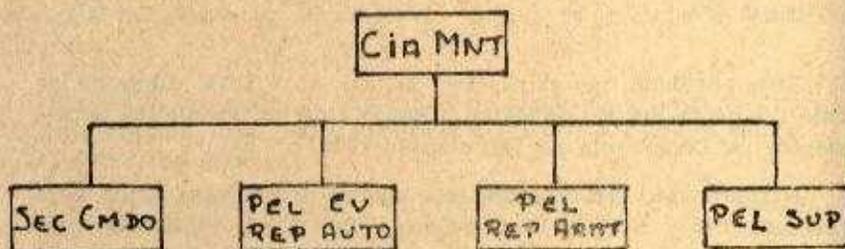


Fig. 2 — A Cia de Manutenção da 1ª DIE

A Companhia se desdobrou em Pistóia.

Quanto à execução da manutenção, é de se destacar, como falha, a deficiência apresentada pelo primeiro escalão de manutenção. Era fruto, essa deficiência, do fato de ter faltado às unidades "não só a instrução especializada, a disciplina de tráfego, a própria mentalidade do motorista, com todos os seus reflexos, como a compreensão das possibilidades, limitações e cuidados a dispensar a uma viatura auto. Sendo um prato novo, poucos souberam utilizá-las". (Ten Cel M T Castello Branco, obra citada).

O segundo escalão de manutenção funcionou corretamente e o terceiro foi ainda mais eficiente, atendendo a todas as necessidades da Divisão (100%), apesar da sobrecarga causada pelo mau funcionamento do primeiro escalão. Este fato cresce de importância quando verificamos que as possibilidades do atual Batalhão de Manutenção são de executar 80% da manutenção de terceiro escalão de toda a Divisão.

Façamos uma ligeira comparação entre a 1ª DIE e a DI do TE — 61 — 100 — 1:

Viatura sobre lagarta	322	—
Viatura meia lagarta	—	5
Viatura sobre rodas	2.692	1.405
Reboques	2.136	584
TOTAL	5.150	1.994
Companhias de Manutenção	4	1

Conclui-se daí que o total de veículos da 1ª DIE corresponde a cerca de 40% das disponibilidades da atual DI, enquanto os meios de manutenção somente atingiam a 25%. Se considerarmos que as possibilidades do Batalhão de Manutenção são de 80%, a desproporção cresce ainda mais e podemos imaginar o quanto de sacrifício custou à Companhia de Manutenção da 1ª DIE tão elevado índice de atendimento.

(3) Transporte

A 1ª DIE dispunha de 3 pelotões de transporte na Companhia de Intendência (Fig. 1), com um total de 45 viaturas. Essa disponibilidade era totalmente absorvida pelas necessidades normais de transporte de suprimentos. Se fôsse necessário, a Companhia teria condições de transportar um BI (êste não possuía sequer uma viatura de 2 1/2 toneladas).

Na fase final da campanha, durante a perseguição, quando a 1ª DIE recebeu missão que lhe exigia grande mobilidade, faltavam-lhe os meios necessários. Isso obrigou o comandante da Divisão a improvisar, com um certo grau de risco, retirando as viaturas tratoras dos grupos de Artilharia para transportar a Infantaria.

(4) Evacuação e hospitalização

O Serviço de Saúde funcionou em sua plenitude no âmbito da FEB.

A previsão inicial do Corpo de Exército Expedicionário, no setor de saúde, era de 5 hospitais, 3 seções hospitalares e 2 Companhias de Ambulância, além dos meios divisionários. A não concretização do C Ex eliminou os hospitais e criou a necessidade de maior número de seções hospitalares.

O Serviço de Saúde da FEB (OND) era o órgão de cúpula do sistema e responsável pelo seu funcionamento. Dispunha de um Estado-Maior a quatro seções:

- 1ª seção — Pessoal;
- 2ª seção — Secretaria;
- 3ª seção — Operações;
- 4ª seção — Suprimentos.

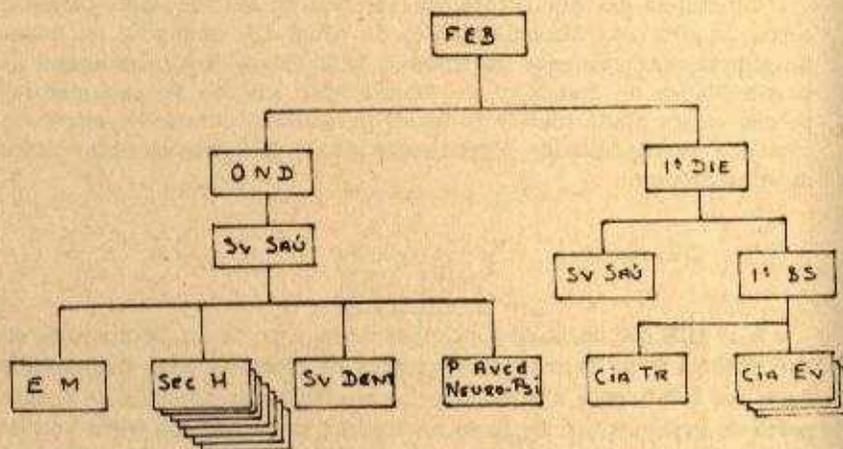


Fig. 3 — O Serviço de Saúde na FEB

Vejamos como funcionou o sistema na situação retratada no Anexo n.º 4.

As Companhias de Evacuação eram responsáveis pela evacuação dos feridos dos Postos de Socorro das unidades até o P Trg da Divisão. Para isso organizaram um Pôsto de Evacuação em Corvella e outro em Castel Di Caslo, ao longo das estradas e à frente do P Trg.

A Companhia de Tratamento (melhor seria chamá-la de Triage) instalou apenas um Pôsto de Triage, em Porreta Terme, função da rede de estradas e dispositivo da Divisão. Do P Trg os feridos ou doentes eram evacuados para os hospitais do V Exército, pelas unidades de evacuação do mesmo.

Assim, no âmbito divisionário, praticamente não há diferenças palpáveis das normas preconizadas ainda hoje.

Ao deixar o baixado o P Trg divisionário, entrava na cadeia do V Exército, onde atuava o Serviço de Saúde da FEB. Essa faixa do apoio de saúde deve ser melhor observada porque é uma experiência a ser aproveitada.

Na fase de preparação da FEB, diz o Ten Cel Castello Branco (obra citada): "...a primeira idéia que ocorreu aos planejadores foi a da criação de um hospital brasileiro, equipado e operado por médicos e enfermeiras brasileiros, para tratamento dos doentes. Examinadas, amudadamente, as vantagens e desvantagens de tal medida, chegaram à conclusão de que o melhor seria criar Seções Hospitalares junto a cada nosocômio norte-americano, funcionando como verdadeiras células vivas a serviço dos brasileiros. Além das vantagens econômicas que a solução apresentava, não contrariava o esquema da hospitalização es-

tabelecido para o V Ex e para o Teatro, onde o tratamento já estava convenientemente desdobrado em profundidade, segundo as urgências e os prazos de recuperação”.

As Seções Hospitalares eram constituídas de equipes médicas e cirúrgicas e enfermeiras brasileiras. Em todos os hospitais da cadeia de evacuação do V Exército (para a FEB) havia uma seção hospitalar brasileira. Vejamos o desdobramento dessa cadeia:

— Em Valdibura, bem à frente portanto, funcionava o 32.º Hospital de Campo (Cir Mv), com 25 leitos, sob barracas. Atendia os feridos mais graves, que não suportassem um transporte mais longo.

— Em Pistóla, desdobrava-se o 16.º Hospital de Evacuação, com 400 leitos, também sob barracas. Tratava os doentes e feridos menos sensíveis ao transporte.

— Em Montecatini estava o Hospital de Convalescentes.

— Em Livorno, o 7.º Hospital de Guarnição.

— Em Nápoles, os 45.º e 182.º Hospitais de Guarnição e o 300.º Hospital Geral.

Além dessas instalações, o Serviço de Saúde da FEB (OND) criou 2 órgãos que tiveram grande utilidade:

— O Serviço Dentário, para atender o caso peculiar da FEB, onde o mau estado dentário da tropa chegou a impressionar desfavoravelmente os norte-americanos à chegada do primeiro escalão à Itália;

— O Pôsto Avançado de Neuropsiquiatria, para receber, observar e tratar os casos precoces de neuropsiquiatria. 85% dos baixados retornaram à tropa num prazo médio de cinco dias.

A norma de evacuação do Teatro de Operações era de 120 dias. Os recuperados antes desse prazo entravam no sistema de recompletamento através do Centro de Instrução e Recompilamento (antigo Depósito de Pessoal). Os restantes eram evacuados para o Brasil, seja diretamente em navios e aviões norte-americanos, seja com escala nos Estados Unidos, para tratamento especializado.

Alguns dados estatísticos servem para aquilatar a eficiência do sistema:

— Número total de baixados aos hospitais durante toda a campanha	10.776
— Mortos nos hospitais	49

Esses números, traduzidos em percentagem, dão 1,3% de baixas e 0,15% de mortos diariamente, dentro rigorosamente das médias do TO.

d. Pessoal

A seguir procuraremos ressaltar alguns aspectos mais relevantes das atividades relativas a pessoal.

(1) *Manutenção do efetivo*

Nessa atividade sobressai o recompletamento, que se constituiu num ponto crítico e chegou a proporcionar algumas dores de cabeça ao comando da FEB.

O recompletamento era atribuição do comando da FEB e executado pelos OND, através do Depósito de Pessoal, desdobrado em Staffoli.

A Divisão não possuía elemento orgânico de recompletamento.

Alguns aspectos devem ser salientados:

— Eram grandes as necessidades de recompletamento, consequência imediata do grande número de baixas aos hospitais e mortos no decorrer da campanha, num total de mais de 11.000 em onze meses, ou seja, uma média de 1.000 perdas mensais.

— Essa situação, em algumas ocasiões, se agravava, chegando a ser crítica. Em certa oportunidade o Depósito de Pessoal foi obrigado a entregar à 1ª DIE 750 recompletamentos sem o adestramento necessário, com evidentes reflexos negativos na capacidade combativa e no moral da Divisão.

— Eram más as condições de adestramento dos recompletamentos chegados à Itália, obrigando a uma grande permanência dos mesmos no Depósito que, por sua vez, não estava equipado para suprir essa falha. Esse inconveniente foi sanado pelo comando da FEB com a transformação do Depósito de Pessoal em Centro de Instrução e recompletamento, dotação ao mesmo do pessoal e material necessários para intensificar a instrução e o envio dos instrutores aos Centros de Instrução norte-americanos.

As fontes de recompletamento foram as tradicionais:

— Provenientes da ZI: os sucessivos escalões enviados à Itália;

— Provenientes do próprio TO: os recuperados pela rede hospitalar constituíam o grosso.

(2) *Desenvolvimento e manutenção do moral*

Nesse setor trabalharam sobretudo os Serviços de Fundos, Especial, Postal, de Intendência e Saúde, embora fôsse essa uma atividade que interessava direta e profundamente a todos os escalões de comando. A seguir abordaremos alguns aspectos que tiveram maior realce.

Sepultamento

Era uma atividade de apoio inteiramente nova.

Antes da Divisão ser empregada como um todo, os nossos mortos foram enterrados quer em cemitérios do Exército norte-americano, quer em cemitérios civis italianos.

Com o emprêgo da 1ª DIE, teve pleno funcionamento a atividade de sepultamento. Era responsabilidade do Serviço de Intendência divisionário, que tinha como elemento executante o Pelotão de Sepultamento, integrante da Companhia de Intendência.

Esse Pelotão exercia tôdas as atividades relativas a sepultamento. Durante a defensiva, instalou um Ponto de Coleta de Mortos (P Col M) nas saídas N de Porreta Terme. Para ai eram evacuados os mortos pelas próprias unidades. Cabia ao Pelotão, basicamente, a coleta, identificação, evacuação e sepultamento. Para o sepultamento, responsabilidade do escalão do Exército, foi instalado pelo Pelotão o Cemitério Militar de Pistóia, que funcionou até o final da guerra.

Verificamos assim que a Divisão exerceu não só aquelas atividades que são sua atribuição normal hoje, como também as de responsabilidade do Exército, ou seja, a evacuação dos P Col Mortos e o sepultamento propriamente dito.

Serviço de Finanças

O Serviço de Fundos da FEB (OND) era uma organização original, criada para atender às peculiaridades da Fôrça. Dispunha dos seguintes órgãos (Fig n.º 4):

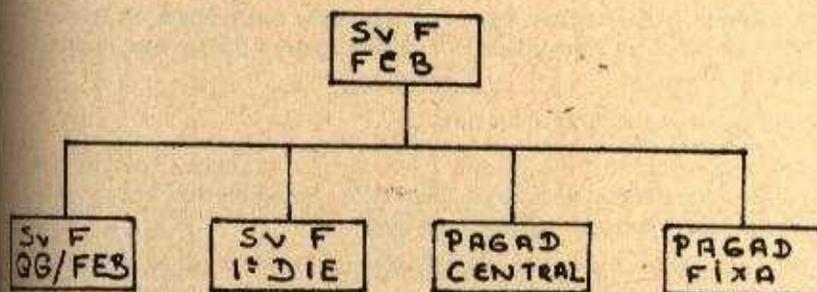


Fig 4 — O Serviço de Fundos da FEB

- Chefia
- Serviço de Fundos da Divisão
- Serviço de Fundos do QG da FEB
- Pagadoria Central
- Pagadoria Fixa

Cabia ao Serviço prover os recursos necessários aos pagamentos de pessoal, material e serviços e executar tôdas as indenizações devidas.

Vejamos como funcionou o sistema.

— A Pagadoria Fixa (Livorno) recebia da Agência do Banco do Brasil de Nápoles os créditos da FEB e os depositava no Serviço de Fundos da Divisão, que os redistribuia pelas unidades.

— A Pagadoria Central (Rio de Janeiro) recebia do Banco do Brasil e da Caixa Económica Federal — e pagava — as importâncias destinadas aos pagamentos dos dependentes e credores dos expedicionários, enviados pela Pagadoria Fixa.

— O Serviço de Fundos da Divisão controlava a contabilidade das fôlhas de pagamento dos oficiais e aspirantes a oficial, a recapitulação das fôlhas das praças e o recolhimento de importâncias não pagas aos combatentes.

Os vencimentos eram pagos em três cotas:

— uma *cota fixa*, paga ao militar na Itália, em liras de ocupação, correspondia a um vencimento;

— uma *consignação*, equivalente a outro vencimento, pago à família do militar, em cruzeiros;

— a terceira parte, outro vencimento, era sujeita aos descontos e consignações; o saldo desta constituía o *fundo de previdência*, depositado na Caixa Económica Federal em nome do Interessado.

Assim eram muito bem pagos os nossos soldados — dos mais bem pagos do TO, — possibilitando-lhes a realização de poupanças. Esse fato contribuiu para elevar o moral.

É interessante assinalar, também, a criação da Agência do Banco do Brasil de Nápoles, para atender especialmente a FEB e que muitos serviços prestou.

Serviço Especial (Divisionário)

Era composto de uma Chefia e de alguns auxiliares. Acionava, entretanto, uma série de outros elementos. Seu objetivo era a recreação, o bem-estar e o moral da tropa.

Não alcançou o nível de funcionamento do Serviço equivalente do Exército norte-americano, mercê da precariedade de meios e recursos e da falta de entendimento — até certo ponto — da sua grande importância para o desenvolvimento e manutenção do moral.

Apesar de deficiente, apresentou realizações que foram de grande utilidade:

— Instalação de hotéis de repouso, em Florença;

- criação do "Zé Carioca", jornal que divulgava notícias do Brasil e da guerra;
- organização de "shows";
- realização de retretas com a Banda de Música;
- realização de partidas de futebol contra equipes inglesas e italianas.

Serviço Religioso (Divisionário)

Era constituído de um Capelão Chefe, vinte e quatro capelães católicos e dois protestantes.

Além das atividades religiosas, em que levaram aos homens o conforto da fé, os capelães cooperaram enormemente com os comandos das unidades no combate às doenças venéreas, à indisciplina, nos programas de diversões, no levantamento do moral, nas visitas aos feridos e em muitas outras tarefas.

Serviço Postal

Foi organizado nos moldes do Serviço do Exército norte-americano, respeitadas as peculiaridades dos Correios do Brasil.

Disponha dos seguintes órgãos:

- Chefia (Livorno);
- Correio Coletor (Rio de Janeiro);
- Correio Coletor (Natal);
- Correio Regulador (Natal);
- Correio Regulador (Livorno);
- Estação Postal, no QG divisionário.

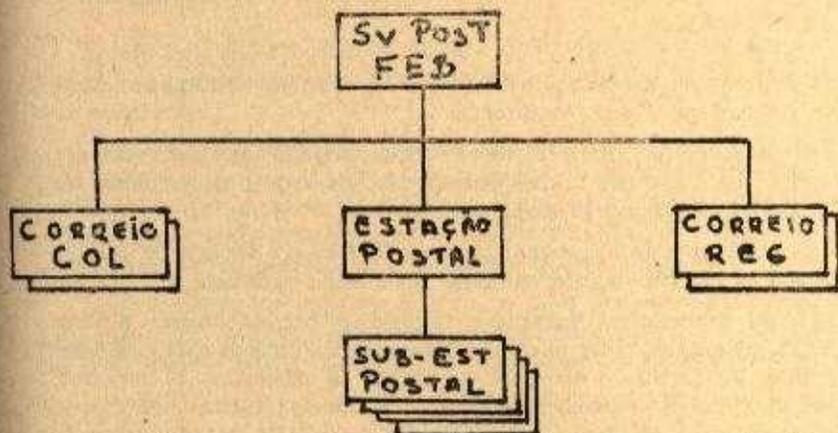


Fig 5 — O Serviço Postal

Vejamos o funcionamento global do sistema.

— Os Correios Coletores recebiam a correspondência, censuravam-na, preparavam as malas e as remetiam ao Correio Regulador de Natal.

— O Correio Regulador de Natal remetia essa correspondência ao Correio Regulador de Livorno que, por sua vez, a remetia para a Estação Postal.

— A Estação Postal se desdobrava em subestações: uma no PC Avançado da Divisão, em Porreta Terme, outra em La Pieve, no P Distr/Div, outra no hotel brasileiro, em Florença, e o núcleo principal no PCR/Div, em Pávana. O núcleo principal abria as malas e separava a correspondência, enviando-a às subestações.

As unidades apanhavam a correspondência nas subestações e a distribuíam aos seus homens.

As irregularidades eram comuns no início das operações, devido não só à falta de recursos como de experiência dos encarregados. Essa situação evoluiu com o passar do tempo, até chegar a resultados mais satisfatórios.

Essas irregularidades, sobretudo o extravio de encomendas, traziam conseqüências desagradáveis, com repercussão negativa no moral.

Por outro lado, a chegada em tempo oportuno da correspondência aos homens provocava grandes alegrias, de efeito altamente benéfico.

Assim deve-se ressaltar que um perfeito funcionamento do Serviço Postal é fator enormemente favorável à obtenção e manutenção do moral.

(3) **Manutenção da disciplina, lei e ordem**

Justiça Militar

Compreendia um Conselho Superior de Justiça Militar, um Conselho de Justiça e duas Auditorias.

As normas processuais vigentes foram simplificadas para atender à pronta repressão dos crimes perpetrados na frente de combate ou em regiões ocupadas pela tropa brasileira.

As Auditorias funcionavam junto à Divisão. O Serviço de justiça divisionário trabalhou intensamente instruindo processos.

Foram condenados, durante o funcionamento da Justiça Militar da FEB, 137 delitos, entre os quais: 2 homicídios dolosos e 14 culposos, 6 roubos, 19 furtos; 1 caso de covardia, 18 descatos a superior, 11 desobediências, 8 insubordinações, 5 violências contra superiores, 5 inobservâncias do dever militar, 6 abandonos de posto, trinta e quatro deserções e 8 casos sexuais.

Quanto às deserções, diz o Ten Cel Castello Branco (ob cit): "... devemos destacar dois aspectos interessantes: Primeiro, dos 34 casos registrados, a maioria foi devida a desobediências aos prazos de licenciamento ou de dispensas do serviço concedidas aos homens e não decorrência de evasões do combate, o que constitui motivo de muita lisonja para a FEB. Segundo, este total, bastante reduzido, decorreu, fundamentalmente, de três fatores: tempo relativamente curto das operações, a circunstância da tropa estar atuando em território estrangeiro, grandemente afastado do solo da pátria, e o fato de combater um povo que defendia ideologias diferentes das suas."

Serviço de Polícia

Compunha-se inicialmente de uma Chefia e de um pelotão de Polícia. Em março de 1945, o Pelotão foi transformado em Companhia a 4 Pelotões.

A Companhia de Polícia realizou com eficiência o controle de trânsito, forneceu escoltas para prisioneiros de guerra, estabeleceu guardas em instalações e quartéis-generais, além de prestar guardas de honra.

e. Assuntos Cíveis

Introduzimos este título apenas para lembrar que essa atividade de apoio nem sequer recebeu a atenção dos historiadores da FEB, talvez porque ela, à época, não estivesse ainda esquematizada.

4. CONCLUSÃO

Após esse rápido bosquejo sobre a organização e funcionamento do apoio administrativo na FEB, torna-se possível a nós tirar algumas conclusões.

— A bibliografia existente, à exceção dos livros do Ten Cel Castello Branco (bastante citado neste trabalho) e do Ten Cel Fernando L. Biosca (*A Intendência na Guerra*), é omissa quanto ao apoio administrativo, campo vasto para indagações de toda a natureza, constituindo-se numa barreira à curiosidade do pesquisador.

— A experiência da FEB precisa e deve ser estudada profundamente para se poder aproveitar, de maneira cuidadosa, as lições que ela oferece, particularmente no campo do apoio administrativo.

— Em linhas gerais, à luz dessa experiência, são bastante válidas as premissas levantadas pela ECEME para a consecução do apoio administrativo em teatro de operações extracontinental.

— Torna-se necessária a previsão, desde o tempo de paz, ao se concretizar o Sistema de Apoio Administrativo do Exército Brasileiro (SAAEB), de um arcabouço que permita, sem grandes dificuldades, o apoio a uma força brasileira no exterior, empregada à luz de uma doutrina militar não necessariamente a nossa. Isso é vital que ocorra para que não se volte a repetir a improvisação que foi nota dominante na FEB e origem de dissabores e vexames por que passaram os nossos expedicionários.

— O perfeito funcionamento do apoio administrativo resultará, fatalmente, não só em maior eficiência combativa das unidades, como também em fator preponderante na manutenção do moral.

— Com a FEB, torna-se patente a facilidade de adaptação do soldado brasileiro a outras situações, até então desconhecidas para êle.

— A alimentação da tropa deve merecer cuidados especiais, por seus reflexos no moral. Se não fôr possível a manutenção do suprimento Classe I totalmente brasileiro, pelo menos, e na pior hipótese, deve-se pensar no suprimento misto. Também é desejável uma prévia adaptação ao nôvo regime alimentar, antes da força entrar em operações.

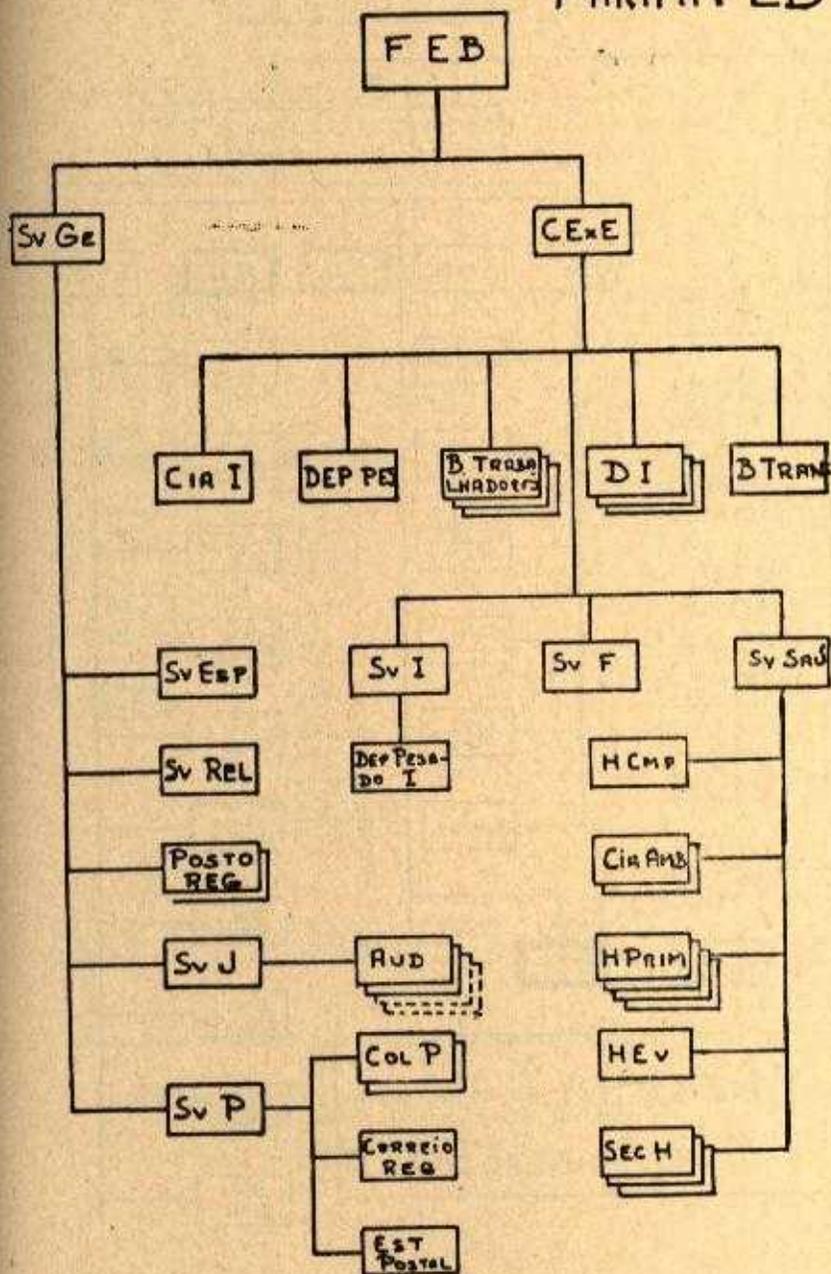
— No setor de Saúde, a experiência da FEB cresce de importância e merece uma análise mais cuidadosa, parecendo-nos bem válida ainda hoje no que diz respeito à existência de seções hospitalares brasileiras nos hospitais da força enquadrante.

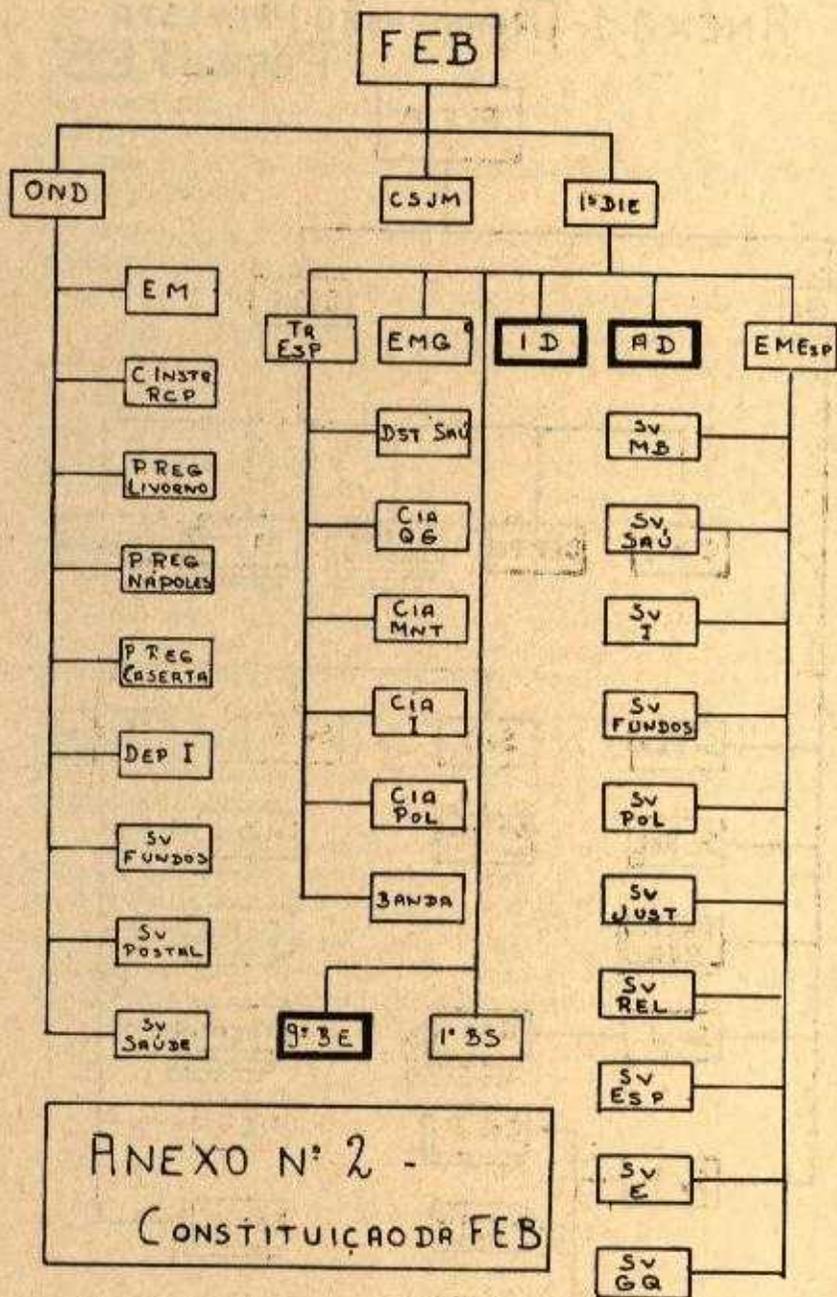
— Quanto aos recomplementos, a lição que se pode tirar é que o homem mal instruído e mal ambientado, como foi o caso inicial da FEB, trará problemas quando de seu enquadramento numa tropa em situação de combate.

— Pode-se ressaltar ainda a necessidade de um perfeito funcionamento dos Serviços administrativos para, ao lado de um adequado apoio logístico, conservar a tropa com o moral elevado.

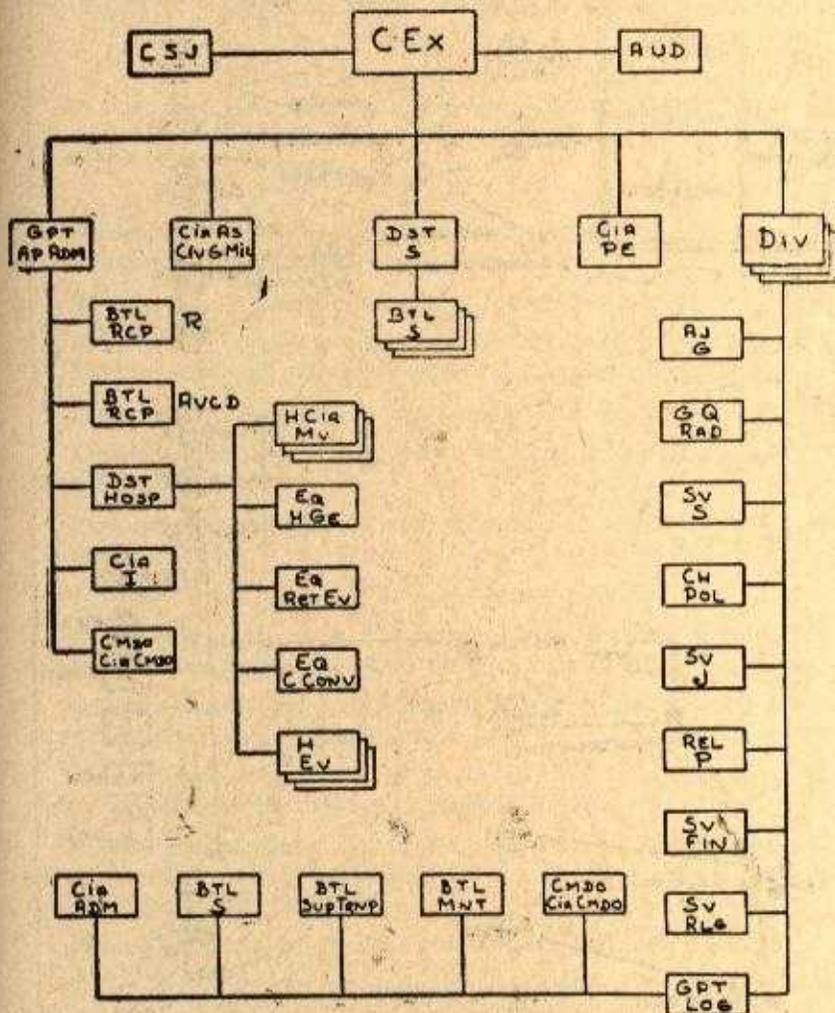
Ao concluir queremos deixar patente a precariedade dêste trabalho em que a deficiência de fontes de consulta, ao lado das falhas inerentes ao autor e das injunções escolares, foi fator negativo.

ANEXO 1 - ORGANIZAÇÃO PREVISTA PARA A FEB





ANEXO N° 3



FORÇA BRASILEIRA DE VALOR CORPO DE EXÉRCITO
 (ELEMENTOS DE APOIO ADMINISTRATIVO)
 (DO TC 104.10-4)

VINTE E SETE DE NOVEMBRO DE 1970

Discurso proferido, em nome das Forças Armadas, pelo Ex.^{mo} Sr. Gen Div Álvaro Cardoso, junto ao Monumento às vítimas tombadas no cumprimento do dever.

Recordação, reverência, presença e afirmação traduzem o motivo, o fundamento e a finalidade desta reunião.

Recordação de companheiros de farda que se foram, faz 35 anos.

Reverência a soldados que se deram ao sacrifício de suas vidas, cidadãos devotados à manutenção da ordem e da tranqüillidade.

Presença de camaradas consagrados a luta contra o comunismo.

Afirmação de uma Pátria livre, Nação soberana; afirmação de propósito nacional.

Para os companheiros hoje relembrados, novembro de 1935 marcou a posteridade.

"A morte é um selo autêntico na memória do homem."

"Se, para o crente, é ela o momento do qual depende a eternidade, é, para todos, o instante do qual depende a posteridade."

Os que caíram combatendo naquele novembro asseguram o direito ao porvir pelas razões do momento supremo.

Num relance, a grandeza, o desprendimento: — exemplo de civismo, consciência profissional, formação militar.

Apenas um momento — e estão eles conosco até agora; presentes permanecem e, mais adiante, pelo futuro, seguirão incentivando um Brasil de grandiosa finalidade.

Juntos, em nova celebração, renovaremos louvores à Pátria.

É um encontro que os designios da História marcaram, onde, sendo nós os vivos partícipes, melhor percebemos o caminho que aquêles valentes souberam indicar.

Encontro aprazado nesta Praia Vermelha, atraente borda, palco que foi de ocorrências decisivas, chão de lembradas passagens, onde a aura viajora do Oriente e o salso acalento do Atlântico se confundem no permanente embalo do repouso dos heróis de Dourados e Laguna que aqui vieram em merecida eternidade.



MONUMENTO AS VITIMAS DA INTENTONA COMUNISTA DE 1935

Neste local impregnado de civismo, recordação, orgulho e emoção nos reunimos — Forças Armadas, Povo, o Brasil — para render merecimentos, prestar homenagem, formular expectativas e redobrar confiança nos destinos do País e no valor dos seus homens e dos seus dirigentes.

Sim, aqui estamos; é a homenagem aos militares tombados no motim comunista em defesa da democracia e da liberdade.

Sim, valorosos companheiros de novembro de 1935, intímoros lidadores, se bem soubestes morrer, melhor tendes, ao nosso dever lembrado o compromisso que ficou; vossa participação foi bem compreendida.

Temos nos empenhado por ser bons depositários da mesma causa, defendendo com intransigência a liberdade e a democracia que sustentastes, os mesmos ideais por que vos destes em exuberância de vida e carreira.

Entretanto, pela morte que sofrestes não vos choramos, não vos lamentamos, pois os bravos temos por símbolo bem alto erguido, fanal sempre à vista.

Não importa como vos abateram.

A traição que em pérfida surdina armou o braço assassino, as balas que no fragor da luta vos alcançaram não liberaram caminho ao sanhudo assaltante.

E, na realidade, nunca se poderia aceitar uma filosofia de vida que não admite a liberdade, não considera a religião, desprestigia as instituições, desmerece a justiça, a moral e a família, derroga tradições, não promove convivência pacífica, filosofia que não tem sentido nacional.

Que seja apenas uma longa e tenebrosa seqüência de golpes, protestos, subversão, roubo e assassinio, terrorismo, prepotência, assaltos e seqüestros, instabilidade e insegurança, discórdias e destruição, permanente afronta aos padrões que nos formaram.

Doutrina que atenta contra a razão e o coração, contra o conceito democrático, dificulta o exercício da soberania tranqüila e construtiva, desvirtua Trabalho, Religião, História, Pátria e Nação; doutrina que "ameaça submergir as instituições que fizeram grandes os povos."

Não somente a evitamos como a repelimos em luta incessante pois o inimigo é perseverante e ardiloso.

Não descansa: — Constantemente, é sanguinário e brutal; solerte e traçoieiro, sempre; prepotente e conquistador, continuamente.

Na espreita, no golpe e no arreganho, dificilmente esmorece no intuito de solapar a estrutura que temos preservado — a liberdade

de mantermos os nossos valores e os nossos padrões como paradigmas que instituem a moral, exaltam o civismo e organizam a sociedade.

Sem dúvida, por tudo isso, "repudiamos a pregação dos extremistas que exigem, de forma primária, a destruição das instituições."

A violência — mesmo a dos "pacíficos" — "só e sempre destrói, nada constrói; só excita paixões, nunca as aplaca; só acumula ódios e ruínas e não a fraternidade e a reconciliação."

Sua filosofia é a negativa, sua finalidade a derrocada, seu instrumento o terrorismo, seu objetivo uma nova ordem estranha e hostil.

Não é resposta a coisa alguma; ao contrário, é a agressão em precedência e prioridade, um desarrazoado e injusto desafio, um ultraje, uma afronta ao regime que se processa em expectativa de grande proveito.

É, tão-somente, subversão: — da origem aos resultados, dos propósitos à realidade.

A repressão à violência do terrorismo é atitude de defesa, natural e conseqüente anseio de sobrevivência e de salvaguarda de uma estrutura que tem sido tradição, história, vida e presença do Brasil.

Não há como inverter-se essa referência de causa e efeito embora isso tentem e busquem aqueles que habitualmente demudam palavras e conceitos.

Capciosamente, insnuam como premissa de injustiça e subjugação toda política que empreenda o Brasil para concretizar objetivos de tranqüilidade e desenvolvimento.

Na forçada falsidade, situam a violência como efeito ou resultado, conseqüência tentando capitalizar simpatia ou indulgência para a revolta, para a provocação, para os resultados da criminosa iniciativa e, suplementarmente, sugerir a condenação do regime.

No entanto, a realidade aí está.

De um lado, o formal repúdio, pelos brasileiros, do comportamento dessa desbrasileirada minoria, vanguarda vermelha a serviço inimigo, ponta de lança à procura de uma brecha por onde infiltrar-se.

De outro lado, o aplauso, o apoio e o incentivo às medidas e providências com que a Nação vem se resguardando, concordância nacional com o compromisso de manter-se o País fiel aos princípios da democracia e da liberdade.

Que se calem os deturpadores de palavras e conceitos, habilidosos na sub-repção e na dialética do tumulto, os de insinuação fácil, ornamentada e falsa, os que pintam a execração com as cores da simpatia, retratam o ódio em ângulos de tolerância e pretendem mostrar a tranqüilidade na violência, "os que falam e não se reconhecem na própria fala".

Que os pregadores da incompreensão e do desgaste considerem no justo termo as condições e as características do nosso progresso, as dificuldades, as servidões e os limites que devem ser superados, o honesto e pesado empenho dos nossos dirigentes, a necessidade de ajustado acôrdo e serena decisão para mais desenvolvimento.

Que a evidência e a reflexão vençam a relutância e que se faça ouvir o bom chamamento.

Por que não ser brasileiro onde se é brasileiro?

O BRASIL "está a exigir de seus filhos uma atuação que realmente corresponda à magnitude do seu território bem como aos levantados ideais das gerações que legaram todo êsse imenso patrimônio."

Que outra mensagem veríamos neste encontro senão esta de entendimento e estímulo?

Mensagem que se inspira no modelo e na conduta dos bravos de 1935 e que se endereça a todo o BRASIL pela firmeza e pela esperança do seu significado.

Que outra finalidade a não ser o firme desejo de permanência nacional?

Nesse propósito está a consciência de tôda a gente brasileira que se identifica com o sacrifício realizado pelos companheiros daquele novembro.

Consciência que exalta e entusiasma — um estado d'alma que congrega brasileiros, desfaz equívocos e relaxa tensões, uma tomada de posição que inspira confiança e traz esperanças aos que duvidam.

Senti-la, é corresponder ao apêlo de governantes decididos e capacitados para realizarem um BRASIL de amanhã, responsabilidade que se harmoniza com março de 1964 nos esforços que concretizam os objetivos revolucionários.

Todos nós, sem dúvida, somos o "OUTRO DIA", aquêle futuro que desejamos, a meta para a qual, TU, CIDADÃO, QUE AGORA ME ESCUTAS, trabalharás; um BRASIL para cuja grandeza sempre estarás convocado.

Se és môço, não te incorpores aos desagregados da família, aos desarrumados da sociedade ou aos insensíveis à Pátria, não malbarates esforço e mocidade — o BRASIL muito depende da tua participação, muito se tranqüiliza com a tua compreensão; és indispensável fator do progresso desta Nação que se engrandece contigo e em ti se aprimora.

BRASILEIRO!

Sente a ânsia de desenvolvimento e pensa no teu concurso; escuta o teu íntimo de cidadão e satisfaz o teu coração de patriota; ouve o brado de civismo e divisa o teu País mais portentoso.

Risca e traça o solo fértil dêste BRASIL com os recursos que a técnica já te dá; penetra as selvas e os sertões e põe ali vida e aperfeiçoamento; pela rosa-dos-ventos, espalha suor e colhe fácil o fruto da tua faina; povoa os teus ricos campos, solta a força das tuas águas caindo, movimenta fábricas, abre escolas, ocupa o teu chão.

Apanha e recolhe o que te deu o Criador, acelera as máquinas do teu dinamismo; anda, vai depressa, tens tudo a favor; em pouco tempo, afirmarás, de fato, a tua presença no BRASIL, e melhor, no mundo, a presença do teu BRASIL.

Progride, avança porém, eleva o teu pensamento a Deus e inspira-te nas normas da Moral e da Justiça; nunca percebas rancor nas linhas do Evangelho nem tumulto na concórdia da Religião; há uma consciência que te fala, uma emoção que te governa; teus filhos e teus irmãos em ti confiam, esperam e se apóiam.

Que tudo faças mas, sempre, com o BRASIL na tua mente e no teu coração como o tiveram os companheiros das jornadas de novembro de 1935, os bravos soldados outra vez aqui lembrados nos seus feitos e na celebração que nos congregou, outra vez a nós reunidos, outra vez a nos responderem:

"PRESENTE! AQUI AINDA ESTAMOS!"

A ESSÊNCIA DA AUTORIDADE PROFISSIONAL MILITAR

Ten Cel Inf QEMA

JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO

A Crise Mundial

O caráter dinâmico das sociedades humanas impõe contínua avaliação das razões determinantes de todos os instrumentos que vão sendo criados para o seu bem-estar. Embora os homens insistam em procurar soluções definitivas para seus problemas humanos, estas serão sempre, inexoravelmente, circunstanciais. Qualquer cristalização institucional, por mais bela que se apresente, conduzirá, mais cedo ou mais tarde, a hiatus para reformulação, crises e perda de eficiência pela estíolação de órgãos que não puderam adaptar-se a novos fatores emergentes. Na época atual — constatamos todo o dia — o desenvolvimento tecnológico, em impressionante progressão, cria pressões sociais de toda a ordem e em todas as latitudes. Por quê? Fundamentalmente porque os instrumentos através dos quais se tem pretendido buscar a felicidade dos homens continuam rígidos e tornam-se inúteis, fixados no tempo enquanto as sociedades que os criaram continuam a evoluir. Se até o princípio do século essa evolução permitiu que os orga-

nismos e as instituições entrassem em processo lento de desatualização, já agora isso não ocorre. A fantástica ubiqüidade dos fatos atua como um vetor de transformações sociais extremamente perigoso para nações desaparelhadas.

Ninguém pode ser rico sem que a presença da miséria o contunda; os pobres sabem das satisfações da opulência; as vítimas e os mártires conhecem a justiça; os carrascos e os heróis se apresentam ao julgamento de todos; as vitórias e as grandezas do homem são festejadas por toda a humanidade; seus desenganos e torpezas afetam a todos, estejam preparados ou não para isso. Esse fenômeno tem influenciado de tal forma a sociedade humana que — de repente — tudo pode ficar obsoleto e impróprio. Até que essa estupenda força do conhecimento, liberada pelo mundo, produza todos os resultados e, com isso, sossegue-se a grande crise do nosso planeta, os órgãos e as instituições não podem dispensar o cuidadoso acompanhamento dos novos fatores e das novas razões que lhes devem servir de alcerce.

A evolução do Exército

Praticamente inexistente nas organizações públicas brasileiras capacidade intrínseca para acompanhar a evolução dos fatores que, inicialmente, determinaram a sua criação. A adaptação, por isso, torna-se penosa e difícil, ocorrendo por pressões de fora que provocam colapsos periódicos com perda de eficiência em larga faixa de tempo, anterior e posterior à transformação. A Força terrestre brasileira, porém, sendo o instituto básico de nossa segurança, ao apresentar qualquer inadequação a novos fatores ou dificuldade para atualizar-se, criaria uma situação de perigo à própria sobrevivência da Nação. Desatualizada, poderia transformar-se, ela mesma, na mais forte ameaça à segurança numa inversão fácil de ser compreendida. Precisamos pensar nesse problema, pois as responsabilidades assumidas pelo Exército a partir de 1964 não lhe proporcionaram, ainda, o tempo contínuo necessário para que pudesse empreender uma reforma global e audaciosa que, entre outras coisas fundamentais, institucionalizasse essa capacidade intrínseca de evolução. O roldão dos acontecimentos obrigou-o a se adaptar e adequar, parceladamente, a situações diversas daquelas para as quais estava rigidamente estruturado. Passados êsses primeiros sete anos da Revolução, durante os quais tôdas as investidas renovadoras e saneadoras procuraram as infra-estruturas e a adaptação das nossas instituições básicas aos novos fatores que emer-

giram no quadro brasileiro, já existem conquistas irreversíveis nos campos político, social e econômico, que permitem e favorecem o debate de idéias para a reavaliação de aspectos do campo militar. Reavaliação global que procure razões brasileiras como de resto têm sido brasileiros os fundamentos da Ação Revolucionária de 64.

A discussão das idéias deverá preceder — e é imprescindível que o faça — qualquer reformulação de amplitude.

De onde veio e para onde vai o Exército?

Só a resposta a essa indagação filosófica poderá emprestar ao presente que vivemos o verdadeiro sentido, relacionando-o com o futuro. Para isso, entretanto, é preciso que adotemos — os soldados profissionais brasileiros — inicialmente, uma atitude mental favorável à reavaliação e formulação das razões militares atuais sem o que qualquer nova estruturação careceria de alcerces. Seria incongruente a tentativa de arrumação da casa, de forma completa, com base em valores, idéias, interpretações e conceitos alheados de nossas conveniências e de nossa cultura.

A autoridade profissional militar

As potências comunistas organizam e mantêm grande e poderosos exércitos nos quais a autoridade militar encontra fundamentação, sem procurar valores individuais que as justifiquem e onde o soldado pode ser tângido ao sacrifício, por razões exclusi-

vamente coletivas. As nações democráticas são igualmente capazes de estruturar forças militares eficientes, assentando, porém, a autoridade militar em motivações próprias. Parece-nos, portanto, que o primeiro valor militar a ser discutido é a essência da autoridade profissional dos soldados na democracia. A disciplina será o reflexo e o reconhecimento dessa autoridade.

Segundo Erich Fromm existem dois tipos de relação superioridade-inferioridade, aos quais chama de autoridade racional e autoridade inibidora (1). Em um exército moderno em campanha ou, mesmo, no âmbito de uma força militar qualquer empregada no quadro da segurança interna, desde que tenha havido uma cuidadosa motivação do combatente, o chefe militar e seus subordinados devem possuir interesses coincidentes. Na coincidência de interesses de chefes e subordinados, justamente, residirão os fundamentos da autoridade militar que deve ser identificada, em consequência, como um tipo racional de relação superioridade-inferioridade.

Se considerarmos a força militar aplicada — teste máximo para a organização — psicologicamente a relação que deve unir superiores e subordinados é o resultado de uma conveniência em que ambos procuram evitar a destruição comum, seja esta encarada imediatamente, no combate ou face ao perigo, seja num sentido mais amplo, da própria nação, cujos valores permanentes se encontram ou podem encon-

trar-se sob ameaça. Para que a aceitação da autoridade do superior seja conveniente ao subordinado, deve ser aceito como capaz de conduzi-lo para a conjuração do perigo imediato ou de sua ameaça. Reconhecendo a habilitação do seu chefe o soldado deverá, também, admitir que a organização militar que integra será capaz de contrapor-se ao perigo que se apresenta. Daí extraímos os dois primeiros elementos importantes da autoridade militar — a competência profissional do chefe e a adequabilidade da organização militar. Esses fatores, competência e adequabilidade, se interligam e do seu equilíbrio dependerá, em grande parte, a possibilidade de institucionalização da autoridade, uma vez que as escolas podem produzir chefes eficientes, como maioria, para atuar dentro de organizações, no mínimo, satisfatórias. Sabemos que só gênios militares conduzem ao sucesso forças desequipadas e com efetivos insuficientes e, por outro lado, de nada adiantam modelos de organização militar entregues a direção incapaz.

O significado amplo do sentimento de mútua preservação entre o chefe militar e o subordinado, refere-se à projeção de ambos na própria Nação; o prenúncio de desgraça nacional com a destruição dos valores sociais e morais que todos aceitam, dará a consciência da conveniência comum de evitar a extinção daquilo com o qual ambos aprenderam a se identificar — a Pátria. — Chegamos, então, ao terceiro ele-

mento importante da autoridade militar: o conhecimento e a aceitação intelectual dos valores permanentes na Nação — morais e sociais — isto é, a plena convicção de que a sua defesa e preservação significará a sobrevivência da sociedade nacional.

Consideremos, agora, que o soldado deve ser capaz de viver "uma das mais trágicas realidades da vida: o antagonismo entre as exigências do seu eu físico e as metas do seu eu mental" (1), sacrificando-se para defender a integridade de seu espírito, ou do espírito de sua Pátria, com o qual se identifica. É a velhíssima, milenar história, da luta de morte ou do sacrifício individual por uma causa paradoxalmente individual, porém sublimada na mente. O soldado deve fazer a afirmação máxima de sua individualidade com a própria morte ou com a consciência de que o que empreende poderá conduzi-lo a isso. Eis o quarto fundamento da autoridade militar na democracia: o indivíduo não pode ser asfixiado no soldado e, para isso é necessário que este receba a preparação adequada para adquirir suportes emocionais que exaltem a sua individualidade, unindo-o a seus superiores com única alternativa para que ambos sobrepujam a trágica situação que vivem ou que podem viver.

O outro tipo de relação superioridade-inferioridade, a inibidora, poderá decorrer do errado exercício da disciplina militar apartado das situações de emergência e tragicidade para as quais

a força militar é criada. A relação inibidora coloca o superior e o subordinado em conflito de interesses. A autoridade do superior é, basicamente, a condição para a exploração do subordinado. Não estaremos muito longe do exemplo com que Fromm procura caracterizar esse tipo de relação — o dono de escravos (1).

É importante, pois, que se atente de forma permanente para a fundamentação da autoridade profissional militar nos quatro elementos assinalados — a competência do superior, a adequabilidade da organização, o conhecimento e a aceitação de valores permanentes da nação e a exaltação da individualidade do subordinado. Os quatro elementos devem ser desenvolvidos para que tenhamos a autoridade logicamente fundamentada. O combate, a violência ou sua ameaça, poderão, como uma circunstância incontornável e havendo competência profissional do superior e adequabilidade da organização militar, criar a aceitação da autoridade pelo interesse, indiscutível, de sobrevivência. Entretanto, se os outros elementos não estiverem desenvolvidos, essa momentânea e circunstancial pacificação do conflito de relações, face ao insucesso, desmoronará fragorosamente. A história contemporânea aponta exemplos interessantes de estruturas militares consideradas eficientes que ruíram por falta de outros suportes. Somente uma força bem organizada, com estrutura adequada e conduzida com competência, tendo seus integrantes a consciência da ne-

cessidade de preservação da Nação pelos seus valores permanentes, além de terem sido treinados com a exaltação de suas individualidades, poderá sobreviver. Havendo coincidência de interesses e convergência de propósitos a relação superior-subordinado será lógica com a relação mestre-aluno, podendo ficar fundamentada, poderosa e permanentemente, além de, psicologicamente dominada por elementos de admiração e gratidão. O chefe militar poderá, então, transformar-se em emulo, com o qual os subordinados "queiram identificar-se parcial ou inteiramente" (1).

A identificação dos fundamentos da autoridade profissional nos sugere todo um programa de trabalho e direção de esforços para buscar o fortalecimento de suportes indispensáveis à sustentação de uma força terrestre, a partir da possibilidade de um permanente exame crítico construtivo. Somente ocorrerá a prevalência da autoridade em períodos de crise nacional — e portanto da disciplina e da eficiência — se os quatro suportes, interdependentes, existirem em dosagem e profundidade adequada à extensão e duração da crise.

Considerações sobre o problema

As escolas caberá, de forma preponderante, estabelecer e manter o padrão profissional militar. A maior responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, portanto, é não permitir a própria estiolação; para esse fim,

devem introduzir em suas estruturas o instrumento da autocrítica, auto-adaptação e auto-evolução. Uma escola moderna não pode ser monolítica no sentido de estar impossibilitada de adaptar seus currículos ou modificar sua organização, rápida e tranquilamente, face à constatação de novo fenômeno; não deve, entretanto, evoluir impelida pelos acontecimentos mas, justamente ao contrário, deve receber a projeção do futuro para estruturar-se e promover o ensino. Demasiadamente sólida só será capaz de evoluir aos arrancos e, na melhor hipótese, atualizar-se com maior ou menor atraso em relação aos novos fenômenos. A missão das escolas modernas é impelir, empurrar, arrastar, provocar e instigar. Só assim poderão produzir chefes capazes, além de psicologicamente aparelhados para o exercício de suas tarefas. É preciso, também, que se entrossem em todos os níveis apresentando condições de terminabilidade horizontal, para a imediata absorção funcional de seus formandos, além de se integrarem verticalmente, possibilitando a soma natural de conhecimentos para os níveis superiores. A carreira profissional militar não poderá, por falta desse entrosamento, apresentar bolsões de frustração e de atração civil ou veredas que a nada conduzem. O crescente desenvolvimento do padrão profissional, por isso, exige a existência de um plano de carreira que, colocando os profissionais em constante aperfeiçoamento, não permita o

surgimento de desenganos e desencanto.

A adequabilidade da organização de uma Força Terrestre, em relação à necessidade de fundamentação lógica para a autoridade profissional, é problema difícil para países menos desenvolvidos onde os orçamentos militares constituem ônus pesados para a nação. Além disso o presente absorve a todos e impede a realização daquilo que é essencial para uma força militar nacional — dar ao presente o sentido de projeção do futuro, verdade sintetizada na clássica advertência "Lembraí-vos da guerra". Todavia é preciso que as estruturas militares, refletindo as experiências acumuladas, permitam a aplicação da força como um instrumento adequado e moderno, além de possuírem a capacidade intrínseca de evolução.

O civismo, tal como o compreendemos — conhecimento e aceitação de valores permanentes, sustentáculos da nação, algo fundamental e incontestável que deve sobrepairar às eventuais de-

savenças em todos os campos do processo social nacional — não pode ser desenvolvido apenas dentro da caserna. É tarefa nacional de educação; deve ser iniciada no seio da família, continuada nas escolas de todos os níveis, sendo o seu desenvolvimento, que tornará a nação indissolúvel, fundamental para a racionalidade da autoridade profissional militar: esta terá de ser tanto mais inibidora quanto menor fôr o desenvolvimento cívico do país.

A afirmação da individualidade e da importância do homem na sociedade está no contexto da própria opção democrática. O emprêgo da força em uma democracia consumada jamais se fará em nome de alguém ou de algo que não represente todos — individualmente todos. Esse é o sentido da obra de democratização — que no Brasil foi proposta em 1964 — que, vigorosamente impulsionada, estará, cada vez mais, facilitando e fortalecendo as razões da autoridade profissional nas forças armadas.

ESTRATÉGIA OPERACIONAL

Ten Cel Art QEMA
NEY EICHLER CARDOSO

1 PROPÓSITO

Diz o Almirante Castex que a estratégia é como o espectro solar: tem um infravermelho no qual atinge o reinado da política e um ultravioleta que invade o domínio da tática.

Vimos, no decorrer dos séculos, a dilatação de seu conceito, expandido violentamente após a 1.^a Grande Guerra e tornado extremamente complexo com o advento da arma nuclear. A "arte do general" é cada vez menos dêle na medida em que considerarmos o termo na sua vastidão sempre crescente.

O Gen Beaufre, em conferência para o Colégio da Defesa da OTAN, em 1967, salientou o fato, ao encerrá-la, dizendo: "Como militar, teria preferido que estivéssemos à época de Napoleão e se algum dentre vós encontrar o meio de refazer um sistema militar do tipo napoleônico, bravo. O que é preciso ver claramente, porém, é que hoje êle é cada vez menos importante e que nós militares, estamos mais e mais como numa orquestra onde há o tambor, a trombeta, o clarim e o violino e não passamos de um instrumento dela. Além disso, não somos mais o regente e não há lugar para solos. Eis o que é preciso compreender bem" (4).

A estratégia em seu antigo conceito parece, assim, restrita àquela faixa do espectro, marginal à tática e ligada às operações militares propriamente ditas. Situada quase na base da pirâmide das estratégias tem acima dela a militar e, no vértice, a nacional.

Identifica-se, porém, dentro dessa posição, com a que realizaram Alexandre, Aníbal, Caxias, Foch e Eisenhower?

Somente uma análise, em face dos novos fatores em jogo, fornecer-nos-á a resposta e, ainda, permitir-nos-á apontar as estratégias relacionadas com as operações militares, distingui-las e apreender a essência da aplicação daquela que se realiza no teatro de operações.

É o que nos propomos, com as limitações inerentes ao choque da brevidade com a vastidão do tema.

2 ESTRATÉGIA E TÁTICA

Sabemos que o uso da estratégia, no nível em que a estamos analisando, data de milênios, mas, o desta palavra para designá-la é nôvo de dois séculos. Antes disso os termos "tática", "grande tática" e "arte da guerra" serviam para êsse fim e se desconhece que Napoleão, seu grande executante, a tenha algum dia pronunciado.

A conscrição universal e a revolução industrial, ao jogarem no campo de batalha massas de homens e materiais, forçaram uma maior atenção com o planejamento, necessário ao domínio da complexidade crescente da guerra. Alargou-se, no tempo e no espaço, a distância entre os atos necessários à concepção e à execução das operações militares. A estratégia passou a ser debatida, caracterizando-se, desde o início, como independente e em plano superior ao da tática. Os pensadores militares ampliaram definições e buscaram precisar limites.

Jomini asseverava: "Estratégia é a arte de fazer a guerra pela carta, compreendendo o conjunto do teatro de operações. A grande tática é a arte de dispor as tropas no campo de batalha, conforme as características do terreno, de pô-las em ação, de combater no terreno... A estratégia decide onde agir; a grande tática decide o modo de execução e emprêgo das tropas". E mais adiante "A estratégia conduz os exércitos aos pontos decisivos de uma zona de operações e influi antecipadamente nos resultados das batalhas, mas, a tática unida à coragem, ao gênio e a fortuna, obtém vitórias (17).

Clausewitz dizia que estratégia "significa a combinação dos diferentes combates para atingir a finalidade da campanha ou guerra" e estudava a tática como "teoria do combate" (7).

O Gen Bonnal era sintético: "A estratégia é a arte de conceber; a tática, a de executar".

Moltke também era breve e nêle se apoiou o Mar Castello Branco para intervir: "Recordemos que a Estratégia é a arte de conduzir as forças para a batalha ou a manobra para a batalha. E que a Tática é a arte de empregar as forças na batalha, de acôrdo com os processos de combate da época, ou a manobra na batalha. A Estratégia diz ao chefe quando e onde deve bater-se; a Tática como bater-se. É o que ensina o velho Moltke" (6).

A delimitação efetuada no século XIX permanece aceita quase na íntegra em nossos dias. Continuaram a estabelecê-lo para nosso exército Chadebec de Lavallade, Baudoin e outros mestres da Missão Francesa. O pensamento militar americano, pragmático e avêso a academicismos, consigna no Dicionário Oficial do Exército a estratégia como voltada "para fazer planos e empregar forças militares

e equipamento com o fim de obter e conservar vantagens sobre o inimigo em operações de combate... Estratégia compreende planejamento em larga escala". Para a tática aponta: "arte de dirigir unidades em combate, planejar e executar movimentos antes da batalha e durante ela, e empregar o poder de combate no campo de batalha".

Parece, assim, perfeitamente demarcada a fronteira entre a tática e a estratégia, ao ficar definido o campo de ação das duas, no espaço e no tempo, em relação à batalha.

Na realidade, porém, existem áreas de bruma e opiniões contraditórias.

Lidell Hart julga que é impossível aquela demarcação de ambas, pois se influenciam mutuamente e muitas vezes chegam a se fundir; considera que não se pode caracterizar quando termina um movimento estratégico e começa um tático, o que acarreta nebulosidade entre seus limites durante a execução. Acredita, contudo, que se apresentem perfeitamente distintos na concepção. E resume, como todos: "A tática vive com o combate e sua execução constitui sua finalidade, enquanto a estratégia o tem como limite" (18).

O Gen Alleret considera como voltados a um fracasso relativo os esforços tendentes a distinguir a estratégia da tática porque seus conteúdos são idênticos, elas tratam dos mesmos assuntos e o que diferencia é unicamente o ponto de vista do qual são observadas, estudadas ou aplicadas. Pensa, mesmo, que é mais razoável considerar os termos com uma significação adjetiva, ligada ao nível onde são concebidas. Deste modo, a manobra de uma divisão, vista por seu comandante, é tática e, sob a ótica do Cmt do TO no quadro da manobra de conjunto, é estratégica (1).

O enfoque de recente estudo de grupo, realizado nos EUA sobre filosofia e conceitos militares, não tem êsse radicalismo, e, pelo seu aspecto integrador merece uma referência. Define a estratégia como "a orientação lógica do poder para controlar situações e áreas para atingir amplos objetivos"; a tática como "o emprêgo imediato de forças e armas específicas para atingir os objetivos da estratégia" e a logística como "a criação e o continuado apoio de armas e forças para, taticamente empregadas, atingirem os objetivos da estratégia. Visualiza a perspectiva do comando abrangendo êsses três campos de ação e sendo por êles influenciada (11).

Podemos resumir os pontos de vista ao afirmar que a estratégia e a tática, apesar de possuírem domínios definidos em relação à batalha, apresentam áreas de interpenetração. Esta visa a aplicação de forças num determinado local, mas, seus resultados são procurados no conjunto estratégico; aquela trata da concepção e conduta

das operações em seu conjunto, porém, seu sucesso repousa no fator tático.

Não há barreiras entre os princípios que ambas utilizam e os executantes de determinado nível de comando transitam do domínio de uma para outra sem maiores prejuízos para a ação que realizam.

Qual será este nível, que nos interessa para visualização efetiva das operações que ocorrem na faixa inferior da estratégia?

O consenso geral aponta o exército de campanha moderno como a unidade que participa de ambos os domínios, realizador, que é, da manobra estratégica e condutor das ações táticas.

E aqui podemos solucionar a questão inicial.

Com o exército, em seu aspecto primitivo, Alexandre e Anibal fizeram tática e estratégia ligada às operações, embora, também intuissem e esboçassem ações das estratégias de nível mais elevado; com êle ora tático ora estrategista Caxias realizou a campanha do Paraguai.

Foch, porém, ao conduzir as forças terrestres aliadas à vitória, esteve bem afastado da tática e acima da direção de exércitos; muitas vezes atingiu o degrau superior, a estratégia militar. Eisenhower também se manteve longe da conduta na batalha, embora nunca ultrapassasse o teatro de operações ao dirigir as operações das forças combinadas aliadas contra o III Reich.

Ao caracterizarmos as ações desses chefes no campo intermediário que analisamos os fatos mostram que a evolução da guerra acarretou o surgimento de estratégias que já não mais utilizam só o exército de campanha ou equivalentes, mas, não chegam a usurpar as atribuições da estratégia militar.

Um retrospecto histórico permitir-nos-á dizer quais são aquelas.

3. ENTRE A TÁTICA E A ESTRATÉGIA MILITAR

O planejamento e a direção de operações em nível superior ao do exército de campanha só tomaram vulto no século XIX, com o estabelecimento definitivo dos exércitos nacionais e subsequente desenvolvimento dos estados-maiores. As guerras, no entanto, eram continentais e predominantemente terrestres; não se caracterizara o envolvimento dos quatro campos do poder e o Comando, afóra as preocupações logísticas que começavam a avultar permanecia muito ligado à linha de frente. A direção militar da guerra ainda conduzia diretamente os exércitos e não encontrava razão para intermediários.

De 1914 a 1918 o conflito abrangeu o mundo; foi terrestre, marítimo e se esboçou nos ares. Economia de guerra e propaganda de

guerra são termos que assinalam sua penetração em todos os campos do poder.

Milhões de homens lutaram em diversas frentes e seus Comandantes-em-chefe manobraram exércitos e grupos de exércitos. A direção militar da guerra já não mergulhou nas operações, embora, de ambos os lados, não se tenha levado a praticar uma estratégia militar de coalizão, como hoje a concebemos. Poder-se-ia assinalar, por essa falha e pela extensão da luta às várias frentes e outros continentes, a existência de seis guerras distintas, com diferentes estratégias. Elas não impuseram, todavia, a criação de comandos unificados para cada uma, por uma série de fatores. Primeiro, porque os centros de poder da época decidiram, praticamente nos seus territórios, no limitado espaço europeu, a sorte da contenda; os demais confrontos foram de importância secundária. Segundo, porque o poder aéreo ainda não se afirmara e, salvo alguns desembarques, as operações terrestres foram independentes das navais. A batalha da Jutlândia, o bloqueio e a campanha submarina se realizaram dentro da conduta geral da guerra e não em prol de operações específicas. Finalmente, porque os Estados Unidos, cujo pensamento militar analisaremos a seguir, não desfrutavam da posição de hoje e só contribuíram com força expedicionária no final do conflito. A idéia de comando unificado de um teatro de operações, em germe, não teve oportunidade de se desenvolver.

No interregno entre as duas guerras, o Almirante Castex, ainda que voltado particularmente para as operações navais e sem atentar para os problemas logísticos, delineou o conceito do escalão teatro de operações. Dizia ele, em suas "Teorias estratégicas": "O Comando em Chefe de um TO, entendido da maneira moderna, é um escalão de comando estratégico, ao qual incumbe a conduta das operações numa região determinada, e que tem autoridade sobre todas as forças que nela atuam: navais de alto mar, aéreas e navais mesmo, se estas estiverem à disposição da Marinha. Ele mantém sob suas ordens tudo o que, dependendo de sua missão, opera sobre ou sob as águas, no ar e em terra, numa área geográfica previamente delimitada". (8). Intuíra o Almirante a associação das áreas geográficas com a estrutura do comando; reconheceu a "fisionomia toda nova das operações, caracterizada pelo acréscimo de sua densidade no espaço e, sobretudo, pela precipitação de seus acontecimentos no tempo". Não alcançará, porém, o vulto das ações e a complexidade das interações, que induziam a uma integração que só seria obtida em 1942.

No início da Segunda Guerra Mundial, os sucessos alemães foram obtidos numa seqüência de campanhas rápidas que lhes asseguraram o domínio do continente europeu. A estratégia militar alemã, por esta circunstância, tendeu, ainda mais, a ser continental, terrestre e agir

em linhas interiores. Seu Alto Comando, de organização complexa e dominado pela figura de Hitler, mesmo após a invasão da Rússia e até o final da guerra, talvez por tudo isso, não se mostrou permeável à descentralização e à combinação de forças singulares.

Do lado allado, no entanto, o aparelhamento de um nôvo parceiro, os Estados Unidos, foi decisivo. A barreira natural das fossas oceânicas e a superioridade incontestada em seu continente salientavam, para os planejadores militares daquele país, a guerra longe de seu território e, também, a importância das linhas de suprimento e de uma marinha que assegurasse o domínio dos mares e o desembarque do poder militar terrestre onde necessário. Sua filosofia de vida, organização política e sistema econômico indicavam, mais que aos outros, a conjugação de esforços mas, também, a delegação de competência.

A luta simultânea com o Japão e a Alemanha e a vastidão das áreas conflagradas foram os catalisadores que os levaram a admitir e defender, entre outros, a instituição de comandos unificados que se encarregassem de missões estratégicas contínuas a serem cumpridas com integração das forças singulares, em amplos espaços.

A Junta de Chefes de Estado-Maior Aliada (Combined Chiefs of Staff CCS) surgiu como consequência da Conferência de Washington, em janeiro de 1942. Uma de suas atribuições era a definição dos teatros de operações e nomeação dos respectivos comandantes, o que executou várias vezes no decorrer da guerra, estabelecendo de maneira definitiva esse escalão de comando.

E, finalmente, o desenvolvimento tecnológico ampliou de tal maneira o raio de ação e capacidade da aviação estratégica e outros vetores dos meios de destruição convencionais e em massa, que demandaria em subutilização restringi-los a uma única área geográfica, mesmo bastante ampla. Por outro lado, a magnitude das exigências logísticas de diferentes teatros de operações, talvez situados em direções divergentes e nos dois hemisférios, leva à idéia de retaguardas grupadas geograficamente em conjuntos homogêneos, que constituiriam um escalão mais elevado, garantia de continuado fluxo de armas e forças, em consonância com as linhas mestras da estratégia militar.

Em 1944-1945, o problema se resumia na aviação estratégica, de expressão bem menor que a atual, e a CCS pôde avocar seu controle estratégico, colocando o Gen Arnold como elemento executivo. Hoje, porém, com o crescimento dos fatores citados, já se pensa em intercalar um nôvo elo de comando entre a direção geral e o teatro de operações: o teatro de guerra.

Entre a tática e a estratégia militar parecem situar-se, portanto, uma estratégia relativa às grandes unidades das forças terrestres e outra relativa a missões a serem cumpridas por forças combinadas,

em amplas áreas geográficas. Esboça-se, ainda, uma área indivisa entre a estratégia militar e essa última, onde seriam executadas operações em proveito de ambas.

4 ESTRATÉGIA OPERACIONAL

A estratégia militar, como as do mesmo nível nos demais campos do poder, exige para a concretização de suas disposições, linhas de articulação entre a concepção e a execução, ou seja, instrumentos que convertam a formulação de procedimentos em ação efetiva e a dirijam para o fim visado.

A doutrina soviética, já há algum tempo, escalona sua "arte militar" em estratégia, arte de operar ou operacional e tática, dentro da concepção primeiramente exposta pelo Maj Gen Svechin, em 1926. A arte operacional, em posição intermediária, é especificamente descrita como "a teoria e a prática de organizar e conduzir as Frentes (equivalentes aos G Ex) e os Exércitos em suas operações". (13).

Os alemães, sempre voltados para a ação (Im anfang war die Tat — No princípio estava a ação, dizia Goethe, no Fausto), também reconheceram essa necessidade no campo militar terrestre e a chamaram de estratégia operacional.

Já o Gen Beaufre, considera a existência de estratégias operacionais, pelo menos em teoria, em todos os campos do poder. Coloca também nesse nível a estratégia de tempo de paz, superação do adversário eventual em termos de armamento, e a chama de Estratégia Genética ou Logística. (30).

O Gen Villaceque estabelece: "a noção de estratégia operacional parece-me estar ligada diretamente à existência de uma missão cuja execução constitui um dos objetivos finais ou intermediários, confiados às FA e cujo cumprimento exige prazos importantes assim como uma unidade de ação em uma área geográfica determinada". (11).

No Brasil, o Mar Castello Branco simplesmente não utiliza a palavra — operacional — em sua classificação, ao estudar o assunto. (6).

Verifica-se que a estratégia operacional tanto pode não ser reconhecida como servir de rótulo para qualquer das que encontramos no anterior retrospecto histórico. Na realidade, as divergências sobre sua extensão são fruto do tumulto doutrinário do pós-guerra e do fato que a conversão da formulação em execução não se processa em linhas, mas, numa grande faixa. Nesta, em todos os níveis, há responsabilidade direta pelo estabelecimento de operações, sistemas de homens e máquinas agindo com um determinado fim; ao descê-la rumo ao ponto de ação, o estrategista se movimenta dentro de concepções e planejamentos cada vez mais restritos e carregados de medidas de execução. Em consequência, conforme o ponto de vista do

observador, o termo — operacional — poder-se-á referir a uma estratégia junto à direção militar da guerra ou ligada à atuação de exércitos.

Nossa Escola Superior de Guerra, baseada no Gen Villaceque define a estratégia operacional como "a arte de deslocar, desdobrar, preparar o emprêgo e empregar as FA visando a atender, nas melhores condições, objetivos que lhes forem designados". (11). É uma posição mais ampla que a de alemães e soviéticos mas, sem a latitude da concepção do Gen Beaufre. Pode ser aplicada à estratégia realizada no TO e o faremos para facilidade de comunicação, pois é utilizada pela maioria.

Alterná-la-emos, contudo, com os nomes — estratégia combinada — também utilizado pela ESG, e — estratégia do TO —, esta quando julgarmos que houve possibilidade de confusão de níveis.

5. ELEMENTOS DA ESTRATÉGIA OPERACIONAL

Apontadas as estratégias relacionadas com as operações militares e conceituada a operacional, necessitamos analisá-la para apreender a essência de sua aplicação.

Os objetivos de guerra são desdobrados em objetivos estratégicos, a cada um dos quais corresponde uma missão a ser cumprida num quadro definido que é o TO. Na Segunda Guerra Mundial, o objetivo de guerra dos Aliados era a rendição incondicional do Eixo e a destruição de suas forças armadas. A Alemanha foi considerada como a potência mais perigosa cuja derrota seria decisiva e, por isso, o teatro de operações da Europa foi qualificado como o principal. Após terem sido alcançados alguns objetivos estratégicos intermediários, o Gen Eisenhower recebeu o culminante: invasão da fortaleza da Europa para coroamento do objetivo de guerra.

Constava êle da "Diretriz ao Comandante Supremo das Forças Expedicionárias Aliadas", baixada a 12 Fev 44 pelo CCS, no qual havia, entre outros:

"1) Pelo presente, sois nomeado Comandante Supremo Aliado das forças postas à vossa disposição para as operações visando libertar a Europa dos alemães...

2) Missão — Invadir o continente europeu e, em coordenação com as outras nações aliadas, empreender operações visando ao coroamento da Alemanha e à destruição de suas Forças Armadas... (15).

O estrategista operacional defronta-se, assim, com um objetivo a atingir e que lhe é atribuído como uma missão. Nela está presente a idéia de espaço, tempo e meios, elementos que utiliza para sua ação ou que a condicionam. Os meios ou forças constituem-se de homens, máquinas e material, cuja movimentação em sistema para atingir o

objetivo constitui, já vimos, uma operação, que se desenvolve num espaço durante determinado tempo. Planejar e conduzir operações necessárias à missão é, pois, a própria conduta estratégica no TO.

A missão é ampla e contínua, mas única. No exemplo citado, sua amplitude foi das maiores: acarretou inúmeras operações, desenvolveu-se em vários países da Europa e promoveu a mais vultosa e complexa reunião de meios da história militar; teve continuidade, pois durou de junho de 1944 a maio de 1945, sem interrupções. Apesar disso se manteve singular porque sempre visou a um só objetivo estratégico.

Da mesma maneira ocorreram grande parte das operações no Sudeste Asiático, realizadas sob controle único pelo Gen Stiwell, no TO China-Birmânia-Índia e que constituíram uma das missões mais difíceis da guerra. Vastos espaços, terrenos quase impraticáveis, efetivos militares heterogêneos e interesses políticos divergentes pareciam indicar uma divisão da área. A missão do restabelecimento das comunicações terrestres com a China se impôs, no entanto, até que, no dizer do Gen Marshall, tornou-se óbvio que a ligação seria realizada "e, como os futuros objetivos das forças no Sudeste Asiático e na China divergissem cada vez mais, parecia ter chegado o momento de fazer-se uma clara separação em dois teatros. Assim sendo a área administrativa que constituía a China-Birmânia-Índia foi dividida em teatro da Índia-Birmânia e teatro da China" (19).

O elemento espaço, por sua vez, além da dominância da missão, sofre injunções de vários tipos, algumas das quais implícitas na mais moderna definição do TO: "a porção de um Teatro de Guerra necessária a operações militares, ofensivas ou defensivas, relativas a uma missão específica e para a administração conseqüente a elas (9). O TO, a menos que limitado pela geografia física e política, deve ter, portanto, largura e profundidade suficientes ao desdobramento e à manobra das forças que nêle operam, à sua segurança e à satisfação das necessidades administrativas; seu limite avançado conterà os objetivos de importância geográfica e política extraídos da missão, incluída também a zona de desdobramento dos exércitos inimigos; o limite recuado, a área necessária à operação e defesa das instalações de apoio administrativo. Os problemas de repartição de responsabilidades e choques de interesses e autoridades influem, também, sobre os limites do TO.

Distâncias a vencer, forças a deslocar e fazer viver, prazos a cumprir, já se disse, são os grandes problemas operacionais. É a eterna trilogia — espaço, meios e tempo — encarada sob um prisma dinâmico...

O elemento tempo, onipresente, se impõe nos prazos recebidos e relaciona forças com espaços. O estrategista operacional o sente na

demora dos planejamentos necessários às operações de vulto, no escoamento dos fluxos logísticos, na soma dos dias necessários às ações estratégicas — concentrações, deslocamentos e manobras — no hiato entre os eventos e a informação, entre ela e a decisão e, por último, na chegada desta ao ponto de ação.

Nota sua presença no caráter combinado das ações no ar e na superfície, que importam numa sincronização difícil: as ações aéreas, centralizadas, desenvolvem-se com velocidade, praticamente, mil vezes maior que as terrestres, descentralizadas. Sua coordenação exige unidade de concepção e direção da manobra.

Consciente destas tiranias, o Cmt do TO utiliza, porém, o tempo ao manter a continuidade e a dosagem de esforços, ordenar o conjunto e obter o ritmo da operação, apesar das características diversas das Forças Singulares, seus meios de ação.

É evidente a necessidade de uma estrutura de comando que lhe permita acionar esses meios, dentro do desejado sentido de unidade.

Em fins de 1942, nas operações iniciais do que viria a ser o TO do Mediterrâneo, o Gen Eisenhower acumulava as funções de Cmt-em-Chefe com as de Cmt das Forças Terrestres, mas, só dispunha do estado-maior destas últimas para assessorá-lo em suas decisões. As outras forças singulares podiam opor objeções, fundamentadas em problemas técnicos, os quais não tinham possibilidade de exame objetivo por falta de elementos qualificados. Os recursos à Direção-Geral para impor a decisão apresentavam uma série de inconvenientes. O estado-maior combinado, tendendo para uma maioria de oficiais da força predominante, veio a constituir a solução desejada e sua atuação em todos os TO, no decorrer da Segunda Guerra Mundial, ratificou-lhe a existência.

A dominância da guerra revolucionária, contudo, deu tal relêvo ao trato dos problemas políticos, econômicos e psicossociais das áreas conflagradas que nem mesmo um estado-maior combinado, equipado com especialistas em assuntos civis, ação psicológica etc, está sendo, hoje, considerado suficiente para o que o Gen Keith Johnson chama de guerras de baixa intensidade ou operações de estabilização. Até o próprio comando unificado é pôsto em dúvida (2).

A guerra do Vietnam assinala a primeira etapa dessa fase, pois lá se encontram aplicados todos os campos do poder nacional norte-americano e ao lado do Comando de Assistência Militar dos Estados Unidos no Vietnam, atua, sob a direção do seu embaixador, um "grupo de país" que realiza a integração de esforços.

Outro problema da estrutura de comando é o da chefia das forças terrestres do TO.

A concepção inicial da CCS era de haver, no segundo nível, um triunvirato para o comando de cada uma das forças singulares. Os

interesses políticos sempre existentes, mesmo em nações aliadas, e a personalidade dos Cmt Supremos não permitiram que essa idéia tivesse plena realização e, portanto, verificação prática de sua efetividade. Na Europa, Eisenhower só eventualmente, por ocasião do desembarque, aceitou um Cmt que poderia ser considerado de FTTO; na contra-ofensiva alemã das Ardenas, Montgomery apenas recebeu o controle do I e IX Exércitos. No Pacífico, Mac Arthur, apesar da existência de um Cmt-em-Chefe das forças terrestres aliadas, costumava ultrapassá-lo e exercer a função.

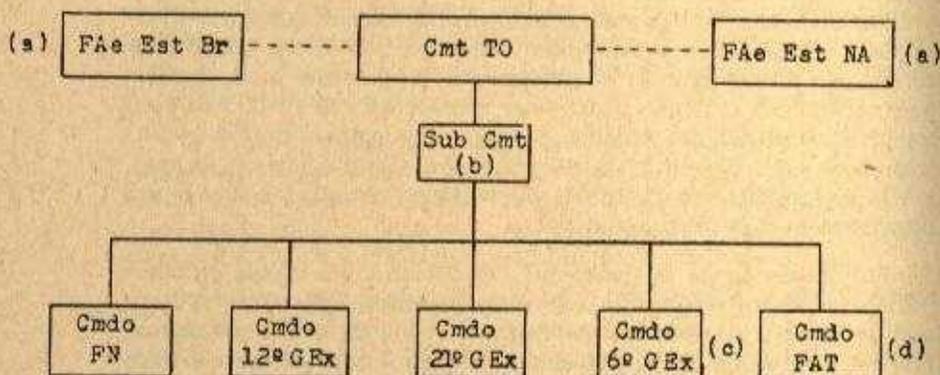
Eisenhower assim se justificou: "O Comando do campo de batalha é exercido integralmente, nos vários escalões, pelos Cmt de Divisões, de Corpos de Exército, de Exércitos e de Grupos de Exércitos. Este último é o mais alto comandante terrestre que tem uma função logicamente distinta da exercida pelo Cmt do TO e que, ao mesmo tempo deve ser bastante aliviado dos problemas de estratégia (sic), de suprimento e das questões civis, para consagrar toda sua atenção à batalha. O Chefe acima do Cmt de Grupo de Exércitos, qualquer que seja o nome que receba, Chefe Supremo ou Cmt de TO, dirige obrigatoriamente a alta estratégia (sic) e comanda as forças de ar e mar. Somente ele se acha em condições de prestar apoio, com forças suplementares, para exercer uma influência na ação de guerra. Quando a frente terrestre se apresenta de tal maneira que sua configuração e extensão permitem uma observação direta do combate por um só Cmt de Grupo de Exércitos, este oficial é, então igualmente considerado como o Cmt terrestre do conjunto das tropas. Quando existe, porém, mais de um Grupo de Exércitos num só TO, não pode logicamente haver aí "Cmt-em-Chefe Terrestre" de todas as forças, distinto do Chefe Supremo ou Cmt do TO" (10). E noutra oportunidade: "Terminariamos numa confusão completa — muitos cozinheiros estragariam o mólho — se fôsse colocado outro quartel-general entre mim e meus três principais comandantes terrestres" (21).

Os organogramas que se seguem permitem seja apreciada a mais característica estrutura de TO da Segunda Guerra Mundial e a preconizada pela atual doutrina norte-americana.

A comparação dos dois salienta, primeiramente, que as Forças Estratégicas, agora também Navais, se afirmaram na concepção primitiva da CCS, derrotada até setembro de 1944: não são dirigidas estratégica e operacionalmente pelo Cmt TO.

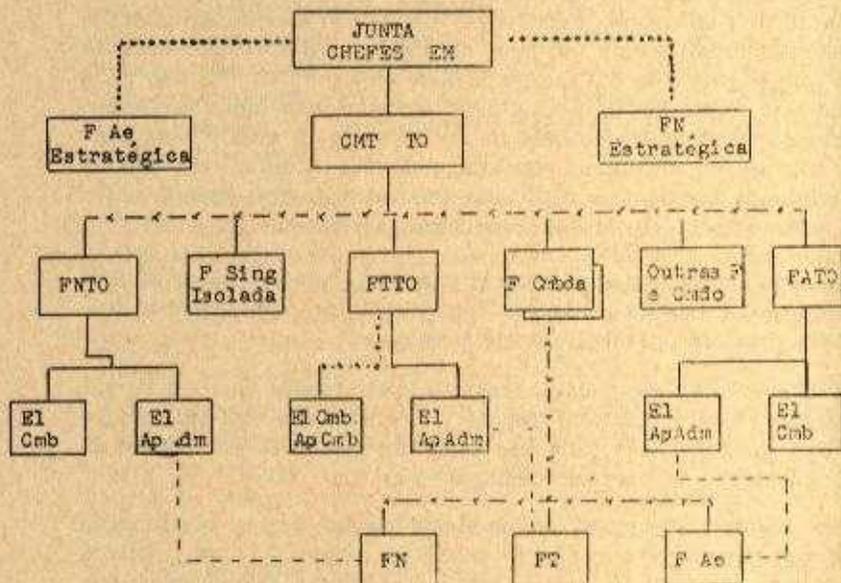
Em segundo lugar, há maior flexibilidade para a combinação das forças singulares que não só existe no nível TO, como também no escalão subordinado, sob a forma de Forças Combinadas que podem ser Comandos Unificados, de caráter mais permanente, ou Forças-Tarefa Combinadas, de curta duração. Não excluem elas a possibilidade de criação de forças singulares isoladas, subordi-

TEATRO DE OPERAÇÕES DA EUROPA — Figura 1



- (a) A Força Aérea Estratégica do EUA e a da Inglaterra (Cmndo Bomb RAF) ficaram subordinadas ao Cmt TO somente de Abr 44 até Set 44 (Conferência de Quebec).
- (b) O Mar Ar Tedder coordenou todo o apoio aéreo.
- (c) O 6º G Ex foi constituído a 15 Ago 44, devido à criação do I Ex Francês, após a Operação Anvil.
- (d) O Cmndo das FAT foi suprimido em Out 44, com o afastamento do Mar Ar Leigh-Mallory.
- (e) O I Ex Aet Aliado era a reserva do TO.

TEATRO DE OPERAÇÕES TÍPICO (EUA) — Figura 2



- Direção estratégica e operacional
- Apoio administrativo
- Comando
- x-x-x- Comando operacional
- Comando menos controle operacional

nadas diretamente ao TO ou, ainda, de forças operacionais específicas, com essa subordinação, quando a missão e a urgência da situação o exigem.

Em terceiro lugar, parece ter sido vencedora a tendência de eliminar o Comando das FTTO da cadeia operacional, pois ele, agora, tem por missão precípua organizar, treinar e fornecer forças terrestres em apoio à missão do Cmt TO e prover apoio administrativo. Talvez o crescimento cada vez maior dos problemas administrativos, que Eisenhower já desejava fossem retirados dos comandantes operacionais, tenha sido o fator decisivo.

Finalmente, se a organização ganhou em flexibilidade, perdeu em simplicidade. Sua estrutura é mais complexa e possui relações de comando mais numerosas e particularizadas.

Utilizar esses meios multifários, dirigi-los em proveito da missão, relacionando-os com o tempo e o espaço é o desafio ao estrategista que comanda o Teatro de Operações.

6. DIREÇÃO ESTRATÉGICA NO TO

Já foi assinalado que os objetivos de guerra eram desdobrados em objetivos estratégicos, a cada um dos quais correspondia uma missão a ser cumprida num quadro específico que era o TO. Na realidade o processamento é mais longo e o Plano de Emprego das Forças Armadas, um dos Planos Militares de Guerra, é que contém os objetivos dos quais deriva a missão.

E ela de natureza ampla e compreende, normalmente, a atitude estratégica a tomar, o objetivo a atingir e o prazo dentro do qual deverá ser obtida a decisão.

As atitudes estratégicas permanecem as clássicas. Dominantemente, a ofensiva, na qual se procura impor a vontade pela força das armas, através de ameaças ou ações efetivas. Transitariamente, a defensiva, que é adotada para frustrar os intentos do inimigo, ao repelir seus ataques, esgotar-lhe os recursos e extinguir sua vontade de permanecer na ofensiva. É aceita enquanto os meios e as circunstâncias não permitir que seja tomada a outra atitude.

O objetivo concretiza a decisão da Direção Geral, o que não significa, contudo, que seja específico ou material. O Cmt do TO poderá recebê-lo como uma finalidade ampla a ser atingida, uma área geográfica a conquistar, forças inimigas a capturar ou destruir ou a combinação de todos.

A controvérsia sobre a natureza dos objetivos a serem impostos é antiga e transcende, em parte, ao nível operacional, mas interessa ao Cmt do TO para a perfeita compreensão do sentido a dar às operações.

Jomini, embora considerando como um dos melhores o sistema de Napoleão de tomar a destruição do exército adversário como meta prioritária, parece ter dado maior valor à conquista de "pontos objetivos" que garantissem o domínio da zona de operações. Ao inimigo só restaria combater em condições desfavoráveis ou retirar-se.

Clausewitz, em "Vom Kriege", desviou a atenção dos objetivos geográficos para os militares. A finalidade primordial da guerra era a destruição das forças armadas do adversário, a posse de seus elementos materiais de agressão e a conquista da opinião pública. Para isso era preciso golpeá-lo em seu centro de poder e movimento ("Ein Zentrum der Kraft und Bewegung"), cujo reconhecimento considerava o ato supremo do julgamento estratégico. Colocava esse centro de gravidade no exército principal, na capital, na pessoa do líder ou na opinião pública do inimigo.

A ênfase que deu, no entanto, à concentração e à rapidez para atingir o primeiro objetivo — a destruição das forças armadas do oponente — esmaeceu as demais idéias e transformou seus conceitos do aniquilamento e da batalha decisiva em ponto focal de sua teoria e quase dogma para as gerações militares que o seguiram.

Na verdade, a evolução desses conceitos atingiu limites extremos porque toda uma sociedade queria aceitá-los, informado que estava seu pensamento pela fé na máquina e na massa, elementos básicos de uma revolução industrial vitoriosa.

Na Primeira Guerra Mundial, o plano Schlieffen e o plano XVII estavam dentro dessa hipertrófica inspiração clausewitziana. A meta era o aniquilamento dos exércitos adversários e os objetivos militares foram escolhidos em função dessa idéia.

A partir do segundo quartel do século XX, Liddel Hart surgiu como o grande opositor da ação direta contra a massa militar inimiga. Os argumentos do pensador militar inglês podem ser resumidos, como ele o fez, na assertiva: "o verdadeiro objetivo não é tanto a procura da batalha, mas procurar conseguir uma situação estratégica tão vantajosa que, se não conseguir ocasionar por si só a decisão, esta será seguramente obtida por sua continuação através de uma batalha" (18).

Os objetivos militares não buscariam só a destruição do principal grupamento de forças inimigas. O desenvolvimento da mobilidade terrestre e da aviação permitiria atingir preferentemente os órgãos de comando, de suprimento e comunicações, e regiões importantes para a manobra estratégica e tática a fim de, se possível, obter a decisão antes da batalha.

E mais, a vitória militar poderia ser apressada ou, mesmo, obtida, por golpes contra os centros vitais, políticos e econômicos,

do adversário. Era a tese do "objetivo moral" que, no tocante ao centro político, paradoxalmente se aproximava de Clausewitz quando pregava a conquista da capital ou dos centros importantes para conquistar a opinião pública adversa. Lidell Hart foi lido e discutido da União Soviética aos Estados Unidos, mas sua influência na Segunda Guerra Mundial foi restrita.

Os alemães, até o início das hostilidades, tiveram uma hábil exploração do campo político e psicológico pela estratégia nacional de Hitler. As operações militares, porém, permaneceram fiéis à essência de Clausewitz. A utilização da combinação tática avião-carro-de-combate e da penetração estratégica profunda pelas pontas de lança blindadas foram inovações, em seus respectivos campos, que obtiveram efeitos psicológicos de surpresa, mas que não alteraram as finalidades da estratégia militar e a designação das missões e objetivos no que podemos considerar seus teatros de operações.

As diretrizes do Alto Comando das Forças Armadas (OKW), assinadas por Hitler, são peremptórias: "esmagar as forças armadas polacas" (3 Abr 39 — Caso Branco); "derrotar o máximo possível do exército francês e das forças aliadas lutando a seu lado" (9 Out 39 — Caso Amarelo original); "o grosso do exército russo estacionado na Rússia Ocidental será destruído por rápidas operações" (18 Dez 40 — Caso Barbarossa) (16).

Na execução da campanha russa caracterizou-se a divergência entre Hitler e seus generais que, na linha ortodoxa, visavam a Moscou por ser a capital e considerarem que, no seu caminho, teriam a oportunidade de destruir o principal das forças soviéticas que ali deveria estar. Hitler queria Leningrado para junção com a Finlândia e integridade do flanco báltico: objetivo político. Ao mesmo tempo, a Ucrânia agrícola e o baixo Dnieper industrial: objetivos econômicos. Transigências mútuas protelaram a definição do esforço para uma segunda fase, quando, já atrasados pelas operações de cerco a cujo fascínio sucumbiram, não se definiram e deixaram a dança dos objetivos retirar o vigor das operações (14, 15 e 22).

O resto é História e até hoje se debate qual teria sido a contribuição deste contraponto para o fornecimento da estreita margem que permitiu o revide e a posterior vitória soviética.

Do lado norte-americano, o objetivo militar foi preponderante em toda a Campanha da Europa. O próprio Eisenhower declarou: "Esta finalidade de destruir as forças inimigas foi sempre nosso princípio diretor; os pontos geográficos eram considerados apenas em relação à importância para o inimigo, na conduta de suas operações, ou para nós, como centros de suprimentos e comunicações, ao proceder a destruição das forças terrestres e aéreas do adver-

sário" (15). Englobava esta consideração as regiões industriais do Ruhr e do Sarre, consideradas vitais para o sustento da máquina de guerra alemã, mas não se ampliou além disso.

A insistência de Churchill sobre os objetivos políticos não teve êxito, seja por ocasião da operação Anvil, no sul da França, quando lutou pelo prosseguimento das ações na Itália rumo aos Bálcãs, seja quando desejava a conquista de Berlim pelos aliados ocidentais. Em ambas ocasiões, Eisenhower, amparado por Marshall, ateve-se à solução estritamente militar (10-15).

Como se vê os dois contendores analisados, mantiveram-se, quase sempre, fiéis à doutrina do aniquilamento, só aceitando a conquista de regiões que não interessassem diretamente à operação em curso, quando sua posse pudesse contribuir para o emperramento das forças inimigas, isto é, centros industriais e de comunicações.

Apesar da pouca ênfase dada aos objetivos políticos e, talvez, justamente pelos ensinamentos colhidos desse erro, fazem eles parte do rol que um Cmt de TO poderá receber hoje.

De posse da atitude, objetivos e prazo, um estudo inicial permitirá brotar a concepção que, ao início, nada mais é do que "um plano em desejo", "o selo legítimo do estrategista", no dizer do Gen Halder (5). Desta formulação ao plano completo, que poderá abranger várias campanhas simultâneas, cada uma delas com inúmeras operações, medelam estágios de análise, julgamento e, mesmo, reformulação, que proverão o grau de certeza desejado na viabilidade do planejamento.

Cada plano de campanha incluirá a situação, a missão da força e a linha de ação para cumpri-la, a organização e meios dos subordinados, as disposições sobre a concentração estratégica, o ritmo e faseamento da campanha e as demais medidas referentes à administração, ligações e comunicações etc.

Estabelecido o planejamento, deve continuar o fluxo contínuo de informações sobre o inimigo e a área operacional, incluída aqui a população civil e fatores ambientais. Só assim haverá a realimentação constante dos planos com dados que, ao reagirem com os meios e prazos necessários à concepção original, poderão permitir o aproveitamento da oportunidade que todo chefe procura vislumbrar no decorrer do jogo estratégico.

Para isso, o planejamento deve ter a unidade de concepção e a flexibilidade estrutural que possibilitem, se necessário, a ação oportuna do Cmt sobre o ponto de aplicação do esforço e a dosagem das massas autônomas, pela permuta de forças, emprêgo da reserva do TO ou utilização dos meios centralizados a seu dispor.

É necessário, além disso, dar-se conta que o escalão TO é particularmente voltado para a previsão, o planejamento e a apreciação

das operações. Suas ações estratégicas são executadas por outros e, em conseqüência, sua orientação exigirá o difícil senso de equilíbrio que é necessário ao contróle do arcabouço do plano — objetivos sucessivos, direção de esforço, meios a consagrar, ritmo a manter — sem que haja o domínio da tendência executiva.

Se conceder excessiva liberdade incorrerá no trágico erro de Moltke, o môço, que redundou na retirada do Marne em 1914 e que êle mesmo criticara num jôgo da guerra, um ano antes: "Se os inevitáveis combates isolados de diferentes exércitos conduzem à dispersão das forças e seus esforços, pelo fato de que cada exército persegue seus objetivos particulares, para os quais a vontade de trabalhar em comum não é mais determinante, então a direção suprema terá deixado escapar as rédeas das mãos e não saberá ou não poderá realizar a unidade necessária nos movimentos e nos combates de seus grupamentos isolados" (20).

Se, por outro lado, pretender uma intervenção cerrada, limitará iniciativas que poderiam abrir ou aproveitar oportunidades, retirará o ímpeto das operações e, paradoxalmente, acabará perdendo a unidade pretendida por falta de visão de conjunto.

Por fim, é conveniente lembrar que, na experiência de Halder, quase tôdas as operações têm sua hora de crise e o problema mais importante e a parte central do plano de operações é prevê-la e ter prontos os meios para superá-la (5).

7. CONCLUSÕES

A dilatação do conceito de estratégia criou a necessidade de nomes que a caracterizassem nos diversos níveis em que é realizada. Aquela que se situa entre a tática e a estratégia militar é mais conhecida como estratégia operacional. A Escola Superior de Guerra a aceita como "a arte de deslocar, desdobrar, preparar o emprêgo e empregar as Forças Armadas visando a atender, nas melhores condições, objetivos que lhes forem designados". Seu domínio mais consagrado, o teatro de operações, constitui o resultado da multiplicação dos efetivos e dos espaços conflagrados que, graças ao desenvolvimento tecnológico, conduziram à integração forças que combatiam, praticamente, separadas.

Dai à idéia de comando unificado foi apenas um passo, que se concretizou com o surgimento do escalão também conhecido como Teatro de Operações.

O TO é, pois, o espaço geográfico no qual se procura alcançar uma finalidade estratégica e, ao mesmo tempo, o escalão de comando encarregado dessa missão mediante o emprêgo combinado das três forças singulares.

Um Cmt de TO, no desenvolvimento de sua missão, ao planejar e conduzir operações contra o inimigo, está sempre envolto com o espaço, o tempo e os meios, elementos constantes da estratégia, que utiliza para conseguir seus objetivos ou que os condicionarão. Dispõe de uma estrutura de comando complexa que lhe permite exercer sua ação unificadora sobre as forças singulares às suas ordens. Exerce a direção estratégica mais pelo planejamento e manutenção de suas linhas basilares do que pela intervenção direta nas operações em curso.

Em suma, concebe e planeja. Orienta a execução.

8. O PROBLEMA BRASILEIRO

O Decreto-lei 200, de 25 Fev 67 (Reforma Administrativa), em seu Art. 50, atribui ao Estado-Maior das Forças Armadas a competência para proceder aos estudos para fixação da Política, da Estratégia e da Doutrina militares, bem como elaborar e coordenar os planos e programas decorrentes. Deverá, além disso, estabelecer os planos e coordenar o emprégo de Forças Combinadas ou Conjuntas e de Forças Singulares destacadas para participar de operações militares no exterior.

Ao Ministério do Exército, pelo § 1.º do Art. 59 do mesmo Decreto, cabe propor a organização das Forças Terrestres, inclusive para integrarem Forças Combinadas ou Conjuntas, e orientar e realizar pesquisas e desenvolvimento de interesse do Exército, sob a coordenação daquele Estado-Maior.

Representam essas disposições da Reforma Administrativa a moderna concepção de que a solução dos assuntos de alto nível exige coordenação prévia com todos os setores nêles interessados, através de consultas e entendimentos, a fim de que, de fato representem soluções integradas que se harmonizem com a política geral e setorial do governo.

Dai por que julgamos imperativo, como membro de equipe de estudos das Forças Terrestres, o dever de nossa contribuição para o equacionamento dos problemas da estratégia operacional no Brasil.

Ao analisarmos o elemento espaço, verificamos que a Lei 1.956, de 28 Agº 53, coloca o Teatro de Guerra como "todo o espaço geográfico — terrestre, marítimo e aéreo — que estiver ou possa ser diretamente envolvido nas operações militares de uma guerra", conceituação que se harmoniza com as idéias que acabaram de ser expostas.

Considera, porém, como TG, "na eventualidade de qualquer guerra de que o Brasil participe militarmente, todo o território nacional, aí incluído o espaço aéreo e as águas oceânicas sob jurisdição brasileira". Divide, também, esse território em Teatros de Operações e Zonas de Defesa, tendo em vista o emprêgo combinado das Forças Armadas.

As Zonas de Defesa são as porções do TG no interior das quais se realizam operações de defesa territorial, exceto as que se produzem no âmbito dos TO.

Os Teatros de Operações são "as porções do TG, necessárias ao emprêgo do potencial militar da nação propriamente dita, com o objetivo de, mediante operações militares, nestas compreendidas as atividades administrativas diretamente interferentes, destruir as forças armadas do inimigo externo que a tiver agredido".

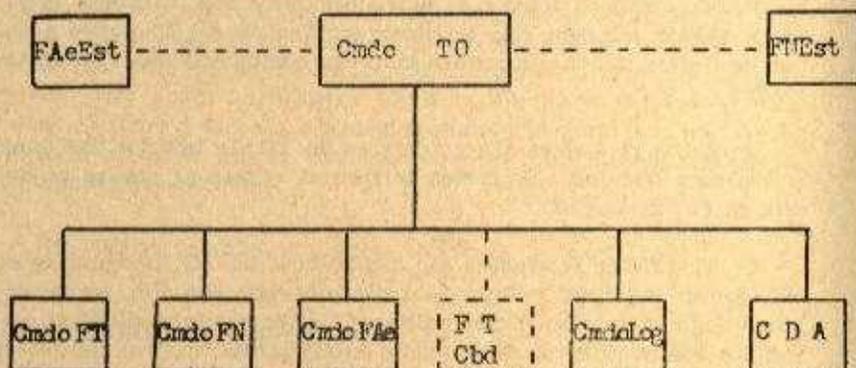
O Teatro de Guerra abrange, pois, de maneira explícita, todo o território nacional e, implicitamente, as áreas externas necessárias à consecução dos objetivos de guerra.

A criação das Zonas de Defesa parece ter sido imposta pela necessidade de assegurar a defesa territorial na vastidão do espaço brasileiro, que exige planejamento particularizados para as diferentes áreas. Além disso devem ter sido consideradas as características de globalidade e multimodalidade da guerra moderna que tornam conveniente atribuir-se a chefia militar das áreas estratégicas e comandos combinados, ativados desde o tempo de paz.

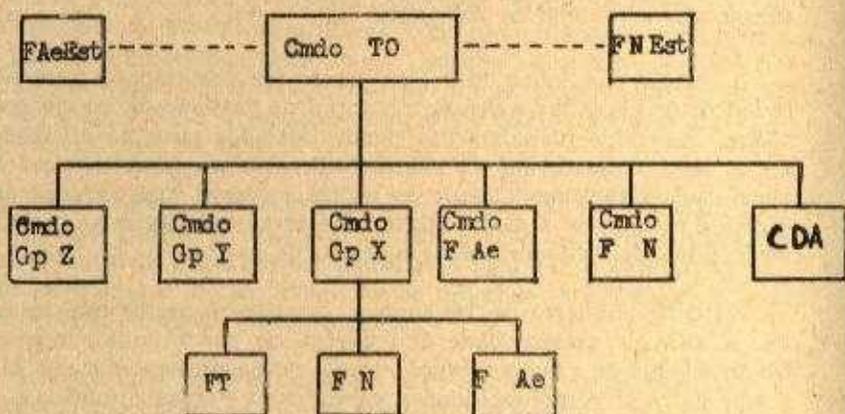
Na definição legal de TO surgem, também, aspectos interessantes. A idéia de exclusividade de emprêgo do poder militar naquele teatro diverge da atual concepção global de Segurança, que não distingue entre as responsabilidades inerentes às Forças Armadas e ao restante do Poder Nacional. O objetivo de aniquilamento significa, apesar de sua importância, uma restrição à utilização da estratégia indireta. Finalmente, a noção de agressão do inimigo externo, além de incluir uma desnecessária cláusula defensiva, despreza o inimigo interno cuja atuação também se pode fazer sentir no TO.

Ao analisarmos os meios, verificamos que a lei não se refere à organização do TO, seu comando ou seus componentes. Nos estudos sobre órgãos combinados, realizados na ESG, apresentam-se como informação dos tipos gerais de organização, que são os constantes das figuras 3 e 4 (12).

TEATRO DE OPERAÇÕES TIPO 1 -- FIG. 3



TEATRO DE OPERAÇÕES TIPO 2 -- FIG. 4



No TO tipo 1 salienta-se, em primeiro lugar, que o canal de comando comporta um Cmt de Forças Terrestres que poderá ter sob seu comando diversos Grupos de Exércitos ou, no caso de um único Grupo, ser o seu próprio comandante. Em segundo lugar, há um Comdo Logístico que assegura a coordenação do apoio Logístico no TO. Por último, um Comando de Defesa Aérea emprega e controla os meios e recursos das três Forças Armadas e dos órgãos civis necessários à defesa aérea.

No TO tipo 2 seu comandante mantém os comandos das Forças Navais e Aéreas, mas centraliza o das Forças Terrestres. Elas são reunidas em grupamentos que têm por base Grupos de Exércitos, Exércitos ou Forças-Tarefas Combinadas, do que resulta uma combinação de forças com existência mais permanente nos níveis inferiores. Em

contrapartida, o Cmt do TO perde um pouco de sua capacidade de dosagem oportuna dos meios.

As idéias sobre o Teatro de Operações resumem-se, portanto, nas definições legais e alguns trabalhos isolados que buscam conciliar a letra da lei com a evolução doutrinária. O espaço operacional e os meios de um Cmt de TO, elementos básicos de sua estratégia combinadas, estão ainda inconsistentes.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da estratégia para adquirir a objetividade necessária a seu caráter de disciplina de aplicação deve se individualizar. Teorias e princípios estratégicos só têm validade na medida em que representem o resultado da reação de características atuais e prospectivas de uma determinada nação com as grandes verdades do bom senso hauridas da experiência mundial.

No nível da estratégia de TO esta premissa ainda mais se impõe já que não se pode alhear a concepção das operações do poder militar que as executará e do ambiente no qual se presume irão elas se desenvolver.

Para o Brasil, do ponto de vista da força terrestre, poder-se-ia visualizar como introdução a um estudo mais profundo:

— a desnecessidade de preocupação com o problema de criação e condução de Teatros de Guerra, dentro da tendência exposta em alguns trabalhos, tendo em vista nosso estágio de poder e papel na cena mundial;

— idêntica atitude em relação a Teatros de Operações extra-continentais;

— a necessidade de uma posição própria em relação à criação de Teatros de Operações continentais, livre ao mesmo tempo da corrente doutrinária americana, dominada pelo imperativo da luta além-mar, e da germano-soviética, acorrentada à concepção de operações no "Coração do Mundo";

— o imperativo de uma definição quanto à centralização ou descentralização do comando das Forças Terrestres e quanto aos níveis em que haverá continuidade da combinação de Forças nos Teatros de Operações, se criados;

— a consideração a ser dada à magnitude do espaço e à insuficiência de meios que exigirão, em alto grau, concepções estratégicas simples, flexíveis e audazes, mas fundamentadas numa visão clara das servidões logísticas;

— finalmente, a busca de autenticidade das soluções, obtidas pela meditação e pelo espírito crítico que eliminam as analogias indevidas e as generalizações apressadas.

10. FONTES CONSULTADAS

1. ALLERET, Gen Charles. Les études stratégiques au Centre des Hautes Études Militaires. Revue de Défense Nationale (Paris), Fev 63
2. BARTH, Ten Cel Sam L. Está obsoleto o comando unificado? *Military Review* — Edição Brasileira (Port Leavenworth-EUA) 69. (3): 3-11, Mai 69
3. BEAUFRE, Gen André. Introduction a la stratégie. Paris. Armand Colin 1935
4. ... Les armes modernes et la stratégie. NATO's Fifteen Nations. 12 (6): 26-34, Dez 6-Jan 68
5. BOR, Peter. Reflexiones de un Jefe de Estado-Mayor (Coronel-General Franz Halder). Fragmentos de la obra "Conversando con Halder". Trad Guillermo H. Arnold. Buenos Aires. Circulo Militar. Biblioteca del Oficial. 1955
6. CASTELLO BRANCO, Mar Humberto de Alencar — *Mal Castelo Branco, seu pensamento militar (1946 — 1964)*. Org Cel Francisco Ruas Santos. Rio de Janeiro. Imprensa do Exército. 1963
7. CLAUSEWITZ, Gen Carl von. Principios de guerra. Trad Maj Napoleão Nobre. Rio de Janeiro. Biblioteca Militar. 1947
8. COUTAUD, Ten Cel. Reflexões sobre o Teatro de Operações. *Mensário de Cultura Militar* (Rio de Janeiro) 5 (42 — 43); — 41 — 42, Jan — Fev 52
9. DEPARTMENT OF THE ARMY, Headquarters (USA). Larger Units. Theater Army-Corps (FM 100-3). Washington, DC. 1963
10. EISENHOWER, Gen Dwight David. *Crossade en Europe*. Trad Paule de Beaumont. Paris. Robert Laffont. 1949
11. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Estratégia Militar* (C-23-65). Rio de Janeiro. ESG 1968
12. ... *Órgãos combinados na estrutura militar brasileira* (C-47-69). Rio de Janeiro. ESG 1969
13. GARTHOFF, Raymond L. *Doutrina Militar Soviética*. Trad Cel Paulo Enéas F. da Silva. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército 1957
14. GOEBELLS, Joseph. *Diário*. Trad Eduardo de Guzmán. Barcelona Ediciones GP. 1967
15. HERRERA, Cel Heitor de Almeida. *A estratégia dos aliados na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1961
16. HITLER, Adolf. *Hitler's War Directives 1939-1945*. Ed H. R. Trevor Roper. London. Pan Books 1966
17. JOMINI, Gen Antoine Henri. *A arte da guerra*. Trad Maj Napoleão Nobre. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1949
18. LIDELL HART, Cap Basil H. *As grandes guerras da História*. Trad Aydano Arruda. Rev Cel Reynaldo Mello de Almeida. Rio de Janeiro. Ibrasa. 1963
19. MARSHALL, Gen George Catlett. *A vitória na Europa e no Pacífico — Relatório bienal do Chefe do Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos — 1.º de julho de 1943 a 30 de junho de 1945*. *Mensário de Cultura Militar* (Rio de Janeiro) 1 (4-5), Nov — Dez 48
20. MERMET, Ten Cel Armand. *Estrategia Walpurgis — Ensaio sobre la estrategia alemana*. Trad Ten Venancio Carullo. Buenos Aires. Circulo Militar. Biblioteca del Oficial. 1945
21. MOUTINHO DOS REIS, Cel Lauro. *Teatro de Operações. Organização de Comando e Articulação de Forças*. *Mensário de Cultura Militar* (Rio de Janeiro) 9 (100-101): 379-392, Nov-Dez 56
22. WESTPHAL, Gen Siegfried et al. *Decisões Fatais*. Trad Ten Cel J. R. de Miranda Carvalho e Amerino Reposo Filho. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1962

A AUTORIDADE DO SARGENTO

Pelo Coronel
AUGUSTO CEZAR DE CASTRO MONIZ DE ARAGÃO
(Atual Gen Ex Chefe do DEP)

O homem, como expressão moral, continua a ser, e sê-lo-á sempre, a despeito do desenvolvimento da técnica, o fator decisivo da luta. Cresce de valor, cada vez mais, com as novas modalidades da guerra, que se caracterizam pelos combates dispersos.

Porque os campos de batalha da América são ilimitados, o soldado brasileiro, que terá de atuar isolado ou em pequenos grupos, precisa saber pensar e agir com independência. Deve poder, em situações penosas, usar o raciocínio, a coragem e a iniciativa, convicto de que o sucesso final decorre da soma das ações individuais.

Urge, conseqüentemente, que o Sargento Brasileiro, instrutor e condutor de tais homens, seja digno dessas funções e capaz de exercê-las. Cumpre que possua valor moral e profissional. Este necessário e aquêlê indispensável ao desempenho da autoridade militar. As divisas, por si sós, estabelecem hierarquia fictícia, ilusória apenas. Só o prestígio moral provoca a admiração e o respeito, que condicionam a obediência sem restrições.

O Sargento precisa instruir-se, estudar e conhecer a fundo a profissão, preparando-se para o importante papel militar, cívico e social, que será chamado a desempenhar no campo de combate, na caserna ou alhures. Necessita saber os regulamentos e a técnica militar referentes a sua arma. Impõe-se que cultue as virtudes, que têm por base o caráter e a vontade, pois que comandar é ato sagrado e complexo. Para tanto, exige-se saber conduzir e merecer ser seguido.

A direção de homens livres requer autoridade espontaneamente reconhecida e aceita. Autoridade que tem por alicerce o dever bem cumprido, "o faze o que faço", o exemplo.

O Sargento age sempre com consciência. Tem por primeiro cuidado a disciplina. Executa rigorosamente a sua tarefa, fazendo-se necessário pelo primor e sinceridade de que a impregna. Onde estiver, debaixo do fogo ou auxiliando à instrução, guarda confluência na sua destreza e retidão. Procura ser o mais capaz. Esforça-se para que os do seu grupo ou seção uniformizem-se na sua capacidade. Através da hierarquia emprega sua ação para estimular,

seu mérito para esclarecer, buscando erguer os retardatários e insuficientes. Pondo a serviço da disciplina e da ordem as suas qualidades profissionais e morais, comanda sem constrangimento e sem esforço, porque tem autoridade.

O êxito de um empreendimento ou o sucesso de uma existência depende da eleição do caminho a seguir e da insistência em persegui-lo. O Sargento deve escolher, para orientação das suas atividades castrenses, um ângulo de marcha e manter-se nêlo. Estabelece um roteiro para as suas atividades profissionais e cumpre-o.

Essas normas, em resumo, poderiam ser as seguintes:

— demonstrar, sistematicamente e constantemente, que o seu espirito de abnegação iguala ou ultrapassa o de qualquer soldado;

— guiar os recrutas inexperientes, aconselhando-os com paciência e tolerância;

— recompensar, com desassombro e oportunidade, os comandados que revelarem mérito;

— reprimir as ações desonestas, solicitando as providências adequadas da autoridade competente;

— zelar com máximo interesse pelo bem-estar saúde e prestígio dos seus subordinados.

O Sargento que pautar a conduta conforme êsses princípios, ganhará autoridade e merecerá admiração. Será respeitado dos subordinados e acatado dos chefes. Obterá completo êxito no cumprimento da dupla missão de instrutor e condutor de homens, porque inspirar-lhes-á, antes de tudo, confiança e respeito.

O primeiro gullate da tarefa do Sargento é a exatidão. A abnegação, a fortuna do seu trabalho. Ao receber o sôlido, o Sargento agradece a Deus ter podido realizar, pela Pátria, aquillo que dinheiro algum pode pagar.

A LIBERALIZAÇÃO NA TCHECO-ESLOVAQUIA E A OPRESSÃO SOVIÉTICA

Cap Inf

CARLOS EDUARDO JANSEN

SUMÁRIO

- 1) INTRODUÇÃO.
- 2) ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA TCHECO-ESLOVAQUIA.
 - Criação da República da Tcheco-Eslováquia.
 - A 2.ª GM e os Sudetos Alemães.
 - A Capitulação de Munique.
 - O "Assalto ao Parlamento".
 - Paralelo entre os processos de dominação nazista e comunista.
- 3) OS ANTECEDENTES DA CRISE DE AGOSTO.
 - Sociais.
 - Económicos.
 - Psicossociais.
 - Políticos.
 - Militares.
- 4) EVOLUÇÃO CRONOLÓGICA DA CRISE.
- 5) CONCLUSÕES FINAIS.

Por tratar, este artigo, de episódio muito recente, e sobretudo, complexo, quanto a suas consequências, ainda não de todo sedimentadas, não nutrimos a pretensão de, aqui, esgotá-lo. Nossas principais limitações derivam, como é natural, da falta de mais ampla perspectiva histórica, que nos pudesse fornecer elementos para uma avaliação profunda das possíveis implicações da crise tcheca, nos diversos campos do Poder — o político, o militar, o psicossocial e o económico, não só em relação aos países com-

ponentes do Pacto de Varsóvia, como também aos do Mundo Livre, particularmente aos do Continente Europeu, mais próximo ao palco dos trágicos acontecimentos de agosto de 1968.

Entretanto, nos propomos a focalizar, com a possível nitidez, os aspectos de maior relevância da "Primavera de Praga", denominação atribuída, com uma ponta de ironia, pelos comentaristas internacionais, à brutal invasão do território tcheco, pelas forças do Pacto de Varsóvia. Procurare-

mos, sobretudo, mostrar os fatores condicionantes principais da crise, seus antecedentes nos diversos setores da sociedade tcheca, a formação, em seu cerne, de crescente hostilidade à opressão soviética e o epílogo sangrento que sufocou seus justos anseios de liberdade. Porque os carros de combate russos foram a resposta soviética aos tchecos e ao mundo. Aos tchecos, à onda de liberalização e de euforia que inundava o

país. Ao mundo, mais precisamente, a seus simpatizantes nos países ocidentais, às suas ingênuas suposições de resolução da crise pelo diálogo. Assim, 12 anos após a Revolução Húngara, mais uma vez se cumpria a diretriz política inevitável, porque doutrinária, do comunismo internacional, traduzida por Lenine após a Revolução de outubro de 1917, na União Soviética.

"O PODER POLITICO EMANA DO CANO DE UMA ARMA"

Estas palavras muitos esqueceram, ou não quiseram lembrar. Infelizmente.

1) **Antecedentes históricos da Tcheco-Eslováquia — criação da República da Tcheco-Eslováquia — a 2.ª GM e os sudetos alemães — a capitulação de Munique. O "Assalto ao Parlamento" e a dominação comunista — paralelo histórico entre os processos de dominação nazista e comunista.**

A Tcheco-Eslováquia se origina do antigo reino da Boêmia, conquistado, militarmente, pelo império dos Habsburgos, no séc. XVI. Anteriormente parte do seu território integrara o impreciso Santo Império Romano Germânico que teve em Otto, o Grande, seu mais conhecido imperador. Com a desintegração do Império Austro-Húngaro, ao término da 1ª GM, na Conferência de Paz, em Paris, em 1918, foi criada a República da Tcheco-Eslováquia, sendo seu primeiro presidente Tomás Garrigue Masaryk o qual, juntamente com Eduardo Benes, que o sucedeu, constitui-se num dos

principais artífices do surgimento do novo Estado, o mais próspero e culto do Centro L. Europeu no interregno das duas GM.

A Tcheco-Eslováquia, como Nação, sofria de um mal congênito: a diversidade étnica e cultural, legada por sua posição geográfica, fronteiriça a todos os países do Centro-Leste Europeu e conferindo-lhe, além disso, a situação de ponto de convergência e de irradiação das inúmeras levas migratórias regionais, ao curso de sua evolução histórica. Assim, comportava minorias nacionais, radicadas em comunidades, como a alemã, a húngara, a rutena, a ucraniana, a russa, a polonesa, e outras de menor expressão. Dessas comunidades, a mais importante, era, sem dúvida, a dos sudetos alemães, cujo número beirava os 3 milhões e que ocupava as regiões Noroeste e Sudoeste do território tcheco, onde se concentrava a maior parte das fontes de matérias-primas do país e quase todo seu parque industrial.

Embora a existência dessas minorias se constituísse em séria força desagregadora, mais ainda, pelo fato de desejarem autonomia política cada vez mais ampla, o problema não era insolúvel. Os brasileiros, sabemos perfeitamente, pelo exemplo de nossa própria história, não ser a diversidade racial, um obstáculo intransponível à formação de uma nacionalidade.

A miscigenação se processaria, gradual e naturalmente, desde que motivada por uma solicitação externa poderosa, como foi, para nós, o episódio da Insurreição Pernambucana; para os tchecos, poderia ter sido o desafio da própria 2ª GM, que acabou por aniquilá-los.

Mas a aglutinação não se processou em razão do surgimento, no cenário político tcheco, de um elemento novo: as ambições expansionistas alemãs, a partir de 1933. Naquele ano, aparentemente por via parlamentar, mas, na realidade, lançando mão de toda sorte de pressões, ameaças e atentados, desencadeados contra as demais correntes políticas da Alemanha, o Partido Nacional Socialista assumia o poder e Adolf Hitler se tornava o chanceler do III Reich. Como é do conhecimento geral, preconizava Hitler a obtenção de um "Lebensraum", ou seja, "Espaço Livre", para expansão da "Super-raça", germânica, pretendendo conseguí-lo à custa da Rússia.

Para obter a base física e populacional indispensável ao projeto de invasão, Hitler imaginou apossar-se de territórios da

Austria, da Polônia (cidades de Memel e Dantzig) e da Tcheco-Eslováquia (Região dos sudetos), onde predominassem numericamente os alemães. E realmente alcançou seu objetivo, através hábil combinação de distúrbios artificialmente provocados, naquelas regiões, por agentes nazistas, e de pressões exercidas contra os fiadores da independência dos três países, a Inglaterra e a França, que, sem esboçarem a menor reação, por desejarem a "paz a qualquer preço", concordaram com suas absurdas exigências de anexação.

E assim, a 29 de setembro de 1938, deu-se a denominada "Capitulação de Munique". Nesta cidade alemã, reunidos Chamberlain, pela Inglaterra, Deladier pela França, e Mussolini e Hitler pelo eixo Roma-Berlim, decidiu-se que a Tcheco-Eslováquia, cujos sudetos alemães, além da parte da população nacional, iludida pelas promessas de Hitler, receberam com flores as Divisões germânicas de ocupação, deveria, praticamente, deixar de existir como Estado independente.

Pelo tratado de Munique a Tcheco-Eslováquia perdia:

- 11.000 milhas quadradas de território.
- 66% de seu carvão.
- 80% de linhita.
- 80% de cimento.
- 70% de ferro e aço.
- 70% do potencial energético.

Além disso, seus sistemas de comunicações e de defesa foram arrasados pelas tropas invasoras.

Finda a guerra, a 7 de maio de 1945, véspera da assinatura

do Armistício, na Europa, a vanguarda do III Exército dos Estados Unidos, comandado, então, pelo Gen Patton, apresentou-se às portas de Praga, disposta a varrer os últimos redutos alemães. Para tanto, queria, apenas, uma solicitação formal, nesse sentido, por parte do Conselho Nacional Tcheco. Joseph Smrkovsky, vice-presidente do Conselho e membro do PCT, em razão das implicações políticas de tal ato, negou-se a formalizar a solicitação de auxílio norte-americano, dirigindo-a ao Corpo de Exército Russo, comandado pelo Mar Koniev, que se encontrava a uma distância de 300 km da capital. Nova ilusão do povo tcheco: os carros de Koniev foram, a exemplo dos de Hitler, recebidos com flôres. Era o prenúncio de novos e longos anos de submissão.

O ASSALTO AO PARLAMENTO

Em 1921, fora fundado, por Klement Gottwald, o PCT, que, por erro imperdoável do governo tcheco, pudera permanecer na legalidade. Pôde, assim, conceber e cumprir um plano de tomada do poder, servindo-se de todas as franquias democráticas, para aboli-las em seguida. Tal plano, cuja análise acurada foge ao objetivo deste texto, foi batizado, pelos próprios comunistas tchecos, como o "Assalto ao Parlamento". Em livro com esse título Jan Kosak, militante comunista e cúmplice da conjura, descreve o desenvolvimento das diversas fases e a técnica empregada para a conquista do po-

der pelo PCT, que se consumou em fevereiro de 1948.

De um modo geral, a técnica consistia no exercício de dupla pressão sobre o Parlamento, a saber:

Pressão de Cúpula — Exercida pelos próprios comunistas infiltrados nos quadros governamentais, propugnando reformas, em sua maior parte, na área trabalhista que, como membros da alta administração do país, sabiam tecnicamente irrealizáveis, de pronto. Entretanto, a falsa luta reformista os levava aos olhos do povo como seus campeões enquanto construía, do governo, uma imagem de ineficiência e desamor às necessidades das classes trabalhadoras.

— Por outro lado, estimulavam a idéia de formação de um governo de coalização que, cedendo às pressões, asseguraria-lhes, tranquilamente, o poder.

Pressão de Base — Exercida, igualmente, pelo PCT, através de grêmios estudantis e sindicatos comprometidos em apoio incondicional às "reformas" e aos "reformistas".

Assim, irremediavelmente coagidos, os parlamentares tchecos democratas se omitiam cada vez mais, encolhiam-se, timoratos, à supremacia dos membros comunistas do legislativo, até a derrocada final. Em fevereiro de 1948, por via parlamentar, Eduardo Benes, presidente da Tcheco-Eslováquia, chama à chefia do gabinete Klement Gottwald presidente do PCT, que se fez acompanhar ao governo por Rudolf Slansky, 1.º Secretário do Parti-

do. Estava consumada a dominação soviética. É interessante ressaltar a perfeita identidade dos métodos empregados por nazistas e comunistas, para a obtenção do poder. Ambos, conseguindo-o através de pressões e violências desencadeadas contra seus opositores, para fazê-los omitirem-se no processo político, construindo, assim, para o mundo, uma fachada estritamente legal da usurpação perpetrada. É bem verdade, as potências ocidentais, que não compreendiam como uma República Democrática, como a Tcheco-Eslováquia, pudera se comunizar, aparentemente em poucos meses, em 1948, tentaram votar na ONU, uma investigação completa dos acontecimentos, incluindo a morte, em circunstâncias misteriosas, de Jan Masaryk, Ministro das Relações Exteriores da Tcheco-Eslováquia e democrata convicto, durante o "Assalto ao Parlamento". Sintomaticamente, a União Soviética, no Conselho de Segurança da ONU, usou o seu direito de veto para impedir a realização da sindicância. Ainda, em 1948, após a morte de Eduardo Benes, a ascendência do PCT se acentuou ainda mais, com a votação, pelo Parlamento, da lei para a "proteção da República", golpe mortal nos resquícios de oposição anticomunista.

Quatro anos depois, em 1952, faleceu Klement Gottwald e Rudolf Slansky, Secretário-Geral do PCT — foi executado em uma prisão de Praga, acusado de alta traição. Em conseqüência, assumiu o poder, na dupla função de Presidente da República e

Secretário-Geral do PCT, Antonín Novotný, fiel seguidor dos métodos cruéis de repressão stalinistas. Baixava sobre a Tcheco-Eslováquia a escuridão do terror cego e indiscriminado, sob a égide da tortura e das prisões arbitrárias, mediante acusações aleatórias como "cosmopolitismo" ou "origem burgueso-judaica", feitas, inclusive a militantes comunistas, vitimados pelos sucessivos "expurgos" levados a efeito nos quadros do Partido.

O povo, horrorizado e amedrontado pelo surto de violência, acumulava, gradualmente, a repulsa à barbárie bolchevista, que, na primavera de 1968, eclodiria, afinal, coroando o processo de liberalização.

Não exageraria quem afirmasse que a ascensão de Novotný fôra a primeira semente da "PRIMAVERA DE PRAGA". Passaremos a analisar, em seguida, os principais antecedentes da crise tcheca.

2) Fatores sociais:

A desfiguração da sociedade comunista

Para abordarmos a desfiguração da sociedade comunista, faz-se mister, antes, configurá-la. É evidente que, se quisermos encontrar o estado embrionário de qualquer estrutura social contemporânea, teremos que procurá-lo na estrutura medieval, cujo equilíbrio se rompeu sob o impacto da Revolução Industrial. O advento da máquina, abolindo, virtualmente, a classe média artesanal, criou um vácuo entre

as elites industriais emergentes e agrárias e o campesinato, já agora lado a lado com o operariado. As sociedades capitalistas, nascidas, como as comunistas, daquela ruptura, sentiram a instabilidade do sistema e procuraram recompor a classe média, em seu papel de redutora de áreas de atrito e de conflitos de interesses entre os pólos da estrutura. E o conseguiram, através da humanização do trabalho e da elevação dos níveis salariais, obedecendo, naturalmente, ao critério do mérito. Estas medidas geraram uma permeabilidade social consentida e desejada, sob todos os aspectos.

Já os dirigentes comunistas, fiéis à ambiência histórica em que se processou a divulgação do "Manifesto comunista", e não querendo abrir mão de seu estado de elite burocrática, coibiram, de início, pelo uso de um gigantesco aparelho de repressão, a formação de qualquer escala sócio-econômica interposta à massa e a eventuais elites que pudessem emergir do processo político: eliminava-se, desta forma, a possibilidade de ter a oligarquia burocrática que repartir o poder com futuros e indesejáveis adventícios. Mas eis que, novamente, a tecnologia desempenha relevante função social. Forçados a enfrentar o desafio da técnica industrial moderna e sofisticada, os dirigentes comunistas foram obrigados a estimular, econômica e socialmente, a procura dos cursos técnicos pela juventude de seus países, formando assim, à sua própria revelia, uma nova elite de engenheiros e nova

classe média predominantemente técnica. Desta permeabilidade social forçada, como não poderia deixar de ser, surgiram as dissensões de cúpula entre burocratas conservadores e técnicos renovadores. Aquêles, rigidamente apegados à doutrina social marxista; êstes, apenas preocupados com o avanço científico e cada vez mais convencidos de sua importância no processo de desenvolvimento.

Essa dissidência é a geratriz das forças dissociativas internas, existentes, de um modo geral, em tôdas as sociedades comunistas, e com muito maior razão, na Tcheco-Eslováquia, país eminentemente industrial. Para fazer valer sua já tênue autoridade, os antigos burocratas pró-Stalin, ainda detentores da força de repressão, aplicaram-na com maior intensidade, o que aumentou a tensão interna, não só na massa, como também no interior do PCT, que via dizimadas suas próprias fileiras.

3) Fatores econômicos:

O baixo nível de consumo do povo tcheco

Fiel à sua doutrina centralizadora, paralelamente ao "Pacto de Varsóvia", na esfera militar, a URSS congrega seus países satélites no Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON), órgão responsável pelo planejamento da economia do bloco comunista, fixando metas, e atribuindo missões específicas aos diversos países-membros.

A Tcheco-Eslováquia, país dos mais industrializados do Centro Leste Europeu, sendo o 4.º produtor europeu de aço, 5.º de carvão "per capita" e 6.º de cimento, arca com a responsabilidade pelos setores mais onerosos da economia do bloco, ou sejam, indústria pesada, mineração e metalurgia. Assim, engajado, na consecução das metas que lhe são impostas, o grosso de seus contingentes de mão-de-obra especializada, suas matérias-primas e boa parte de seus investimentos, a Tcheco-Eslováquia não provê o seu mercado interno de bens de consumo em quantidade e qualidade suficientes para atender à demanda crescente. Em decorrência da oferta reduzida, os bens de consumo corrente não são acessíveis ao orçamento do homem médio tcheco. A proximidade do MCE, com seus invejáveis níveis de consumo nacionais, aumenta a frustração popular.

A revolta dos economistas

Desde novembro de 1963, vêm os economistas tchecos se insurgindo contra o chamado "culto do plano", ou seja, o planejamento econômico burocrático, reflexo do dogmatismo político, que é um fim em si mesmo.

Os economistas da nova geração, encabeçados por Radoslava Selucky e louvados na experiência de Ota Sik, afirmavam abertamente que, para que fôssem possíveis reformas econômicas que pudessem promover o bem-estar comum, seriam necessárias modificações profundas na estru-

tura político-administrativa do país.

Suas idéias podem ser resumidas em sete pontos, propugnando as seguintes alterações estruturais:

I — Permissão para criticar o socialismo como ordem política e base econômica;

II — Nenhuma lei tradicional da economia socialista seria mais válida;

III — A Nacionalização e Coletivização vistas como um meio e não como um fim em si próprias;

IV — Planificação econômica descentralizada e flexível;

V — Vigência de uma economia de mercado, regida pela lei da oferta e procura;

VI — Os economistas deveriam ter livre acesso à literatura especializada do Ocidente;

VII — Os economistas ditariam as normas setoriais ao Partido e não o inverso.

Além disso, Ota Sik, em longo estudo comparativo, publicado em órgãos de divulgação renovadores, fazia novas e violentas críticas ao sistema de produção vigente, afirmando:

— que a produção era cara e de qualidade inferior, não podendo, assim, competir nos mercados estrangeiros;

— que a indústria de base, pela má qualidade, não constituía o suporte sólido que deveria ser para a indústria de transformação. Louva-se Ota Sik no teste feito, em 1964, com cerca de 4.000 produtos, aplicáveis à Engenharia, tendo-se comprovado que menos de 1/3 era compatível com os padrões mundiais.

— Finalmente, que, pelas deficiências da técnica de produção e da mecanização agrícola a Tcheco-Eslóvaquia, para cada mil dólares de produção empregava 435 kg de aço enquanto que os EUA, para volume idêntico, aplicavam apenas 176 kg; e ainda que, enquanto um lavrador tcheco levava cerca de 120 min para a colheita de uma horta de tamanho médio, um norte-americano despendia apenas 24 min.

Assim, postulando medidas eficazes para o desenvolvimento material de seu povo, atacando o sistema de administração não técnico e burocratizado, foram os economistas tchecos elementos da maior relevância para a formação da ambiência para a liberalização. Acusados, embora, pelos órgãos ortodoxos, de "desviacionismo capitalista e burguês", obtiveram, no seio do povo tcheco, adesão entusiástica e fervorosa.

4) Fatores psicossociais:

— O cosmopolitismo tcheco, mercê de suas posição geográfica e evolução histórica, não se coaduna com a posição de satélite em que se encontra sua Pátria, ligada, apenas, aos países do bloco comunista. Além disso, em razão, ainda, da diversidade étnica, falta ao povo tcheco o *conformismo eslavo*, fator preponderante da manutenção do povo russo sob o jugo oligárquico do PCUS.

— A grande atividade intelectual liberalizante dos meios renovadores, com a criação do "Literarny Lsty" — órgão dos escri-

tores liberais tchecos e a publicação do "Manifesto das 2 mil palavras" em que 70 personalidades de relêvo censuraram o obscurantismo Novotnysta e hipotecaram irrestrito apoio à liberalização.

5) Fatores políticos:

Dentre os de maior relevância, podemos citar:

— O desejo natural, por parte da Nação Tcheca, de exercer uma política exterior soberana, assumindo uma situação de relêvo na Europa Central.

— A renovação dos quadros políticos, após a degradação de Stálin, tendo surgido novos líderes, como Alexandre Dubek, e ressurgido outros, que se encontravam no ostracismo, como Ota Sik e o General Svoboda, herói dos maquis tchecos, durante a 2ª GM, e que viria a ser Presidente da República, por ocasião da crise de agosto.

— Os Ecos da Crise Polonesa e da Revolta Húngara de 1956, esmagada pela União Soviética. A indignação do povo tcheco, reprimida durante 12 anos, explodiria em forma de hostilidade ao Pacto de Varsóvia.

— O XX Congresso do PCUS, em fevereiro de 1956. Naquela oportunidade, Nikita Krushev preconizava a adoção da política da "Coexistência Pacífica". Embora a proposta tivesse sido feita com o objetivo de angariar a simpatia do 3.º mundo Afro-Asiático emergente, estimulou, mesmo assim, a aspiração tcheca de evolução rumo a uma Sociedade Aberta.

6) Fatores militares:

Agora, a pergunta fundamental: Por que, após reiteradas afirmativas, perante o mundo, de que não interviria no processo político da Tcheco-Eslováquia, a URSS resolveu invadir seu território, juntamente com seus aliados do Pacto de Varsóvia? Em primeiro lugar, porque a verdade, para um comunista, nada mais reflete do que as suas necessidades no momento. Além disso certamente em razão de outros fatores, dentre os quais sobressaem:

— O gradual enfraquecimento do Pacto de Varsóvia, pela posição cada vez mais independente da Iugoslávia e da Romênia. Se analisarmos cuidadosamente os últimos episódios em que esteve envolvido o prestígio internacional comunista, veremos que a URSS recuou sempre, após ameaçar deflagrar a 3ª GM. Assim se desenvolveram, em 1962, as crises cubana e libanesa, esta última, inclusive, envolvendo a antiga aspiração russa de acesso ao Mediterrâneo. Alguns dos leitores devem lembrar-se de que, desde a adesão do Iraque ao Pacto de Bagdad, em 1955, seu monarca suportava enorme pressão dos países árabes insuflados pela URSS, acabando o rei Faisal por ser deposto, morto e substituído em 1958, por uma junta criptocomunista, presidida pelo Gen Kassem. A junta governativa do Iraque tentou exportar a solução comunista para o Líbano, então governado pelo presidente Chamoun, promovendo distúrbios de rua e atentados terro-

ristas. O Presidente, em consequência, solicitou o auxílio da Frota norte-americana do Mediterrâneo. Apesar das ameaças de Krushev de reduzi-la a cinzas, com seus misséis, a Força-Tarefa desembarcou uma Divisão de fuzileiros navais e esvaziou a crise, sem que alguma reação houvesse ocorrido.

Os recuos sucessivos da União Soviética, dos confrontos diretos com os EUA, confirmam claramente que a política agressiva do comunismo Internacional, não tem a apoiá-la um poder militar compatível com seus objetivos. E o fato só é explicável quando o analisamos pelo ângulo da falta de unanimidade, por parte dos diversos Partidos Comunistas, inclusive os do Mundo Ocidental, acerca de aspectos fundamentais, doutrinários e políticos, da orientação russa.

O exemplo mais claro do que acabamos de afirmar foi a desaprovação formal e pública da invasão da Tcheco-Eslováquia, formulada pelos Secretários-Gerais dos maiores Partidos Comunistas da Europa Ocidental: Luigi Longo, do Partido Comunista Italiano (PCI) e Waldeck Rochet, do Partido Comunista Francês. (PCF).

— A posição geográfica da Tcheco-Eslováquia, face à Alemanha Ocidental, e sua situação de centro de gravidade do Leste Europeu.

7) A evolução da crise:

Finalmente, passamos a desenvolver a evolução cronológica da crise, com os principais fatos

políticos que marcaram a tentativa de liberalização tcheca, até seu trágico epílogo.

Jan 68 — O Comitê Central do PCT, por nove votos contra três, recomenda a demissão do 1.º Secretário do PCT, Antonín Novotný, que se demite no dia 5, substituído por Dubcek na chefia do PCT.

24 — União dos Escritores funda o "Literarny Lsty".

Fev 68 — Escritores exigem a reabilitação de pessoas condenadas injustamente, durante a era Novotnýsta.

Mar 68 — 16 — Dubcek se mostra decidido a avançar rapidamente no "nôvo caminho progressista".

28 — Dubcek propõe a candidatura do Gen Svoboda em razão da nova demissão, da Presidência da República, de "Antonín Novotný".

Abril — Inicia-se o inquérito para apurar a morte de "Jan Masaryk";

11 — Artigo do "Pravda" criticando os elementos anti-socialistas do PCT.

Maior — Gomulka, Jirov, Kadar e Ulbricht reúnem-se a Brezhnev, em Moscou.

22 — Reunião de Karlovy-Vary — Dubcek e Cernik com Kossiguin — parece que a situação se desanuvia. A URSS declara não desejar se imiscuir nos assuntos internos de um "país socialista irmão".

Junho — 27 — Manifesto das duas mil palavras.

Exigindo a liberalização e apoio a Dubcek.

30 — As tropas do "Pacto de Varsóvia", que se encontravam em manobras desde o dia 21 não deixam o território tcheco.

Julho 29, 30 e 31 — Conferência de Cierna-Nad-Tisu entre os PCT e PCUS.

Agosto — 3 — Conferência dos Seis, em Bratislava. Mais uma declaração conjunta de "Não Intervenção" e de respeito à soberania tcheca, por parte da Rússia, Bulgária, Hungria, RDA e Polónia.

Agosto 9 — Mar Tito visita Praga, e faz declaração conjunta com Dubcek, realçando a necessidade da liberalização.

Agosto 15 — Chega a Praga "Nicolai Ceausescu, dirigente da Romênia — Nôvo Tratado de amizade entre a Tcheco-Eslováquia e a Romênia.

20 de Agosto — 23:30 — Tropas do Pacto de Varsóvia invadem a Tcheco-Eslováquia.

8) Conclusões finais:

Os fatos mencionados no decorrer deste artigo nos autorizam a extrair algumas conclusões, discutíveis porque pessoais, mas que refletem, em nossa opinião, a atual situação do Mundo Comunista Europeu:

— O "Bloco Monolítico da Era Stalinista, submetido a pressões e forças dissociativas, sociais, políticas e econômicas começa a se desintegrar. A defecção iugoslava, as revoltas polonesa e húngara, a liberalização na Tcheco-

Eslováquia e na Romênia são sintomas do processo, que se acelerou com a queda do mito stalinista.

O "Pacto de Varsóvia", expressão militar da união em outros campos, dos países comunistas, entra em declínio acentuado na medida em que se rompe a solidariedade entre os mesmos.

— O COMECON, pela planificação internacional da economia dos países comunistas, fixando para cada qual metas e setores obrigatórios, coíbe a diversificação do consumo, e será sempre um ponto capital de discordância e inquietação do Sistema.

— Deverão se processar, futuramente, acontecimentos semelhantes aos da Tcheco-Eslováquia, na Alemanha Oriental, onde, além dos problemas comuns já expostos, um nacionalismo

crescente supera o dogmatismo comunista oficial e empurra os germânicos em direção da unidade de seu país.

— Em razão das fraquezas aqui expostas, sem abdicar de seus objetivos doutrinários de conquista e dominação, a URSS, a exemplo da China Continental, intensifica a GR, evitando um confronto direto ao qual sabe que não poderá resistir.

E a lição a ser extraída pelos brasileiros, especialmente por nós, militares, da odisséia tcheca, é a de que os grilhões comunistas, se colocados, não se partem facilmente. E a garantia única de que os tristes fatos aqui expostos não se repetirão, um dia, às portas das nossas próprias casas, reside no valor moral do povo brasileiro e na bravura de suas Forças Armadas (FA).

COLABORAÇÕES

- 1 — Datilografados — em espaço 2 ou 3 — em um só lado do papel — máximo de 20 fôlhas (em princípio).
- 2 — Gráficos, croquis, organogramas, desenhos em geral: em papel vegetal (ou semelhante), tinta nanquim (preta).
- 3 — Fotografias: cópias em preto e branco; para reproduções, fotos já publicadas deverão ser suficientemente nítidas. Legendas numeradas, curtas e explícitas.
- 4 — Traduções: nome do autor e do tradutor — indicação completa da fonte — autorização (quando fôr o caso).
- 5 — Salvo em casos excepcionais, originais de colaborações não serão devolvidos.
- 6 — **IMPORTANTE!** Os originais devem ser entregues à Redação em condições adequadas, isto é: revisão da datilografia — disposição correta de títulos, subtítulos, números, letras, etc. — referências oportunas a gráficos, fotos, etc. — clareza das correções feitas a mão — emprego apropriado de maiúsculas, grifos, carmin, etc.
- 7 — Abreviaturas — somente as de uso consagrado, que não deixem margem a dúvidas; e as constantes do C 21-30, nos trabalhos cuja natureza as recomende.
- 8 — **AOS NOSSOS COLABORADORES!**

As páginas da A DEFESA NACIONAL estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferiríamos que todos aquêles que ainda não tenham assinatura de A DEFESA, procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é "a sua Revista".

O ENSINO MILITAR VERSUS A FORMAÇÃO DO COMANDANTE

Cel Art QEMA

SYLVIO OCTAVIO DO ESPIRITO SANTO

"A profissão militar é mais do que uma ocupação, é todo um estilo de vida".

Além de seu preparo próprio, fundamentalmente duas são as grandes preocupações de um Comandante:

- o emprêgo de sua tropa e
- a administração de sua unidade,

a segunda com reflexos profundos sôbre a primeira.

Examinando-se a conjuntura mundial atual, verifica-se que enquanto as superpotências desenvolvem armas nucleares de grande poder destruidor, as guerras limitadas e, principalmente, as guerrilhas e as lutas armadas de caráter ideológico têm proliferado em ritmo crescente, particularmente nas áreas politicamente instáveis ou em formação.

Aquelas armas exigem que a articulação e a fluidez das forças sejam cada vez maiores. As guerrilhas e a guerra revolucionária impõem maior dispersão e fracionamento das unidades de combate. Como consequência de tais premissas, cada vez mais difícil se torna o exercício de Comando, obrigando a descentralização das ações, e, desta forma,

a iniciativa, a motivação e o moral dos chefes dos pequenos escalões tornam-se qualidades de alto valor militar.

Que reflexos tais fatos trazem para um Comandante no que diz respeito ao emprêgo de sua tropa?

Parece que agora, o interesse primordial de um comandante não está mais no cumprimento de uma ordem de forma mecânica, automática ou estereotipada, e sim no seu cumprimento baseado no perfeito conhecimento de sua finalidade, de modo que os objetivos sejam atingidos, ou mesmo ultrapassados, ainda que situações imprevisíveis venham a ocorrer. Deseja a prática de uma disciplina consciente estruturada em elevados níveis de iniciativa e de moral. Deseja, também, a existência de subordinados altamente motivados e qualificados. Neste aspecto basilar da ação de comando uma continua e efetiva modificação se faz sentir na organização militar.

Para conseguir tais fins, verdadeiro "espírito de corpo", o Comandante deve tornar-se

muito mais qualificado e interessado nas técnicas da manutenção do moral, nos aspectos relativos às relações humanas, à psicologia do comportamento do indivíduo e do grupo. Para manter seus subordinados altamente motivados no que respeita às ações de antiguerilha e na luta contra a subversão, o Comandante deve adquirir maior preparo cultural e conhecimento da conjuntura sócio-econômica, a fim de orientar e esclarecer os objetivos das operações militares a serem desenvolvidas. Deve, portanto, ter pontos de vista firmados em problemas que no passado eram dispensáveis dado o tipo de guerra em que sua tropa era normalmente empregada.

Ainda sob este aspecto, deve-se considerar que todo Comandante que tem responsabilidade sobre a segurança de determinada área, se vê obrigado, por sua posição, a participar dos problemas políticos, sociais e econômicos. Portanto, para bem desempenhar o seu papel de guardião da integridade da Pátria e fiador do regime e das instituições governamentais, tem necessidade de estar, também, altamente motivado em relação a estes problemas.

Cabe aqui a seguinte pergunta: O incremento da capacidade de crítica e da politização não poderão gerar atitudes desfavoráveis no comportamento dos militares?

O que parece certo é a impossibilidade de se isolar o oficial da vida política nacional. Assim para contrabater estes aspectos desfavoráveis, deve-se procurar dar aos oficiais uma educação

mais completa cuja finalidade consista em criar compromisso de lealdade para com o sistema democrático e compreensão perfeita de seu funcionamento.

Quanto à segunda preocupação fundamental do Comandante, a administração de sua unidade, as atividades afins desenvolvidas na organização militar se assemelham às de uma empresa civil, devendo, portanto, o Comandante possuir qualificações e orientações comuns aos administradores e dirigentes civis. Para isto deverá ter conhecimento das modernas técnicas de administração e de relações públicas.

Entretanto, a organização militar, por sua finalidade, tem características que exigem um equilíbrio entre o administrador e o Comandante, equilíbrio este que se projeta em função dos diversos níveis da hierarquia militar. Das virtudes militares deve preponderar o espírito militar que deve moldar o administrador ao equilíbrio desejado.

Dentro destas idéias, a imagem ideal do Comandante continua sendo a de um líder capaz de administrar e organizar sua unidade para responder a toda sorte de contingências. Ele deve, continuamente, demonstrar sua competência e capacidade técnica.

Considerando:

— a necessidade de que o Comandante deva possuir as qualificações e motivações expostas anteriormente;

— os atuais currículos desenvolvidos nos diversos níveis do ensino militar;

pergunta-se:

“O atual ensino militar proporciona aos oficiais os subsídios necessários ao desenvolvimento de suas qualidades e aptidões, a fim de prepará-los para a complexa e difícil missão de comandar?”

Compulsando os currículos da AMAN, EsAO e ECEME, que são os três principais níveis do ensino militar, verifica-se que somente a ECEME procura dar aos seus oficiais-alunos alguns destes subsídios. Esta Escola, verificando a grande lacuna existente procura, desenvolvendo uma programação intensiva mas nem sempre a mais racional, abordar os aspectos fundamentais da psicologia, relações humanas, relações públicas, sociologia, ciência política, economia e administração.

Entretanto, a falta de base dos oficiais-alunos e as dosagens exageradas de assuntos a serem abordados em espaços de tempo exíguos, geram graves inconvenientes como o desinteresse, o acúmulo de horas de estudo e o cansaço, sacrificando o rendimento da aprendizagem.

Para sanar a lacuna sentida há necessidade de se modificar os currículos da AMAN, ainda fundamentalmente a base das ciências matemáticas, resquício da influência positivista no ensino militar, e da EsAO, introduzindo-se aqueles assuntos tão necessários à formação do futuro Comandante.

De qualquer forma, deixo a meditação dos nossos chefes e companheiros, particularmente daqueles que por suas atuais funções tratam diretamente do ensino militar, a resposta definitiva da pergunta formulada.

CORRFA

CLUBE DE OFICIAIS REFORMADOS E DA RESERVA DAS FÓRÇAS ARMADAS



Fundado em 28 de dezembro de 1912

Entidade consignatária:

Dec. n.º 67.104, de 24-8-1970

Sede própria:

Av. Presidente Vargas, 583 — 2.º and.

Tels.: 221-4468 e 221-4998 — Rio — GB

Há mais de meio século o CORRFA distribui proteção à família militar e agora também à família civil

Você associa-se ao CORRFA pelas seguintes razões:

- Tradição de mais de 50 anos
- Tradição dos que o dirigem
- Observância rígida ao lema:
"Respeito — Confiança — Responsabilidade"

Você faz Pecúlio porque:

- É pessoa previdente
- Faz economia espontânea
- Representa tranqüilidade para si e família
- É homenagem aos que lhe são caros
- É poupança com alta rentabilidade

- Entidade jurídica legalizada
- Utilidade Pública reconhecida por Lei
- Pratica atividades assistenciais
- Dá amparo à família
- Tem serviços à disposição

O EXÉRCITO E A EDUCAÇÃO

Cel Prof. do CMF e IDM — CE
JOSE AURELIO SARAIVA CAMARA (*)

No crepúsculo do Brasil Imperial plantava-se em Fortaleza a primeira escola de formação militar que aqui funcionou — a velha Escola Militar do Ceará, que viveu de 1839 a 1897 e que dividiu sua pousada entre este edifício e o atual QG da 10ª Região, na parte fronteira ao Passeio Público.

Em 1919 era criado o Colégio Militar do Ceará, extinto em 1938 após prestar ao Estado e ao País soma enorme de serviços relevantes.

Quatro anos após sua extinção renascia êle sob a forma de uma Escola Preparatória de Cadetes, que também prestou 20 anos de inolvidáveis serviços ao Exército e à Pátria, sendo substituída, em 1962, pelo atual Colégio Militar.

Todos sediados no mesmo local, servindo aos mesmos ideais, disseminando as mesmas esperanças, unindo o livro ao sabre sem que um corasse do outro como proclamavam os versos famosos do condoreiro poeta.

Fatores humanos de primeira ordem ainda mais concorreriam para unificá-los.

O General Eudoro Corrêa, que do Colégio Militar do Ceará seria o comandante de mais longa e atuante passagem, foi aluno da nossa antiga Escola Militar e se constituiu num traço positivo de ligação entre aquela casa de ensino desaparecida e a que viria sucedê-la.

Os Coronéis Vitor Hugo de Alencar Cabral, Mário de Barros Cavalcante e Raimundo Teles Pinheiro foram ex-alunos do Colégio

(*) **NOTA DA REDAÇÃO** — JOSE AURELIO SARAIVA CAMARA: Oriundo da Arma de Artilharia, ingressou posteriormente no Magistério do Exército. Engenheiro Civil, tem ocupado vários cargos de destaque na vida pública cearense e também no magistério superior. Historiador de renome, com várias obras publicadas, obteve o Prêmio Otávio Tarquino de Souza da Livraria José Olympio Editora pelo seu livro "Capistrano de Abreu", que também lhe valeu o prêmio cultural Capistrano de Abreu da Universidade Federal do Ceará. Professor do Colégio Militar de Fortaleza, membro do Instituto dos Docentes Militares — Seção do Ceará, do Instituto do Ceará e do Instituto do Nordeste, possui as Medalhas Militar de Prata, do Pacificador e do Mérito Cultural da Universidade Federal do Ceará.

Militar que viriam comandar a Escola Preparatória de Cadetes, devendo-se assinalar que o último ainda comandou o nascente Colégio Militar de Fortaleza.

E no comando dêste já se fizeram presentes dois ex-alunos do saudoso Colégio extinto em 1938: os Coronéis Petronio Maia Vieira do Nascimento e Sá e Haroldo Erichsen da Fonseca.

Mas não é só na galeria dos comandos que se estabelecem vínculos tão significativos.

Na área do magistério ela se afirma de modo ainda mais eloquente. Foram ex-alunos do antigo Colégio Militar vários dos professores militares, quer da Escola Preparatória, quer do atual Colégio, onde também já lecionam ex-alunos daquela Escola.

Ao mencionar êstes fatos, não desejo compor uma perspectiva sentimental que seria cara e justificável aos olhos de um ex-aluno e atual professor desta Casa. Trata-se, na verdade, de fato rico de significação, pois êste recobrimento de homens e de idéias, projetado na dimensão do tempo, assegura mais que a continuidade de objetivos e de ideais, — assegura, sobretudo, uma unidade de ação que na área do ensino militar se constitui em tradição a ser mantida e cultuada.

A quem quer que se detenha neste capítulo expressivo da história militar cearense, que é a presença em nossa terra, nestes últimos 80 anos, de quatro estabelecimentos militares de ensino, de cujas tradições e realizações é hoje êste Colégio o herdeiro e continuador, a quem quer que se detenha nesta análise ressaltará que um espírito comum os une e identifica, e que na realidade se apresentam como as quatro faces de um mesmo tetraedro que é a atividade educacional militar no Ceará.

Há um aspecto que me parece digno de menção na história destas casas de formação militar que aqui sediaram — é o fato de elas, na sua maioria, se ligarem a páginas significativas da História Nacional, notadamente da nossa História Militar, através de homens e fatos que lhe dizem respeito.

Recordariamos, por exemplo, que o primeiro comandante da Escola Militar do Ceará foi o Tenente-Coronel de Artilharia João Nepomuceno de Medeiros Mallet, mais tarde Marechal do Exército e Ministro da Guerra do governo Campos Salles.

Era filho do Marechal Emílio Mallet, Barão de Itapevi, o admirável patrono da Arma de Artilharia do Exército Brasileiro, o heróico comandante desta Arma na batalha de Tuiuti e fator decisivo do nosso triunfo naquela formidável peleja.

Como 2º Tenente, o jovem João Nepomuceno lutou durante toda a batalha ao lado do ilustre pai, temperando o seu entusiasmo e a sua coragem no magnífico exemplo da bravura paterna.

Orgulha-nos saber, assim, que esta Casa, no seu passado, foi comandada por alguém que participou decisivamente de uma batalha que é a maior página de glória da história militar brasileira

Outro comandante da mesma Escola seria o Tenente-Coronel Siqueira de Menezes, figura quase legendária, o "jagunço louro" de Canudos, imortalizado por Euclides da Cunha nas páginas memoráveis de *Os Sertões*.

Também digno de nota é o fato de toda a Escola Militar do Ceará haver embarcado para o Rio para participar, como tropa de elite, muitas vezes sob o comando direto de Floriano e Moreira Cesar, da repressão aos fatos oriundos da revolta da Esquadra e do seu alastramento no sul do país.

Aqui mesmo, foi grande a participação dos oficiais e cadetes daquela Escola na proclamação da República no Ceará e na agitação político-militar que se seguiu à renúncia de Deodoro, em 1891, e de que resultaria a deposição do presidente Clarindo de Queiroz.

Dos professores e oficiais da Escola é que saíram os novos dirigentes da administração estadual até a completa moralização daqueles fatos.

Muitos dos seus ex-alunos galgaram postos de relêvo no Exército, onde alguns atingiram o generalato.

Do antigo Colégio Militar, cujo cinquentenário de fundação decorreu no dia 1º de junho de 1969, é numeroso o contingente de generais, almirantes e brigadeiros que dêle proveio, e bem maior o número dos que, sem galgar o posto último da carreira, atingiram o oficialato das três armas.

Ainda para a vida pública nacional saíram daquele Colégio alunos que seriam governadores, secretários de estado, senadores e deputados, e pelo menos quatro ministros de estado se encontram entre ex-alunos e ex-professores daquele estabelecimento.

Da Escola Preparatória de Cadetes é grande a contribuição que se pode constatar no quadro de oficiais das Forças Armadas, principalmente do Exército, onde muitos já são oficiais superiores.

E oriundos do atual Colégio Militar já começaram a deixar a Academia Militar os primeiros a atingir as estrélas do oficialato.

* * *

O retrospecto da atividade desenvolvida no Ceará pelos estabelecimentos militares de ensino que aqui sediaram, e de cujas tradições é detentor o Colégio cujas aulas se reiniciam hoje com as galas de promissoras esperanças, este retrospecto nos revela, como espero haver demonstrado, que tanto a antiga Escola Militar do Ceará, como a Escola Preparatória de Cadetes e os dois Colégios

Militares, que lhes sucederam bem cumpriram a missão que lhes foi apontada.

Essas atividades que lhes impôs o Exército foram e continuam sendo bem cumpridas dentro dos objetivos da natureza militar que lhes são próprios.

O recrutamento e a formação inicial de elementos para o oficialato das Forças Armadas, processou-se com êxito. O conceito que o Exército deve corretamente possuir no julgamento da coletividade foi aqui propagado e forjado na opinião pública à base de manifestações positivas de trabalho profissional e intelectual. Podemos assegurar-nos de que a imagem do esforço construtivo e patriótico das Forças Armadas ficou bem estereotipado em nosso meio através da atuação das casas de ensino militar que, desde 1889, se alteiam na paisagem educacional do Ceará.

Não é esse, entretanto, o aspecto que desejo ressaltar neste relembrar de fatos que são já patrimônio da nossa história.

O cumprimento daquelas missões de natureza estritamente militar, é ponto pacífico, reconhecido e proclamado por todos que se alonguem no inventário das décadas de fecunda atividade desses estabelecimentos de ensino.

O que desejo caracterizar — e aqui vou buscar o tema desta minha desprezível palestra —, é a importância do Colégio Militar como fator educacional, é a contribuição altamente expressiva, valiosa e de incomparável utilidade que aqui foi dada em prol do ensino no Ceará e no Nordeste.

Esqueço as implicações militares do problema para enfocá-lo sob o aspecto exclusivo da atividade que os organismos de ensino que aqui se abrigaram sob nomes diversos, fizeram, estão fazendo ou poderão fazer pela educação nacional numa área do País que dela necessita com indistinguível urgência.

Ao contrário do que se poderia, com certa razão pensar, os esforços que aqueles estabelecimentos realizaram no setor do ensino não resultaram em benefícios exclusivos, nem mesmo predominantes, para as Forças Armadas.

Aqui sempre se educou mais para o Brasil que para a caserna.

No ativo dos incontáveis serviços que o Exército tem prestado à Nação, dever-se-ão incluir com justiça aqueles que foram aqui realizados.

Para as faculdades e academias de outrora, para as Universidades do presente, para as múltiplas atividades da vida civil, foi bem grande o número dos que daqui saíram e não apenas para ingressarem no oficialato das Forças Armadas, como seria justo admitir.

Médicos, engenheiros, agrônomos, bacharéis em direito, diplomatas, sacerdotes, odontólogos e farmacêuticos, economistas e qui-

micos, jornalistas, comerciantes e industriais se contam entre os que nesta casa receberam, em letras e em civismo, uma educação que os capacitou a ser úteis ao Brasil e a vencerem na vida.

Um levantamento do avultado coeficiente de cidadãos que aqui travaram os primeiros contatos com os princípios fundamentais da ordem e da disciplina, com a noção de Pátria e dos deveres que para com ela temos todos nós, com o estudo racional e exigente, esse levantamento revelaria como foi grande a contribuição que aqui dentro se tem dado à educação nacional.

Essa contribuição que ultrapassou muitas vezes a sistemática dos bancos escolares para situar-se em plano cultural mais amplo, destacava-se já com eloquência nas atividades intelectuais, que na acanhada Fortaleza dos fins do século passado, desenvolveu o corpo discente da velha Escola Militar do Ceará.

Vivia-se, então, aquele capítulo característico da história das idéias no Brasil, capítulo que eu gostaria de denominar de político-religioso, quando o positivismo, bifurcando-se nas rotas da ideologia política e do credo religioso, vinha encontrar na mocidade idealista do Exército o campo fértil e quase exclusivo da sua propagação no meio nacional.

As seduções do livro predominavam sobre as da espada. Era a fase controversa dos bacharéis fardados, grandes leitores, amantes das matemáticas, dos livros franceses e da filosofia de Augusto Comte.

Não se enclausuravam no seu saber; gostavam de extravasá-lo e transferi-lo.

Ai estão os livros e documentos, ai está a imprensa da época revelando com elogios o impulso intelectual que, na sociedade fortalezense de então, desenvolveram os cadetes da velha Escola, fundando revistas e grêmios literários, proferindo conferências e escrevendo nos jornais, estabelecendo polémicas e ativando um movimento cultural que marcou época na paisagem cearense daquele fim de século.

Foi numeroso o contingente dos que não seguiram a profissão militar, que aqui se deixaram ficar, alguns mesmo oriundos de outros Estados, e que para as profissões liberais e outras atividades valeram-se com êxito dos conhecimentos adquiridos nos bancos daquela Escola Militar.

Foi igualmente expressiva, e mais fecunda ainda, a atuação do Colégio Militar, de 1919 a 1938.

Seu simples funcionamento na capital cearense, há meio século, já se constituía em poderoso fator de emulação no progresso do ensino estadual.

Com um corpo docente categorizado, recrutado por concurso e, quando necessário, completado com rigoroso critério, logo exerceu evidente atração nas camadas que palmilhavam a senda do ensino.

Era fato comum nas duas primeiras décadas da sua existência, serem seus professores e oficiais solicitados para examinar em colégios oficiais ou particulares do Estado, considerados que eram suas presenças um certificado de idoneidade moral e intelectual no processamento dos exames.

A educação física obrigatória, o rigor na explanação e ordenação das matérias lecionadas, o emprêgo de modernos equipamentos de laboratório, o uso de eficazes técnicas de ensino, a obrigatoriedade da cadeira de Instrução Moral e Cívica — agora introduzida nos currículos escolares quando já a tínhamos aqui há 50 anos —, são aspectos positivos do pioneirismo que, em nosso meio, desenvolveu o Colégio Militar em seu campo de ação.

A subordinação consciente aos princípios da ordem e da disciplina, a devoção ao estudo, o destaque que habitualmente adquiriam nos cursos superiores os alunos oriundos do Colégio, são características que se transmitiram, como a parte mais saudável da sua tradição, ao atual Colégio Militar que, com apenas sete anos, é a encarnação mais nova do idealismo cívico, da operosidade, da eficiência educacional que são atributos caracterizadores dos estabelecimentos que o antecederam.

O atual Colégio Militar de Fortaleza, podemos afirmar sem jactância, vem cumprindo bem o que dele exigem o Exército e a Nação.

Sob o aspecto do ensino, — embora seja hoje o ensino um dos mais complexos problemas nacionais —, tem assegurado êxito aos que daqui têm saído em demanda dos vestibulares. No Ceará e fora dele — e tivemos este ano brilhantes exemplos aqui e no Rio de Janeiro — concludentes deste Colégio têm galgado posição de destaque no ingresso nas Universidades.

Quando a agitação estudantil levava às ruas centenas e milhares de estudantes, em protestos que eram às vezes justos mas condenáveis e inadmissíveis na maneira como se processavam, quando as salas de aula aí fora permaneciam fechadas à inútil espera dos alunos que desejavam estudar nas Universidades mas não desejavam estudar para os vestibulares, quando isso acontecia, nunca esta Casa alterou seu ritmo de trabalho, a normalidade das suas aulas era absoluta, e orgulhava-nos a certeza de que os estudantes de gola vermelha não participavam da baderna nem se deixavam guiar pelos caminhos que não são os que conduzem à grandeza do Brasil.

E é necessário que se ressalte, como consideração relevante no trato do assunto, que os universitários oriundos do Colégio Militar revelaram-se, na sua prática totalidade, focos admiráveis de resistência à agitação e à desordem que até há pouco se vinha tentando implantar nas universidades como norma habitual de ação.

Conheço casos concretos. E a atitude desses jovens, blindados contra a indisciplina e a irracionalidade pela educação que aqui receberam, já representa uma larga justificativa para a presença dos Colégios Militares na área do ensino brasileiro.

Encontram-se, assim, estes estabelecimentos, na atual conjuntura, em condições de prestar maior soma de serviços ao meio civil que às Forças Armadas, porque não apenas fornecem excelentes e bem orientados contingentes às profissões liberais e demais atividades civis, como inocula-lhes um fator de imunização contra a agitação deletéria e improdutiva.

Estatística por nós realizada à base de dados do Arquivo do Exército, dados infelizmente incompletos mas que nos permitem uma razoável aproximação nos coeficientes obtidos, situa em cerca de 1.350 e o número de matrículas efetuadas na Escola Militar do Ceará, de 1889 a 1897, dos quais aproximadamente 400 seguiam a carreira militar.

No Colégio Militar do Ceará, de 1919 a 1938, matricularam-se cerca de 1.500, dos quais 600 apenas fizeram carreira no Exército, Marinha e Aeronáutica.

1.928 alunos concluíram o curso da Escola Preparatória de Fortaleza.

Destes cerca de 1.500 se tornaram oficiais, mas o número de matrículas, durante toda a existência da Escola, é da ordem de 2.300.

No atual Colégio Militar, concluíram o curso 105 alunos, mas somente 43 seguiram a profissão das armas.

Esses dados revelam que menos de 50% dos que estudaram nos estabelecimentos de ensino que o Exército vem mantendo no Ceará tiveram uma destinação militar. O maior número situa-se no campo das atividades civis.

E se considerarmos exclusivamente os índices relativos aos dois Colégios Militares, não atinge, sequer, a 35% o número dos que deles saíram para a carreira militar.

Embora a grande maioria dos que concluíram o curso nos três primeiros estabelecimentos se encaminhassem preferentemente para o oficialato do Exército, Marinha e Aeronáutica, fato que se não tem verificado com o atual Colégio, onde esse número atinge apenas 41% do total, não podemos deixar de considerar que, além daqueles que ingressaram nas faculdades, é bem grande a taxa dos que, mesmo não tendo concluído o currículo escolar, cursaram-no em boa parte e dele se beneficiaram para o prosseguimento do curso médio ou como valioso subsídio para o êxito na vida prática.

O capital em homens e recursos financeiros, — e ele não é pequeno —, que o Ministério da Guerra no passado e o do Exército no

presente tem investido no setor do ensino, tem levado alguns exegetas apressados, vários dos quais se situam nas próprias Forças Armadas, à conclusão de que a permanência dos Colégios Militares resulta para aquele Ministério em ônus injustificável, além de constituir uma formação dos seus objetivos específicos.

Não deve caber ao Exército, argumentam eles, atuar numa área que deve ser da competência exclusiva do Ministério da Educação.

Situamo-nos entre aqueles que encaram o problema de modo absolutamente diverso e temos a coragem de proclamar alto e bom som que só uma análise restrita e superficial dos fatos levaria àquela conclusão.

Antes de mais nada é necessário colocar o problema em termos mais altos que a simples consideração do aspecto financeiro.

Mesmo sob este aspecto a análise nos conduziria a uma tática aprovação desta conduta tradicional, pois se há um princípio universalmente consagrado no mundo contemporâneo é o do que nenhum investimento é mais útil e produtivo que o investimento em educação.

Em livro recente, traduzido sob o título de *Educação e Desenvolvimento Econômico*, o economista e educador Charles Beely, diretor da programação educacional da UNESCO para o biênio 66/67, escrevia estas palavras que comportam, no Brasil, ressonância especial: "O fato de que a educação não é apenas uma forma de consumo mas um investimento nacional, não é uma descoberta nova. Contudo, somente quando o crescimento da tecnologia no mundo de pós-guerra revelou a insuficiência dos nossos próprios sistemas educacionais, e a situação dos países emergentes mostrou sua trágica ausência de homens instruídos, é que a relação econômica entre o sistema educacional e a comunidade que ele serve tornou-se dramaticamente evidente".

A correlação entre educação e desenvolvimento econômico é hoje um truismo, uma dessas gritantes verdades do nosso tempo, que dispensa alinhamento de dados e comprovações estatísticas.

Os países desenvolvidos, de alta renda *per capita*, são aqueles onde a educação recebeu atenção condigna, e nêles o mercado de trabalho ultrapassa 60% de sua população e a taxa de desenvolvimento atinge os índices mais elevados.

Num dos maiores *best-sellers* dos últimos tempos, o famoso *O Desafio Americano* de Servan-Schreiber, encontra-se uma formação decisiva usada pelo autor para explicar a diferença fundamental entre o desenvolvimento da Europa e o dos Estados Unidos, o fôssco existente entre eles num mundo que fundamenta seu progresso na ciência e na tecnologia.

"Na Inglaterra, França, Alemanha e Itália, escreve o autor, 90% dos jovens de 13 a 14 anos freqüentam escola. Mas depois de 15 anos apenas 20% prosseguem nos seus estudos. É de 6 a 15% o índice de estudantes que freqüentam universidade.

Nos Estados Unidos 99% da população naquela idade são estudantes, o que equivale a dizer que quem está em idade de estudar estuda. E além de 15 anos, 45% prosseguem seus cursos para o ingresso no curso superior. Há ali 4 milhões de estudantes universitários, o que representa mais de 40% da população em idade de freqüentar uma universidade".

Conclui-se, portanto, que enquanto na Europa Ocidental a porcentagem dos universitários varia entre 6 e 15% da população, na faixa de idade para universidade, nos Estados Unidos este índice é de 40%.

Fato contrastador e deprimente resulta do confronto desses dados com a calamitosa realidade nacional onde a educação ainda é um privilégio de poucos e onde o analfabetismo ainda se avizinha da taxa de 50%, havendo regiões onde ela ultrapassa os 70%.

Com base em dados colhidos no Anuário do IBGE de 1967 relativamente a 1966, aos 40% da população americana em idade para freqüentar universidade e que a freqüentam de fato, apresentamos pouco mais de 1% da nossa população em idênticas condições.

O drama do nosso atraso educacional é talvez mais conhecido, divulgado e meditado no exterior que no Brasil.

De um discurso sobre a América Latina, pronunciado no Senado dos Estados Unidos pelo falecido Senador Robert Kennedy, discurso publicado em jornais do Sul do país, destacamos este trecho impressionante —:

"De 1.400 crianças brasileiras, 1.000 entram na primeira série da escola primária e 396 passam à segunda série. Destas, 169 terminam a 4ª série primária; 20 completam a escola média, 7 entram na universidade e talvez uma apenas conclua seu curso universitário. Assim, conclui Robert Kennedy, apenas uma entre 1.400 crianças brasileiras tem chance de receber um diploma de instrução de nível superior."

Considere-se que é o Brasil um dos países de população mais jovem do mundo, com 54% desta população abaixo de 19 anos de idade.

No complexo e agitado mundo que vivemos estes moços constituem uma geração com um encontro marcado com o Destino, para usar uma expressão de Franklin Roosevelt, geração que parece compreender melhor que seus dirigentes a importância do ensino no desenvolvimento nacional, pois o espetáculo marcante e típico da

nossa época é a permanência das filas às portas das escolas, desde a primária a superior à disputa de uma vaga com reduzidas probabilidades de atendimento.

O problema é de uma gravidade indisfarçável face à magnitude do seu desafio.

Basta que se recorde, por exemplo, que segundo dados do INEP de 1967, para atender em 1970 13,5 milhões de crianças de 7 a 11 anos e 4,5 milhões de 12 a 14 anos, serão necessários mais de 500.000 professores diplomados, cifra muito superior às reais possibilidades da atual estrutura educacional do País.

Essa comprovação salta ao olhos. Não precisamos recorrer às estatísticas; todos sabemos o quanto custa obter uma vaga num colégio de curso médio ou até do curso primário, às vezes mesmo com ajudadas pagas. Quando se trata de estabelecimento oficial gratuito, então, essa procura se transforma num teste de prestígio político, tamanhas são as dificuldades a transpor.

Um grupo escolar se situa a dois quarteirões deste Colégio, em rua próxima, apresenta no período do seu funcionamento um espetáculo constrangedor. Diariamente, ao cair da tarde, quando se abrem suas portas para o curso noturno, é imenso o aglomerado à sua entrada, espalhando-se ao longo da calçada fronteira. São os alunos que ficam à espera da abertura dos portões, porque embora estejam todos matriculados, somente os que primeiro entrarem conseguirão carteiras; os demais, de ambos os sexos, ou assistem às aulas em pé ou terão que sentar-se no chão para assisti-las.

Num país onde essas coisas acontecem em setor de tamanha importância, é fácil compreender que a solução deste problema requer uma concentração nacional de esforços, um dinamismo de ação que transcende da atuação exclusiva do setor respectivo.

Nenhum país subdesenvolvido conseguiu resolver o problema da educação e ingressar, com ele resolvido, na faixa dos desenvolvidos, agindo exclusivamente dentro da rotina administrativa.

Conforta-nos e orgulha-nos, portanto, que para a solução deste problema tenha o Exército, através dos seus estabelecimentos de ensino, trazido contribuição expressiva, valiosa e permanente.

Ela se justifica plenamente pelas graves implicações do problema; justifica-se ainda de modo especial quando sabemos que, no mundo contemporâneo, os conceitos de segurança, desenvolvimento e educação são profundamente interligados.

Se *desenvolvimento* é o nome novo da *segurança*, *educação* é o nome antigo de *desenvolvimento*.

O progresso da ciência e da técnica, possibilitando um amplo desenvolvimento das comunicações e dos transportes, tornou não apenas o mundo menor, tornou-o, sobretudo, melhor conhecido.

A humanidade começou a compreender, à base de conhecimentos e informações que insinuavam reflexões e confrontos, que os benefícios do progresso, como a preservação da saúde, a alimentação, o conforto e o bem-estar são conquistas que podem e devem estar ao alcance de todos e não permanecer como privilégio de alguns.

Não tardou, porém, que estas justas aspirações passassem a ser utilizadas em agitações e convulsões sociais por exploradores que, fossem homens, partidos ou nações, passaram a agir em proveito próprio, capitalizando o natural descontentamento e os anseios dos que imergem no atraso e na miséria.

O mundo viu-se repentinamente dividido em duas porções desiguais: a dos que vivem bem e a dos que vivem mal, ou melhor, a dos que têm o que defender e a dos que têm o que perder, sendo a segunda parcela maior que a primeira.

Uma luta surda nasceu e, sem cessar, passou a crescer, agravada pela explosão demográfica que é sempre maior onde maior é a miséria.

E como em tôdas as nações da Terra há grupos humanos em estágio de bem-estar e estágio de miséria, as fronteiras dessa luta se tornaram universais. A disputa tem o mesmo sentido, reveste-se da mesma agressividade e tem a mesma bandeira em países da Europa ou da Ásia, da África ou da América Latina.

Uma guerra de nôvo tipo surgiu assim no cenário da História.

Já se disse, com certa razão que hoje metade da humanidade não dorme porque tem fome, e a outra metade não dorme com medo da que passa fome.

Um credo nôvo — as teorias econômicas de Karl Marx — tornou-se a Bíblia dos milhões inconformados, e esta situação agravou-se extraordinariamente quando uma das nações geograficamente mais bem dotada do mundo, a Rússia, estabeleceu um regime fundado naquelas doutrinas e deu-lhes assim uma base político-geográfica de ação. Tornou-se a Rússia comunista o quartel-general dessa luta sem tréguas.

Não tardaria, porém, que fatos passados e presentes viessem demonstrar que para a Rússia essa situação de liderança e de formidável progresso econômico e militar iria servir, sobretudo, para dar largas a um imperialismo econômico e a uma política expansionista que resultaria apenas em benefício próprio.

O mesmo já se pode vislumbrar na conduta da China, outra grande nação em busca de territórios para os oitocentos milhões que a habitam.

O que se não pode negar, entretanto, é que, mesmo sem a orientação e apoio destas duas nações líderes do movimento comunista, mesmo sem elas, o inconformismo, a agitação e o protesto violento continuarão a se processar em tôdas as áreas do Globo onde persistam a miséria social e a econômica.

Uma das vozes mais autorizadas da politica exterior dos Estados Unidos, o senador William Fullbright, em discurso há dois anos pronunciado no Senado americano, discurso enfeixado, com outros, em seu livro — *Velhos Mitos e Novas Realidades* —, dizia textualmente: "Se Cuba desaparecesse amanhã das águas do mar das Antilhas, e se Moscou retirasse milagrosamente do Hemisfério Ocidental todos os seus agentes, a maior parte da América Latina continuaria apesar disso agitada pela inquietação, pelo radicalismo e pela revolução."

É que sentimos com inequívoca certeza que onde houver a pobreza degradante, a espoliação e a injustiça social, haverá sempre uma luta em gestação.

Estes novos *fronts* que a conscientização das massas ergue dentro de cada país subdesenvolvido e em todos os recantos do mundo onde houver caldo de cultura para reivindicações violentas, haveria de gerar um conceito nôvo de segurança.

Trata-se de inimigo que só se pode enfrentar com êxito através do progresso social e econômico, combatendo a miséria e dando às massas oportunidades de vida digna e produtiva, numa palavra, realizando o *desenvolvimento* — o qual não deve ser monopólio dos regimes de esquerda, mas que pode e deve ser realizado dentro das normas democráticas de ação, valorizando "todos os homens e todo o homem," na sábia e feliz expressão de Lebreton.

Esse conceito atual de segurança expressou-o muito bem uma das grandes figuras de estadista do Ocidente, Robert McNamara, em livro recente. O ex-ministro da Defesa dos Estados Unidos e atual Presidente do Banco Mundial, com a responsabilidade de quem já dirigiu com alta eficiência a maior máquina militar do mundo e da História, que é como êle denomina o Departamento de Defesa americano, não hesitou em afirmar que o combate interno à injustiça social é maior fator de segurança que a vitória contra inimigos externos tradicionais. E proclama com entusiasmo que só o desenvolvimento através da educação é que poderia, em definitivo, estabelecer a vitória permanente e trazer ao mundo a paz que êle tanto ambiciona e sem a qual tôdas as conquistas da civilização e a própria sobrevivência da humanidade correm permanente perigo face à ameaça de uma hecatombe nuclear.

Sem desenvolvimento não há segurança, e sem educação é impossível o desenvolvimento.

Eis o dramático e eloquente desafio dos nossos dias. Meus jovens alunos.

Dirijo-me, principalmente, àqueles que hoje transpõem os portões desta Casa onde há oitenta anos já se fazia da educação um instrumento a serviço do Brasil.

Ser aluno de um colégio de elite é hoje, infelizmente, uma aspiração que muitos acalentam e bem poucos conseguem realizar.

Alegrai-vos de haver conseguido essa vitória, e meditaí no que ela representa como responsabilidade e compromisso para com a Nação e a coletividade brasileiras.

Há dezenas de anos ingressaram em Colégios Militares, homens que atingiriam os mais altos postos na direção deste País. Humberto Castello Branco, Artur da Costa e Silva, Aurélio de Lyra Tavares entre tantos outros, fizeram seu curso nos Colégios de Pôrto Alegre e Rio de Janeiro.

Nada impede que dentre vós, que hoje aqui ingressais, se encontrem alguns que chegarão a posição de realce na vida nacional.

Para bem servir a uma Nação não é preciso entretanto ser Presidente da República ou Ministro de Estado; todos temos a obrigação de servi-la em qualquer posição em que nos encontremos.

Mas na civilização tecnológica que vivemos, só através da cultura alicerçada no estudo perseverante e ordenado podereis prestar o máximo de contribuição que de vós espera o povo brasileiro. Somos hoje, condenados a estudar ou a desaparecer.

Só através dos conhecimentos adquiridos no estudo, só através da educação, do respeito à ordem, da dedicação aos interesses da Pátria e da coletividade, podereis adquirir a capacidade para discernir e a coragem para optar, que são as qualidades mestras sem as quais não se vence na vida e não se lidera sequer a si próprio.

Os vossos chefes, os vossos professores e instrutores não têm outro objetivo que o de bem cooperar na formação da vossa personalidade para que possais ser úteis a vós próprios, à família e, sobretudo, ao Brasil, pois quaisquer que sejam nossas preocupações e interesses pelo bem-estar da humanidade, o conceito da Pátria permanecerá, e não devemos permitir que ele pereça.

É grande e oneroso o esforço que realiza o Exército para vos proporcionar esta oportunidade de freqüentar um colégio que se preza de bem cumprir a sua função de ensinar e educar. É preciso que, de vossa parte, esse esforço seja correspondido.

Procurai na grandeza do Brasil o exemplo constante para a grandeza dos vossos gestos e das vossas atitudes.

E tomal como lema estes versos do grande poeta nacional, o mais nacionalista dos nossos poetas, e que parecem ter sido escritos para vós neste momento:

"Criança não verás país nenhum como este;

Imita na grandeza a terra onde nasceste!"

SOLICITAÇÃO

VOCE, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e remeta-as para esta Redação. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOCE, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo assim a todos.

VOCE, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOCE, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fêz algo nôvo, interessante, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCES, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO

existente, a experiência necessária. Assim, ao núcleo original enquadrante de 19 homens do Exército, somou-se excelente contingente de 44 voluntários oriundos da famosa Guarda Civil de São Paulo, selecionados moral, física e profissionalmente.

Desde logo o Pelotão aprestou-se para a guerra, adaptando a experiência de tráfego dos paulistas às contingências militares, desenvolvendo-lhes os reflexos e aprimorando-lhes as já exuberantes condições físicas.

Estava assim criado o Pelotão de Polícia da FEB e as dependências provisórias que ocupava na Rua São Francisco Xavier, anexas ao QG do Gen Cmt da 1.ª DIE, eram agora trocadas por um acantonamento na Cia Es Int, à Rua Barão de Mesquita, aquartelamento que, mais tarde, aquele Pelotão faria famoso em todo o País.

A JORNADA GLORIOSA DA FEB

*"Polícia do Exército / Seu orgulho é lutar / Com
braçura e galhardia / Sempre pronto a conquistar / Vitórias, vitórias mil / Pela honra
do Brasil ..."*

29 de junho de 1944. Segue do Rio de Janeiro, para o Teatro de Operações da Europa, o primeiro escalão da FEB, o destino é Nápoles, onde chega a 18 de julho, estacionando na vizinha "Staging Area" de Bagnoli onde a tropa é submetida a rigoroso treinamento, visando acimatá-la ao país europeu e adaptá-la aos moldes da guerra em curso.

Integrante dessa vanguarda brasileira, o Pelotão de Polícia é o responsável pela manutenção da ordem no estacionamento, pela disciplina do tráfego e a guarda do QG, ficando, nessa ocasião, diretamente subordinado ao Gen Zenóbio da Costa, Cmt da Infantaria Divisionária. Nasce aí o vínculo profundo que haveria de ligar, para sempre, o grande General à sua PEX.

Integrante do 4.º Corpo de Exército Americano, a 1.ª Divisão de Infantaria Expedicionária cobre-se de glórias sob os céus da Itália. Com ela, segue a sua Polícia, agora distinguida das demais Unidades pelos distintivos característicos de sua especialidade: as garruchas cruzadas na gola, o capacete e o braçal.

Nem o rigor do inverno, da lama e da chuva, ou os infernais bombardeios de Silla e Porreta Therme conseguem abalar a fama que já alcança, merecé o destemor com que cumpre suas mais variadas missões aliado à urbanidade bem brasileira que caracteriza sua atuação.

Esse comportamento notável e a amplitude das atribuições que recebe, operam a primeira grande transformação: abril de 1945, vem encontrar o Pelotão de Polícia elevado a Companhia autônoma. E é nessa condição

que Palmilha 400 quilômetros do solo ensangüentado da Itália, de Luca a Alexandria, dando provas inequívocas de bravura, desprendimento e competência.

Os vales do Serechio, do Reno e do Panaro testemunharam sua passagem e a calcinada planície do Pó assistiu ao cerco e à rendição da 148.^a Divisão alemã em Fornovo di Taro.

A VOLTA E O DESENVOLVIMENTO — CÉLULA MATER

*“... Disciplina, lealdade,
Vigilância incessante,
É o lema, que domina,
Seu trabalho a todo instante...”*

A grande lição da guerra frutificou e o contato estabelecido com outros países, na Europa, faz com que já não mais se raciocine em Exército, sem uma tropa capaz de policiá-lo.

Considerada Unidade Divisionária Autônoma da 1.^a DI e 1.^a RM em dezembro de 1945, a já 1.^a Companhia de Polícia Militar, até então praticamente desconhecida da grande família militar, começou a fazer sentir sua presença no cenário do Rio de Janeiro.

Patrulhando a cidade de sul a norte e coibindo os abusos da classe, tem, em fins de 1946, duas grandes alegrias que comprovam o valor de sua ação: após se instalar em vários acantonamentos, ganha sua sede definitiva no aquartelamento da Rua Barão de Mesquita que passa a compartilhar com a 1.^a Cia Leve de Manutenção, e vê a sua insígnia de Polícia aprovada por Aviso Ministerial.

Os anos se passam e o desenvolvimento é rápido, justo e muito merecido. A excelência de seus quadros e de sua tropa é comprovada agora nas Olimpíadas Militares de 1947 das quais se consagra vencedora. Dali por diante, a nova, pequena mas muito eficiente Companhia, iria disputar a hegemonia desportiva no Exército com as tradicionais, valorosas e experientes Unidades.

Sua missão enfim é compreendida e aceita pelos escalões superiores. Todas as Regiões Militares reivindicam a criação, em suas sedes, de núcleos de Polícia semelhantes ao da 1.^a RM. E é nela e dela que se formam e saem para vários Estados da grande Federação Brasileira as sementes que, frutificadas, constituem hoje, as diversas Unidades denominadas, a partir de 1947, como de Polícia do Exército.

Participando intensamente em todos os setores da vida da cidade, àquela época, capital do país, a 1.^a Cia PEx se desdobra no cumprimento da gama de missões que recebe. Responsável pela segurança de todos os Chefes de Estado e diplomatas que visitam o Brasil, patrulhando e policiando pontos críticos, executando perícias, capturando criminosos,

atuando nas manobras militares, guardando os palácios presidenciais, escoltando comboios, o estridulo de suas sirenas e a concretização de sua presença são aval de missão bem cumprida.

Esse vulto de tarefas impõe, em 4 de abril de 1951, sua última e grande transformação — a Cia é elevada a Batalhão e seu efetivo rapidamente completado.

"Elemento à disposição do Exmo. Sr. Gen Cmt da Zona Militar Leste", em 1953, expande, nos anos seguintes, suas instalações a todo o aquartelamento e sua nova subordinação traduz a confiança que conquista pela lealdade, discernimento e acêrto que caracteriza suas atividades.

O Chefe é o mesmo da FEB — entusiasmado, vibrante, incentivador. Escolhe um por um os homens de sua Polícia e muitas vezes ministra, éle próprio, as instruções. A PEX é a menina de seus olhos e éle fêz questão de promovê-la e exhibi-la, com orgulho, a todos os que dêle se acercam.

A corporação jamais o esqueceu e, após sua morte, para que as gerações vindouras também não o fizessem, perpetuou sua memória em 1964, ligando-o para sempre a seu destino pois, desde então, seu nome é BATALHÃO MARECHAL ZENÓBIO DA COSTA.

A POLÍCIA DO EXÉRCITO E O POVO — A FAMA E A DESTINAÇÃO

*"...Vem do Norte, vem do Sul,
Seu braço é forte de trabalhador,
Vem da terra, da indústria,
Nosso soldado tem mais valor..."*

As gerações se sucedem e os contingentes se renovam na espiral soberba do desenvolvimento, levando anualmente às fileiras da PEX, massas de jovens que nela realizam a fusão maravilhosa do arraigado amor do brasileiro à terra e à família ao estôfo de civismo e dedicação à Pátria, característicos do bom cidadão.

Indissolúvelmente unida ao povo do Rio de Janeiro, que aprendeu a admirá-la e a respeitá-la, a PEX está sempre ligada aos grandes instantes emocionais de sua cidade. Da alegria e da dor ela participa, levando à família carioca a segurança de sua presença e a firme serenidade de seu apoio.

Assim aconteceu por ocasião da tremenda explosão de Deodoro, das enchentes calamitosas do verão, dos lamentáveis desabamentos de Laranjeiras. Reserva inesgotável de boa vontade, coopera diuturnamente com a população em suas inúmeras necessidades.

Ali, professores e desportistas, alunos e entidades, costumam procurar o auxílio prestimoso e variado. Se o carioca prazerosamente adotou, a Tijuca, tradicional e querido bairro onde se localiza, reivindica para si a primazia de seu carinho.

O toque de sua corneta é a alvorada festiva e cotidiana da vizinhança que acorre às calçadas para vê-la, briosa e empertigada, desfilar. E, a essa cadência, que eletriza a todos os que marcham em suas fileiras, une-se a vibração uníssona do sentimento pátrio.

Assim, a história do 1.º BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO, desde a sua fundação, é a própria história do povo brasileiro e em particular da cidade que a acolheu. Juntos cresceram e juntos se desenvolvem, buscando o ideal comum da ordem e do progresso.

“... E na fé, na esperança
De um Exército melhor,
A vontade é a minha crença,
Num Brasil sempre maior.”

«Sem um código de conduta e um sentimento dominante, um país se desintegra; falta-lhe um ponto central. Uma nação que é um ajuntamento de aventureiros não é absolutamente uma nação. Preservar a coesão nacional é, em parte, missão da família, da igreja e da escola. Mas o serviço militar é também parte vital da escola da cidadania e dos valores nacionais. Talvez seja a mais rija e a mais valiosa das experiências educacionais em uma democracia, porque exige que a inteligência seja combinada com coragem e lealdade aos ideais — muitas vezes com o risco da própria vida.

Em um sentido real, portanto, as Forças Armadas são a pedra angular do sistema educacional, onde os cidadãos recebem as qualidades essenciais a uma sociedade livre. Se isso fôr percebido pelo povo, então também será compreendido o papel construtivo das Forças Armadas».

BAGÉ E O LEGENDÁRIO LANCHÃO FARROUPILHA «SEIVAL»

Maj Eng QEMA
CLAUDIO MOREIRA BENTO

Em 10 de maio de 1970, por ocasião da "Grande Festa dos Lanceiros Brasileiros de Todos os Tempos", foi inaugurado o primeiro parque histórico do Brasil em homenagem ao Mar Manoel Luiz Osório, "O Lanceiro Legendário", Patrono da Arma de Cavalaria do Exército, e intimamente ligado a Bagé, profissional e sentimentalmente, como é de sobejo conhecido.

No interior deste parque foi introduzida, por desejo expresso do Exmo. Sr. Presidente Médici, uma réplica do lanchão farroupilha "Seival", mensageiro na expedição a Laguna-SC, do ideal republicano rio-grandense de "35" e precursor no R.G.S. do ideal republicano brasileiro concretizado em 15/Nov/1889, com a Proclamação da República do Brasil que está próxima de completar um século.

Mas mergulhemos no passado 135 anos, para melhor compreensão do título deste artigo. Por Decreto Imperial de 15/Dez/1830, D. Pedro I criou a vila de Piratini nos seguintes termos: "A povoação da Freguesia de Piratini fica criada vila com a denominação de Piratini... Seu distrito compreende os limites da mesma freguesia, os de Canguçu, e da Capela do

Cerrito, e a parte do distrito de Bagé até o Pirai..."

Com a eclosão da Revolução Farroupilha, o Dr. Marciano Ribeiro cria por Carta de 14/Out/1835, a Legião de Guardas Nacionais da Comarca de Piratini, composta de 1 (um) esquadrão e duas companhias, sediadas respectivamente em Canguçu e Cerrito (hoje Pedro Osório) e outro esquadrão e duas companhias sediadas em Bagé (1.º e 2.º Distritos).

Todos estes elementos constituiriam um Corpo, com sede em Piratini, e ao comando do então Cel Antônio de Souza Neto (Registro de Doc n.º I e Ata n.º 2, da Câmara de Piratini).

Este corpo posteriormente adere à Revolução, e transforma-se na célebre 1.ª Brigada de Cavalaria "Farrapa" do Gen Antônio Neto, que sob seu comando alcançou a memorável vitória sobre Silva Tavares em Seival, 10/Set/1835.

Esta batalha recebeu este nome, em razão de ter sido travada em terras hoje pertencentes a Bagé, e foi a que criou condições militares para que Antônio Neto proclamasse no outro dia a República Rio-grandense.

Nesta batalha travada em terras de Bagé, nasceu o Espírito Republicano Rio-grandense de "35", propagado na Guerra do Paraguai, concretizado em 15/Nov/1889, e consagrado pelos republicanos rio-grandenses históricos na Constituição Estadual de 1891, pela adoção como insígnia oficial do R.G.S. do Pavilhão Tricolor da República Rio-grandense de 1836 (Verde e Amarelo, e Vermelho da República Federada do Brasil que eles sonhavam igual que a quase centenária em que hoje vivemos).

Este espírito foi consagrado pela República do Brasil em 10/Mai/1970, através da introdução no Parque Osório de uma réplica do lanchão "Seival", que leva o nome da memorável Batalha de Cavalaria travada em campos de Bagé, e em atendimento a desejo expresso do Exmo. Sr. Presidente Médici, coincidentemente ilustre filho desta cidade gaúcha "Rainha da Fronteira".

Por coincidência, Osório, "O Maior Lanceiro do Brasil" e Antônio Neto, "O Vencedor de Seival" eram ligados intimamente a Bagé, profissional e sentimentalmente, e unindo as duas cavalaria na Guerra do Paraguai, composta de civis e militares, irmanados, defenderam a Pátria estremecida, e juntos colheram uma eterna glória para o Brasil em Tuiuti.

Mas não ficaria aí a relação Bagé-Seival. Quando os farroupilhas decidiram enviar a Laguna-SC, o lanchão "Seival", nome sugerido por certo por Bernardo Pires "Mártir de Seival" e simbolista farroupilha, por ter seu nome ligado à autoria da Bandeira e

Escudo da República Rio-grandense, Bagé não seguiria somente no nome do "Seival".

Por terra segue uma vanguarda destinada a apoiar o lendário barco, composta de muitos bravos bageenses, sobre os quais recaíra o maior esforço desta batalha.

Seguiram ao comando do Cel Joaquim Teixeira Nunes (o Cel Gavião), "O Bravo dos Bravos Farroupilhas", filho de Canguçu, o primeiro a desfraldar a luz do sol rio-grandense ao Pavilhão Tricolor farroupilha (6/Nov/1836), que seria adotado como insígnia oficial do R.G.S., pelos republicanos rio-grandenses históricos na Constituição de 1891.

Este bravo conseguiu a memorável vitória de Santa Vitória no rio Pelotas-SC, e dirigiu após, estas memoráveis palavras aos vencidos: "Vós que sois casados, estais livres para cuidardes de vossas esposas e filhos".

Este autêntico filho do Rio Grande Heróico, hoje envolto num "Cone de Sombra", foi quem resistiu heróicamente na Surpresa de Porongos, segundo nos conta Tarcísio Taborda na Revista Militar Brasileira (Abr/Jun 70), e ao custo de 80 cadáveres de seus célebres e temíveis lanceiros negros, e assegurando condições militares, por evitar a "débâcle" total, para a negociação da Paz de Ponche Verde em termos honrosos.

A Teixeira Nunes coube comandar a última carga do ideal republicano no Decênio Heróico.

Tombou morto num entrevêro no passo do Canuto no arroio Chasqueiro, vítima de um golpe de lança, arma em cujo manejo fôra um mestre. (Sua morte foi sentidíssima — Dante de Laytano)

O Decênio Heróico no qual os rio-grandenses se levantaram contra uma minoria mercantilista portuguesa que dominava o Império em que pese o 7/Set/1822, teria seu epílogo na histórica Bagé, com a honrosa paz de Ponche Verde, em termos propugnados com veemência pelo Grande Duque de Caxias, "O Maior Soldado do Brasil" e por isto o Patrono do Exército Brasileiro.

Ao Caxias propugnar com veemência pelo termo de Pacificação, para os rio-grandenses honrosos, e ao recusar a celebração de um Te Deum em regozijo a vitória, mandando ao invés que fôsse celebrada uma missa em sufrágio das almas de todos quantos haviam tombado nas coxilhas, em defesa do que idealisticamente julgavam ser as suas verdades, deve ter reconhecido dentro de sua clarividência, a procedência das razões que tinham levado os riograndenses ao 20/Set/1835.

O fato é que êle não havia provocado aquêle incêndio e ali se encontrava para apagá-lo, em nome da Integridade do Brasil e da Paz da Família Brasileira.

E êle o apagou bem e, dentro do espírito acima, como já o fizera no Maranhão, São Paulo e Minas Gerais.

Caxias, ao reconhecer a justeza dos motivos da Revolução Farrou-

pilha, deve ter tido em mente a figura de seu caríssimo tio e que fôra como um irmão para êle pois haviam, juntos, assentado praça como cadetes, respectivamente, com três (seu tio) e cinco (Caxias) anos, no 1.º Regimento de Infantaria ao comando de seus pai e avô respectivamente, Cel José Joaquim de Lima e Silva, com anuência de D. João VI.

Refiro-me ao Gen João Manoel de Lima e Silva, o primeiro a chegar a Piratini já proclamada a República Rio-grandense, e logo após juntos com Bento Gonçalves foram elevados à condição de primeiros generais da novel república.

Seu caríssimo tio foi um grande Mártir da República Rio-grandense, pois aprisionado na manhã de 18/Agô/1837, foi na mesma tarde fria bárbaramente assassinado no passo geral do Piratini, por soldados imperiais que o conduziam preso para Camaquã.

Tendo sido sepultado em Caçapava, seu túmulo foi profanado por imperiais, e seus ossos espalhados campo afora. O grande Duque não poderia esquecer-se d'isto.

O bárbaro e frio assassinio de João Manoel quando indefeso, seguido da profanação de seus restos mortais, era a negação do Espírito Rio-grandenses de "35", de humanidade para com os vencidos, e traduzido pelos amôres perfeitos que Bernardo Pires inscrevera no Escudo da República Rio-grandense, com o significado "Firmeza e Doçura" dos autênticos rio-grandenses de "35".

Estas palavras foram traduzidas na prática pelo Cel Teixeira Nunes conforme referi no combate de Santa Vitória. Firmeza durante o combate, e Doçura após este, significam bem humanidade e respeito para com os vencidos.

Firmeza e Doçura é parte importante do espírito de "35", no qual se baseia a mais autêntica tradição do R. G. S., esta, um dos grandes fundamentos do sentimento maior de "Brasilidade".

O NOVO EXÉRCITO ALEMÃO

Ten Cel Eng QEMA

MARIO MANOEL SCHLEMM RAMOS

1. INTRODUÇÃO

A República Federal da Alemanha tem como supremo objetivo a manutenção da paz e da soberania nacional. Sua política de segurança, vinculada ao Tratado do Atlântico Norte — OTAN, não visa a ofensiva; ela se destina apenas a defender a Nação, de seus agressores potenciais. Suas forças armadas constituem um dos meios para garantir essa política.

Devido a sua situação geográfica é a RFA o Estado da OTAN em contato mais direto com alguns dos países do Pacto de Varsóvia. A incerteza sobre as intenções políticas soviéticas, que influenciam as nações signatárias do Pacto, bem como a organização e o desdobramento de suas forças armadas eminentemente ofensivas, definem a amplitude da ameaça com que se confrontam os países da OTAN, incluída a RFA.

A maioria das forças da aliança comunista está concentrada na Zona Alemã de ocupação soviética, na Tcheco-Eslováquia, Polônia e Rússia Européia. Nessa região estacionam cerca de 100 divisões dotadas de equipamento moderno; essas grandes unidades prontas para entrar em ação, dispõem de 3.000 carros de combate e poderosas forças aéreas em apoio, com 3.400 aeronaves, das quais cerca de 2.000 aviões de características ofensivas.

As nações do Pacto de Varsóvia dispõem também, no mar Báltico, de 230 navios de guerra e 100 embarcações de desembarque. As unidades de mísseis e foguetes soviéticos com capacidade de bater qualquer objetivo em território europeu, situadas no extremo oeste da URSS, complementam esse dispositivo.

As forças filo-soviéticas estão instruídas e equipadas para realizar a guerra convencional e a atômica, as operações químicas e as biológicas. As armas e o equipamento, continuamente modernizados, são altamente padronizados nas esquadras e exércitos das nações do Pacto. O adestramento do pessoal é árduo e conduzido com realismo. Além do pessoal em serviço ativo, a aliança comunista conta com 26 milhões de reservistas de primeira qualidade.

As nações do Pacto de Varsóvia, devido à natureza de seus regimes e a segurança de sua contra-informação, têm condições de mobilizar e concentrar em prazo curto e em segredo fortes contingentes de suas FA. Restará pois à OTAN, um prazo de alerta extremamente curto variando entre poucos dias e algumas horas, para contrapor-se à iniciativa do adversário.

Nas condições reinantes na Europa não é mais possível, a Estados que não possuem armas nucleares realizar guerras independentes nem mesmo defenderem-se isolados, com probabilidades de sucesso. Daí, as nações européias, como a RFA e outras, estarem constrangidas a reunir-se em alianças, ainda na paz, com a conseqüente limitação de certos direitos de soberania. Assim a RFA vê sua integração na OTAN, sua estratégia defensiva e o estacionamento de tropas aliadas em seu território como uma condição necessária para sua segurança.

A concepção estratégica da aliança ocidental se fundamenta em:

- início da defesa junto à linha da fronteira;
- forças armadas com elevadas condições de operacionalidade;
- forças blindadas de grande potência;
- comando político e militar capaz de reagir no mais curto prazo.

2. OTAN

A Organização do Atlântico Norte é uma aliança que integra 15 nações: Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Inglaterra, Islândia, Itália, Holanda, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Grécia, Turquia, RFA e Estados Unidos. Ela surgiu como resposta ao expansionismo soviético que, logo após o término da II Guerra Mundial, com a violação de carta da ONU e de outros tratados, anexou a seu território, mais de meio milhão de quilômetros quadrados, habitados por 24 milhões de pessoas, e compellu à situação de satélites, algumas nações cujas áreas somadas alcançam um milhão de quilômetros quadrados e cuja população ascende a 88 milhões.

A OTAN é uma aliança militar de caráter defensivo que integra interesses nacionais, políticos e econômicos, também comuns. Sua zona de ação engloba o território dos países signatários e o Oceano Atlântico ao N do Trópico de Câncer, com seus mares tributários: Mediterrâneo, Norte e Báltico.

O órgão deliberativo mais elevado da aliança é o Conselho da OTAN, coordenado por um Secretário-Geral. Várias comissões, muitas delas civis e uma militar, estão subordinadas ao Conselho. A Comissão Militar da OTAN é integrada pelos militares de maior graduação

das nações membros e tem como subordinados diretos, quatro comandos:

- Supremo comando aliado da Europa — SACEUR;
- Supremo comando aliado do Atlântico;
- Comissão do Canal da Mancha;
- Grupo de planejamento regional EU/Canadá.

Do ponto de vista da RFA, o SACEUR é o comando supremo de maior valla. Seu QG (SHAPE) está localizado nas imediações de Bruxelas, para onde se transferiu o Conselho da OTAN, quando a França abandonou a integração. O SACEUR tem três comandos subordinados:

- Comando da Europa Norte, com sede em Oslo — AFNORTH;
- Comando da Europa Central, com sede no Sul da Holanda — AFCENT;
- Comando da Europa Sul, com sede em Nápoles — AFSOUTH.

As forças militares dos países membros, em parte, já têm destinação específica e subordinação aos comandos da OTAN, desde o tempo de paz. As forças da RFA se encontram nesse caso, enquanto as forças de alguns países só se integram e se subordinam àqueles comandos nos casos de alerta mais críticos.

Os estados-maiores do Supremo Comando aliado na Europa estão constituídos com os oficiais de tôdas as nações membros, até o escalão exército de campanha. Os militares integrantes desses estados-maiores estão subordinados às autoridades da OTAN, perdendo qualquer vínculo com as autoridades militares de cada nação membro.

O AFCENT possui dois comandos de Forças Terrestres: o comando do norte (NORTH AG) e o comando do centro (CENT AG); ao primeiro, NORTH AG, subordina-se o 1.º CEX e ao último, subordinam-se os 2.º e 3.º CEX todos da República Federal da Alemanha. O escalão CEX é o mais alto comando nacional da RFA e no conjunto das forças da OTAN, em operações por esta última planejadas, essas forças têm por missão defender o território alemão contra qualquer tipo de agressão, provenha ela de ataques com meios convencionais ou com meios atômicos, o que justifica o equilíbrio entre os dois tipos de forças. Tal composição colabora para dissuadir o agressor em potencial e concede liberdade e flexibilidade à resposta do Ocidente.

3. O EXÉRCITO ALEMÃO

Após um vácuo de 10 anos a contar de 1945, as novas forças armadas da RFA surgiram praticamente do nada, vencendo dificul-

dades políticas, psicológicas e materiais, tanto internas quanto externas. A maneira de vencer os obstáculos interpostos e obter o consenso geral da nação e dos demais países interessados foi a de integração política, econômica e militar das nações da Europa Ocidental.

O Ministério da Defesa se organizou segundo três departamentos: um de assuntos militares; o segundo para assuntos de armamento e o terceiro, de caráter administrativo. Os dois últimos departamentos são civis.

Entre o Ministro da Defesa e os departamentos se situam os Secretários de Estado. O departamento de assuntos militares é chefiado pelo General-Inspetor, Oficial-General de mais alta graduação, do Exército Germânico. Subordinados a esse departamento estão os seguintes órgãos: EME; EMAer; EMA; Serviço de Saúde das FA; Comando da Defesa Territorial que engloba as organizações de base e os órgãos das regiões militares. Esse último comando, a partir de 1969, iniciou sua fusão com o Exército.

O Exército Alemão compreende:

- 7 divisões de infantaria blindada;
- 3 divisões blindadas;
- 1 divisão de montanha;
- 1 divisão aeroterrestre;
- 3 comandos de C Ex e tropas de corpo.

Estão englobadas pelas grandes unidades as seguintes armas e serviços:

Comando:

Comunicações.

Polícia do Exército.

Combate:

Infantaria:

- infantaria blindada;
- infantaria motorizada;
- infantaria de montanha;
- infantaria aeroterrestre;
- infantaria caçadores de carros.

Blindados:

- unidades de carros de combate;
- unidades de reconhecimento blindado;
- subunidades de reconhecimento profundo;

Aviação do Exército: anteriormente era arma de comando; atualmente arma de combate ainda muito limitada;

Artilharia:

- artilharia de misseis;
- artilharia de campanha;
- artilharia de montanha;
- artilharia aeroterrestre;
- artilharia de busca de alvos;
- artilharia topográfica.

Engenharia:

- unidades de engenharia;
- unidades de defesa QBR.

A. Aérea:

- unidades de defesa AAe do Exército;

Técnicas:

- unidades técnicas de manutenção;
- unidades técnicas de suprimento;

Saúde:

- unidades de saúde.

A divisão não tem organização fixa, ao contrário do escalão brigada. Ela pode enquadrar um número variável de brigadas. A divisão de infantaria blindada compreende:

- QG e Cia QG;
- AD sob a designação de regimento de artilharia;
- Tropas divisionárias;
- duas brigadas de infantaria blindada;
- uma brigada blindada.

A divisão blindada tem organização semelhante, diferenciando-se da primeira, por ter duas brigadas blindadas e uma brigada de infantaria blindada.

As tropas divisionárias compreendem: Cia QG; Cia PE; Cia Def QBR; B Com; B Av Ex (helicópteros); B Rec Bld; BE Cmb; BS; B Sv; Bia A Ae e dois Btl Rep

O regimento de artilharia (AD) é constituído por: Bia Cmdo; Bia Radar busca de alvos; Bia Som, busca de alvos; um grupo misto de canhões de 175 mm, de obuses de 203 mm e de misseis terra-ar; um grupo misto de misseis Honest John e terra-ar.

A Brigada, grande unidade de organização fixa, compreende: Cmdo, estado-maior, artilharia, tropas da brigada e:

3 BI Bld e 1 BCC na Bda Inf Bld;

2 BCC e 1 BI Bld, na Bda Bld.

A artilharia da Brigada é constituída por um grupo misto de obuses de 155 mm autopropulsado e de misséis. As tropas da brigada compreendem: Cia QG, Cia Eng Cmb, Cia de caçadores de carros, Cia Def QBR, Btl Sv e Btl Rcp.

A brigada, como está hoje organizada, nasceu em 1958 e se constitui em GU bastante independente no que se relaciona com o apoio administrativo. Ao contrário da brigada, a divisão é escalão tático tendo apenas a missão de controle do apoio administrativo das brigadas e de caracterizar o esforço.

Segundo a concepção vigente, a brigada, como GU, deve ser de pequeno efetivo, extremamente flexível, com capacidade de sustentar o combate com seus próprios meios, por alguns dias, mesmo cercada. As unidades valem mais pelo poder de fogo que dispõem, devendo ser reduzido ao máximo, o efetivo em pessoal. Os tipos de apoio que as brigadas dispõem são muito reduzidos: um grupo de artilharia, uma Cia de Eng dispondo de equipamento reduzido; um pelotão de reconhecimento na Cia QG; um pelotão de comunicações na Cia QG e modesto apoio de saúde, considerando a mobilidade a que estão sujeitas suas instalações.

4. AS OPERAÇÕES

O moderno Exército alemão se diferencia daquele organizado para a II Guerra Mundial por não depositar cega fé na ofensiva. A possibilidade do emprego dos projetis atômicos ou nucleares no campo tático não permite visualizar com clareza se haverá predomínio da defesa sobre o ataque, ou vice-versa. Além disso, a moderna concepção da defesa, no apoiar-se em contra-ataque, dá a essa atitude tática ou estratégica um caráter de agressividade que pouco a diferencia da ofensiva: procura-se a destruição do adversário.

A reunião de meios e sua concentração, o mais perto possível do inimigo, caracterizavam as operações ofensivas do passado. As armas atômicas alteraram esse conceito. O ataque a um adversário que possua tais armas não terá sucesso, a menos que as forças atacantes possam cerrar e penetrar no dispositivo da defesa sem perda de substância e de seu ímpeto inicial. Para isso tornou-se necessá-

rio criar novos processos de ataque, baseados nas seguintes considerações:

- conservar o grosso fora do alcance da artilharia atômica inimiga;
- renunciar à concentração de forças consideráveis nas imediações da área da defesa;
- aproximação por grupamentos bem dispersos em movimentos dissimulados, de preferência noturnos, por itinerários cobertos e tão próximo da linha de contato quanto possível, para subtrair-se aos golpes atômicos do inimigo, que será obrigado a suspendê-los para a segurança de suas próprias tropas;
- só realizar a aproximação do grosso no último momento, logo antes do ataque, sem paradas acentuadas de conjunto;
- o ataque partindo do movimento deverá ser preferido, sem grande preparação e sem preocupação de realizar a superioridade relativa de forças. As reuniões de tropas, bem dispersas entre si, distantes de 100 a 150 km do grosso inimigo até que, por movimentos concêntricos, se aproximem do contato do adversário e só então, após se ter esquivado de seu golpe atômico é que se procurará alcançar a superioridade de meios necessários à penetração e ao rompimento da defesa.
- A concentração deve ser de pequena duração ou a mais curta possível; logo após a ruptura e sempre em movimento, prosseguir disperso para a profundidade do território inimigo num conjunto que lembra a dinâmica de uma ampuheta.

Essas condições ideais encontram grandes resistências nas limitações da técnica. Entretanto, o material está sendo melhorado continuamente para satisfazer as novas necessidades. A ampliação do raio de ação das viaturas, os processos mais rápidos de seu reabastecimento e o aumento geral da sua velocidade horária, constituem exemplos dessa evolução.

A tendência do ataque é de acelerar o ritmo. A II Guerra Mundial já havia mostrado que os ataques mais bem sucedidos e que apresentavam as menores taxas de perdas de combate, foram conduzidos com rapidez. As frentes de ataque tendem a se ampliar. Uma brigada — por exemplo — com dois grupamentos de ataque em primeiro escalão (geralmente um batalhão reforçado) tem sob sua responsabilidade uma frente de 8 a 12 km.

Clausewitz permanece atual entre os militares alemães. "O brilho de uma defesa bem sucedida reside na rápida e vigorosa passagem para o ataque — sua espada vingadora e inopinada".

A concepção de frentes lineares, contínuas e estáticas foi ultrapassada. A defesa de hoje deve ser livre no espaço, móvel, elástica e sem massas concentradas. Os custos elevadíssimos dos exércitos modernos e as extensas frentes não permitirão obter o número de divisões necessárias para mobilizá-las. Surgirão, portanto, amplos espaços livres. É de esperar-se, contudo, que o atacante possa reunir com sucesso, nos pontos decisivos, uma massa de mil ou mais carros de combate.

Em consequência, torna-se inconcebível fazer frente a essa massa blindada em uma linha contínua, regular e fracamente ocupada e defender uma posição única. A defesa deverá ser móvel e conduzida em profundidade. As grandes unidades devem gozar de bastante flexibilidade para conter e imobilizar o adversário por fogos superiores e após, esmagá-los pelo contra-ataque blindado. Qualquer solução estática será contestada pelo fogo atômico e rompida por massas de carros de combate.

No nível da divisão e da brigada — chamados comandos intermediários — a primeira delas tem significação mais valiosa para a defesa uma vez que dispõe de meios de lançamento de fogos atômicos e de uma brigada blindada, forças necessárias e adequadas para realizarem um contra-ataque potente. Por esse motivo as operações centralizam-se na divisão que se constitui no principal escalão do chamado comando intermediário. A defesa, ao contrário das demais operações, deve ser conduzida com rédeas curtas, restringindo-se a liberdade dos escalões de comando menores em virtude do ambiente nuclear em que poderá ser realizado, ambiente que exige um controle superior de parte do comando.

5. O APOIO AO COMBATE

Como foi mostrado no final do item 3, a divisão e a brigada têm condições de apoio extremamente diferenciadas. A Brigada é um escalão tático e administrativo relativamente independente, possuindo autonomia de 5 dias de todas as classes de suprimento. Ela se abastece diretamente nas instalações de suprimento montadas pelo corpo de exército. A divisão, por sua vez, é sobretudo um escalão tático, dispondo de órgãos de suprimento necessários para atender a tropa divisionária ou a tropa de apoio, nas imediações. Apenas no serviço de saúde é que a divisão se constitui em elo de suprimento e evacuação, pois os principais recursos estão concentrados nos batalhões de saúde divisionários, incluindo um hospital cirúrgico capaz de prestar assistência não só aos feridos da Divisão como aos da brigada.

Entretanto, a divisão é muito mais rica em meios de apoio ao combate e por sua vez apóia as brigadas, caracterizando o esforço da manobra divisionária. Basta lembrar o de que a divisão dispõe: 1 B Rec, 1 B Com, 1 B Eng, 1 B Av Ex, 1 BS, 1 Cia PE e 1 Bia AAe e dos meios orgânicos da AD.

6. CONCLUSÕES

Por permitir maior flexibilidade e descentralização das operações, a brigada se transformou num importante escalão de comando. Ela representa uma resposta adequada às operações que se realizem em ambiente nuclear, por oferecer alvos menos compensadores. A brigada possui relativa autonomia e é capaz de conduzir operações independentes, facilitando o controle em ações que alternem a dispersão e a concentração. Contudo, considerando os recursos de apoio estabelecidos no mais baixo nível, ela se torna uma GU frágil para conduzir ações de grande potência.

Melos e recursos poderosos, concentra-os a divisão alemã, capaz não só de centralizar as operações, como descentralizá-las, reforçando e apoiando as suas brigadas na ofensiva, dando-lhes o impulso e a potência de que necessitam para vencer os obstáculos e as resistências mais significativas; ou conservando a maioria de meios numa operação centralizada, principalmente na defensiva, que responde pela concepção estratégica da República Federal da Alemanha.

BIBLIOGRAFIA

- The Bundeswehr — Partner in the Western Alliance.
Weissbuch — Zur Verteidigungspolitik der Bundesregierung, 1969.
Führung und Gefecht — Elke Middeldorf.
Information für die Truppe — n.º 3 — 1969.

«A era moderna apresenta um nôvo conjunto de problemas. A barbárie não é apenas algo fora das fronteiras; freqüentemente é uma fôrça dentro dum estado. Não é apenas o guerrilheiro que deve ser enfrentado pelas fôrças militares, mas o niilista que corrói a vida da frente interna, à retaguarda do campo de batalha».

ESTRATÉGIA NACIONAL E O EXÉRCITO AMERICANO NA DÉCADA DE 70

Conferência pronunciada na ECEME pelo Gen Bda CLARKE T. BALDWIN JR, Subchefe do EM de Operações do Departamento do Exército dos EUA.

É especialmente apropriado e particularmente grato para mim, estar no Brasil, já que eu tenho a honra de presidir a delegação americana na Comissão de Defesa Brasil-Estados Unidos. Nesta comissão tenho tido o prazer de trabalhar com um dos vossos mais destacados soldados, o Gen Bda Cesar Montagna de Souza que tão bem representa vossa grande Nação como presidente da delegação brasileira naquela comissão. Brasil e Estados Unidos de há muito têm desfrutado de ótimas relações. Durante a 2.^a Grande Guerra ambos combatemos ombro a ombro contra as forças do Eixo na Europa, enquanto nossas Forças Armadas irmãs participavam das grandes batalhas aéreas e navais daquela guerra.

Posteriormente, com o mesmo espírito de cooperação, nós unimos fileiras novamente na República Dominicana para auxiliar aquela nação na manutenção da paz e segurança. Hoje, as ações do Brasil no Oriente Médio são internacionalmente reconhecidas como de ajuda para trazer a paz àquela região conturbada. Esses esforços internacionais são representativos das grandes tradições estabelecidas por

Caxias, e legadas às sucessivas gerações de militares brasileiros. Eu estou muito satisfeito e honrado em estar aqui convosco — os futuros líderes de um dos grandes Exércitos das Américas.

Embora tenha a honra de presidir a delegação americana na comissão conjunta de defesa Brasil-Estados Unidos, estou aqui hoje, não como representante daquela organização, e sim na qualidade de um oficial do Exército Americano servindo no Estado-Maior do Exército. Assim minhas vistas serão as do Exército Americano quando visualiza os desafios que enfrentará na década que se inicia.

Hoje as instituições militares do meu país estão novamente em fase de transição face ao desafio da reestruturação de nossas forças para enfrentar as realidades da década de 70, para reformulá-las para que possam responder rápida e eficientemente às diversas situações político-militares em evolução, para estar em condições de responder às demandas de negociações bilaterais e multilaterais que, relacionadas, cobrem um largo espectro de implicações militares; em resumo,

para continuar a possuir a capacidade de responder ao total espectro de contingências militares, mas sob implicações domésticas e internacionais grandemente diferenciadas daquelas da década de 60.

Hoje desejo esboçar os objetivos estratégicos nacionais como foram enunciados pelo nosso comandante-em-chefe, esquematizar o ambiente mundial em que esses objetivos devem ser atingidos, e sugerir a larga faixa de missões — reais e contingenciais — para as quais nosso exército deve estar fisicamente e mentalmente orientado.

Em fevereiro deste ano o Presidente Nixon encaminhou ao Congresso uma mensagem sobre a política exterior americana para a década de 70. Ela constitui um claro enunciado da estratégia nacional que orientará sua administração, constituindo desta forma a diretriz para programas e ações. Reconhece que o mundo na década vindoura será enormemente diferente da anterior; e por motivos políticos e militares, internacionais e internos, o poder dos Estados Unidos necessita ser aplicado da maneira mais judiciosa e calculada. Com algum risco de super-simplificação, a essência da estratégia operacional nacional pode ser condensada em quatro itens:

1.º — Suficiência nuclear ou estratégica.

O "sine qua non" da política americana exterior. Em termos leigos a doutrina da suficiência busca uma variedade de forças estratégicas adequadamente protegidas para negar a outros países a capacidade de impor sua vontade aos

Estados Unidos ou a um aliado sob o peso de superioridade militar estratégica, e suficiente em números para dissuadir o ataque, uma vez que a doutrina focalize a suficiência — ao contrário da "dissuasão mínima" ou "superioridade nuclear" — ela é tanto defensiva como política. É defensiva no sentido de que nossa suficiência de poder dissuadirá o ataque embora nossas forças estejam completamente protegidas para assegurar um ataque de retaliação devastador; é política no sentido de que estabelece uma base para entendimentos sobre limitação de armas estratégicas em vez de uma contínua corrida para superioridade numérica. Como o Presidente indicou, "as decisões na formulação de nossa atitude estratégica são talvez as mais complexas e decisivas que enfrentaremos. As respostas determinarão amplamente se seremos forçados a aumentar nossos desdobramentos para equilibrar a ameaça soviética à suficiência de nossa dissuasão ou se nós e a União Soviética podemos sair de uma era de confrontação para uma de negociação".

O 2.º é a OTAN e sua importância para a paz e segurança de nossos dois continentes. Afirmou o Presidente Nixon: "a paz na Europa é crucial para a paz no mundo". Com atenção focalizada fora da Europa na década de 60 houve uma considerável erosão na aliança da OTAN. Que ela tenha sobrevivido em face das ameaças crescentes é uma prova de sua consistência inata. Agora a OTAN novamente se torna o veículo para a reafirmação do compromisso dos Estados Unidos na salvaguarda da civilização ocidental e para o esta-

belecimento de uma nova e amadurecida parceria. Nossa segurança nacional e a da Europa Ocidental estão estreitamente ligadas.

... O próximo é a doutrina Nixon enunciada pela 1.^a vez durante a visita presidencial à Ásia: "o que nós procuramos é uma comunidade de nações livres que trilhem seus próprios caminhos e busquem seus destinos com qualquer cooperação que possamos prover". Esta doutrina tem 3 elementos (desejo acentuar aqui que este é o alicerce da doutrina):

- Os Estados Unidos manterão todos os seus compromissos tratados.
- Os Estados Unidos proverão um escudo se o poder nuclear ameaçar uma nação aliada ou uma nação cuja sobrevivência seja considerada vital para sua segurança.
- No caso de envolver outros tipos de agressão, fornecerá assistência econômica e militar quando requisitada e na medida do necessário. Mas a nação diretamente ameaçada deverá assumir a responsabilidade precípua de prover os recursos humanos para a sua própria defesa.

A essência da doutrina não é nem de isolacionismo nem de desengajamento. Na verdade, provê as bases para o engajamento a longo prazo no mundo, engajamento este consistente com as realidades políticas e militares.

O objetivo é de parceria em vez de predominância como o presidente disse: "as nações de cada parte

do mundo devem assumir a responsabilidade precípua do seu próprio bem-estar; e elas mesmas devem determinar os termos desse bem-estar".

As negociações são o último item desse resumo.

O Presidente estabeleceu o palco para a década de 70 como uma era de negociações quando indicou em seu discurso inaugural que: "Não podemos esperar que todos sejam nossos amigos, mas podemos tentar não fazer nenhum inimigo". Vinte anos atrás os Estados Unidos e, o que era então o bloco comunista, podiam estar conformados com a hostilidade mútua que fluía de profundas diferenças de ideologia e de objetivos nacionais. Muitas destas diferenças permanecem, mas as mudanças de duas décadas trouxeram novas condições e ampliaram os riscos da hostilidade obstinada. Vendo as negociações como uma estratégia nacional, é necessário primeiro e, antes de tudo, observar nossos adversários comunistas como nações perseguindo seus próprios interesses, como eles os compreendem justos, assim como nós seguimos nossos próprios interesses e os vemos da mesma forma. Em cumprimento a esta estratégia os Estados Unidos tomaram numerosas iniciativas em relação à União Soviética: ratificação do tratado de não proliferação nuclear em 1969; negociações relativas ao controle de armas no fundo dos mares, e de grande significação, negociações para limitação de armas estratégicas. Com vistas a esta última o Presidente disse: "Não há área na qual nós e a União Soviética tenhamos maior interesse comum do que na obten-

ção de acôrdo com vistas ao contróle de armamentos". Conquanto as discussões com a União Soviética obtenham as manchetes, os Estados Unidos estão também preparados para discutir com qualquer país comunista da Europa Oriental, como o fizemos com a Romênia e a Iugoslávia e com a China Comunista caso aquêles países deseje reabrir as conversações. Uma atitude militar forte e com capacidade de resposta imediata é a pré-condição para obtenção dos quatro objetivos anteriormente referidos, exigindo:

- a manutenção de forças para dissuadir uma agressão;
- forças que dêem ao Presidente opções políticas e iniciativas de negociações e forças que assegurem uma resposta adequada em situações de crise que incidam nos interesses nacionais.

Eu gostaria agora de examinar as áreas selecionadas de confronto potencial ou real nas quais aquêles objetivos nacionais devem ser procurados e nas quais o Exército da década de 70 deve estar em condições de operar.

Primeiro os Estados Unidos. Vale notar que as áreas continentais de vital interesse para os EUA, se estendem além para do continente e que o Hawai, Alaska e outras áreas afastadas, por sua distância criam problemas singulares de defesa e de segurança.

Nosso principal interesse é a defesa da base continental, contra o ataque nuclear pelas superpotências comunistas. O contínuo desenvolvimento da capacidade soviética para conduzir ataques nucleares es-

tratégicos contra o nosso país e o crescimento da capacidade nuclear da República Popular Chinesa exigem a manutenção de uma poderosa força estratégica americana ofensiva e defensiva. O papel do Exército se concentra na defesa aérea e defesa contra mísseis balísticos.

A atitude estratégica pode ser bastante influenciada durante esta década pelas conversações sobre a limitação de armas estratégicas anteriormente mencionadas. Essas conversações que foram reiniciadas em Helsinki, este mês, são muito prometedoras e oferecem a possibilidade de um grau razoável de estabilidade nas relações EUA-URSS sobre armas estratégicas. Além da contribuição do Exército para defesa estratégica, ele deve também estar preparado para as missões eventuais de dar auxílio à autoridade civil, quando solicitado na manutenção da lei e da ordem e em caso de calamidade pública.

Do outro lado do Atlântico, a OTAN continua como um predominate interesse de segurança. Nós subscrevemos completamente a estratégia da OTAN a qual engloba dissuasão e "Resposta Flexível", e continuamos a manter 4 divisões e 1 brigada americanas na Europa em condições de pronto emprêgo como parte de nosso compromisso com a OTAN. Estas são as mais bem treinadas, melhor equipadas e mais bem apoiadas forças da OTAN, hoje em dia, e ainda podem receber apoio de forças substanciais dos EUA.

Há em nosso Congresso considerável apoio para uma resolução pedindo redução de efetivos das tro-

pas americanas na Europa, mas como o presidente Nixon disse em sua mensagem ao Congresso sobre política exterior, "Nós não podemos mais nos desengajar da Europa tanto quanto do Alaska". Isto não significa que o valor e o tipo das forças da OTAN ou do Ex Americano na Europa não mudarão. Por exemplo, mudanças também poderiam ocorrer por parte de nossos aliados da Europa Ocidental, aumentando suas quotas de participação na força total. Mudanças também poderiam ocorrer através do aumento qualitativo de forças na OTAN, permitindo-nos dar um poder de fogo equivalente, com forças menores. Terei mais a dizer sobre isso, quando mencionar o programa de desenvolvimento qualitativo do exército. Finalmente, mudanças poderiam suceder a um novo "modus vivendi" na Europa Central, conduzindo a uma redução do poder soviético na Alemanha Oriental; O resultado lógico disso pode bem ser a mútua e equilibrada redução de forças entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia, propiciando o aumento de oportunidade para diminuir a confrontação antagônica na Europa.

A próxima parada em meu giro do horizonte é o Oriente Médio. A situação nessa região é extremamente complexa e muito explosiva. O conflito Árabe-Israelense; as convulsões internas na Jordânia, com intervenção síria, a situação e o futuro incerto dos refugiados da Palestina, os quais se multiplicaram e agora são fontes de recrutamento para os Fedayeen; e a assistência militar soviética ativa a certos Estados árabes, têm sido os principais fatores nessa situação de contínua gravidade.

A importância estratégica da área é evidenciada por ela mesma. Ela está na encruzilhada das principais rotas de comércio do mundo; seu petróleo é vital para a indústria da Europa Ocidental e do Japão. Suas religiões e culturas são a fonte da nossa civilização.

O aumento da presença militar soviética no Oriente Médio, como está evidenciado pelo crescimento da força naval no Mediterrâneo, e pelas aeronaves guarnecidas por pilotos soviéticos e pela disseminação de bases de mísseis superfície-ar SAM-3 no Egito, parece indicar que a União Soviética busca, a longo prazo, a hegemonia na área. Isto contraria os interesses e atitudes estabelecidas de há muito pelos Estados Unidos e o Mundo Livre e as relações dos Estados Unidos com várias nações naquela perturbada região.

A morte de Nasser introduziu um novo fator de instabilidade na área; o Egito ficou numa situação difícil e o Mundo Árabe perdeu um líder reconhecido como capaz de situar-se acima dos nacionalismos. Presentemente parece que de acordo com a habitual tradição conservadora do Egito, a República Árabe Unida ficará sob uma liderança coletiva até que mudanças internas no poder permitam algum grau de apoio popular em favor de um, dois ou três líderes individuais.

Como é do vosso conhecimento, o conflito entre o Rei Hussein da Jordânia e os Fedayeen criou outra área contínua de crise. Ainda que a situação esteja presentemente controlada, a luta poderá se reiniciar a qualquer momento. No entanto, a nossa aspiração é de algu-

ma forma ajudar a obter um acôrdo político viável entre judeus e árabes, como precursor de uma era de estabilidade política e progresso econômico e social.

A profunda hostilidade de caráter emocional de há muito estabelecida na raiz do conflito árabe-judaico pode fazer com que algum tipo de presença internacional possa ser necessária no Oriente Médio para assegurar a execução concreta de qualquer acôrdo político.

O desafio básico será garantir que qualquer operação de manutenção da paz realmente traga paz para a tormentosa área e que a possibilidade de qualquer confrontação que possa ampliar o conflito seja evitada.

As forças de manutenção da paz servem para focalizar a atenção na grande gama de habilidade e sensibilidade políticas necessárias a todos os líderes militares, nesta era de negociações, como ambos sabemos de nossas experiências em S. Domingos e de vossas bem sucedidas operações anteriores em SUEZ. Além de serem soldados profissionais altamente instruídos precisam compreender as inter-relações das operações militares com a política exterior e devem estar em condições de conduzir suas forças, grandes ou pequenas, em situações que requeiram coordenação de aspectos militares, políticos e sócio-econômicos.

Voltando agora ao Pacífico recentes pronunciamentos presidenciais tornaram claro que os EEUU pretendem manter um papel ativo no Pacífico e cumprir seus compromissos em tratados.

De um modo geral no Sudeste da Ásia os acontecimentos recentes demonstraram aos observadores ocidentais o que de há muito acreditavam os teóricos inimigos — que o conflito entre os comunistas e os que lhes opõem interessa a todo o sudeste asiático. Não é mais possível compartimentar nossa política naquela área, país por país. Assim, o impulso expansionista do Vietnã do Norte em busca da hegemonia sobre os seus vizinhos ameaça não apenas o Vietnã do Sul, como também o Camboja e o Laos, e constitui fonte de séria preocupação para a Tailândia. A China auxilia os insurretos na Birmânia, Tailândia e Laos; proporciona apoio ideológico aos insurretos na Malásia, e tem utilizado o Partido Comunista da Indonésia como seu delegado. O papel da China não é nôvo: os países da região de há muito vêem a China como um perigo não somente pela sua atuação como país, como também pela atitude das minorias chinesas nêles existentes. A criação, depois da deposição de Sihanouk, da Frente Unida da Indochina, anunciada por Hanói, instalada em Pequim e composta do Pathet Lao, Vietnã do Norte, Khmer Vermelho e representação do Vietcong, pode explicar a natureza regional da ameaça.

As reações das nações livres da Ásia a essa ameaça demonstraram que ela foi percebida. Assim, a Tailândia fornece assistência econômica e apoio moral ao Laos. O Camboja vem recebendo auxílio do Vietnã e Tailândia contra o inimigo comum. A Tailândia e a Malásia atuam em coordenação contra os insurretos em sua fronteira comum. A Malásia e a Indonésia abandona-

ram uma atitude de confrontação por outra de mútua cooperação. O regionalismo num sentido amplo é ainda embrionário e não orientado no sentido da segurança coletiva exceto no contexto da Organização do Tratado do Sudeste Asiático. Mas a Associação das nações do sudeste asiático e o conselho da Ásia e do Pacífico são inícios prometedores de uma atitude regional que beneficiará tôdas as nações em causa. O regionalismo asiático tem sido certamente um velho sonho para a Ásia livre durante 15 anos, mas apenas nos últimos 5 anos as realidades políticas têm proporcionado o impulso necessário para um planejamento concreto em tôrno de objetivos realistas.

Como foi dito pelo Presidente Nixon, nosso primeiro objetivo na Indochina é uma paz justa. Perseguindo êste objetivo, e mais além, os EEUU têm demonstrado por um programa metódico de passagem ao Vietnam das responsabilidades de conduzir a guerra, por operações além da fronteira do Camboja as quais protegeram e ampliaram êsse programa, pelo apoio material à soberania e direito à neutralidade do Camboja, por uma continuada assistência à Tailândia e às outras nações na região, que estamos preparados para prosseguir ajudando as nações livres do sudeste asiático no contexto dos nossos compromissos atuais, conquanto mantendo que é basicamente uma responsabilidade de cada nação prover a sua própria defesa. Esta doutrina reflete-se não apenas nas políticas militares mas está incluída também nos programas administrativos de auxílio econômico.

Desejo abordar sumariamente o nordeste asiático. O valor dos nossos

compromissos bilaterais de segurança com a Coréia, China Nacionalista e com o Japão, penso que é óbvio. — Agressões maiores não ocorreram na área desde o conflito coreano, e êsses três países desenvolveram forças defensivas bem treinadas e altamente capazes.

As tropas coreanas que combatem no Vietnam tiveram oportunidade de demonstrar novamente sua eficiência e tenacidade e demonstraram claramente a capacidade de assumir em seu país o papel principal de sua defesa, um excelente exemplo da aplicação da doutrina Nixon. Na medida em que as forças coreanas se modernizam e que as forças dos EEUU na Coréia se reduzem à Coréia, no âmbito do tratado entre os dois países, continuará a desempenhar a maior parte de sua defesa. É um excelente exemplo da Doutrina Nixon em funcionamento.

Nossa parceria com o Japão é naturalmente vital para a paz e segurança do Pacífico. A grande capacidade industrial e tecnológica do Japão pode e está desempenhando um importante papel no desenvolvimento das outras nações asiáticas eliminando desta forma muitas das fontes de instabilidade na região. Sua capacidade de exercer uma forte liderança nos esforços de cooperação regional é apoiada não somente na sua proeminência econômica, mas também porque o Japão tem um interesse direto na segurança asiática. Estamos claramente num período de transição na Ásia. Sem reduzir a credibilidade em nossos propósitos de honrar os compromissos na Ásia procuramos desenvolver em nossos aliados uma grande capacidade de

ajudar a si mesmo. Esta capacidade, naturalmente, requer forças militares nacionais aperfeiçoadas. Na medida que essas forças atingiram maior autoconfiança, o papel de auxílio dos EEUU se deslocará para um papel de apoio.

Tal auxílio pode e deve ser orientado principalmente na direção das ameaças mais prováveis à estabilidade — insurreições, "guerra do povo", e conflitos por procuração.

Esta breve passagem pelas áreas de possíveis confrontações na massa continental Euroasiática nos dá alguma idéia das prováveis tarefas e missões do Exército como parte de um conjunto de forças combinadas e interaliadas necessárias para a consecução dos objetivos estratégicos nacionais num ambiente mundial em rápida transformação.

É missão dos Chefes do Estado-Maior Combinado de recomendar o nível e a composição das forças para atingir estes e outros objetivos nacionais. Mas como acontece freqüentemente, raramente obtemos todos os recursos necessários para atingir nossos propósitos — neste caso o nível ou composição ótima das forças.

Na verdade nossa missão é, com os recursos que nos são distribuídos projetar aquele nível de poder militar que permitirá um nível de segurança aceitável de respostas a um completo espectro de situações de crises... Em outras palavras, atingir os objetivos nacionais com os recursos proporcionados.

As dificuldades que limitam a obtenção do nível ótimo são bem conhecidas a todos vós. Algumas são de caráter internacional, algumas são relacionadas com o caráter

da evolução da sociedade americana onde a maior dificuldade é o desencantamento interno com os engajamentos militares no exterior e ativa e contínua competição pelos recursos nacionais para resolver os problemas de ecologia, revolta social, reconstrução urbana, transporte, moradia e educação para apenas citar uns poucos. Não é meu pensamento considerá-los de forma simplista — tendes talvez perguntas sobre eles, mas vos asseguro que também eu as tenho.

Qual será nosso objetivo em face das reduções em pessoal e fundos que serão as características marcantes do exército da década de 70? Nas palavras do Gen WESTMORELAND nosso objetivo deve ser a obtenção de um exército equilibrado que seja capaz de responder às missões institucionais, em execução e eventuais.

O resultado nesta década será um exército mais moderno, altamente móvel, essencialmente mais leve, capaz de responder toda sorte de desafios também em nosso país como no exterior.

Capacidade de reação e flexibilidade serão as chaves do Exército dos Estados Unidos na década dos 70. Suas características podem ser resumidas como se segue:

Em primeiro lugar ele precisa ser, e será uma *força de elite* relativamente pequena mas cuidadosamente selecionada, inteligentemente comandada, altamente instruída e motivada e razoavelmente estabilizada. Este é o alicerce sobre o qual se firmarão a prontidão e a capacidade de reação do exército.

Em segundo lugar ele será complementado por uma *componente de forças de reserva* potente e apta

a emprêgo em curto prazo e uma base de mobilização modernizada. Com um efetivo menor nas forças da ativa, confiança superior à normal deve ser depositada na reserva. Nossos esforços serão orientados tendo em vista aumentar a rapidez de mobilização das nossas reservas, provendo-as com os padrões modernos que necessitam para uma instrução eficiente e para atender prontamente a uma exigência de mobilização parcial ou completa.

Em terceiro lugar *melhoramentos qualitativos* para explorar ao máximo a potência, a flexibilidade e a capacidade de durar. Mostramos aqui alguns dos interessantes e imaginativos progressos em execução ou dentro do nosso alcance.

Em uma palavra esperamos obter um expressivo melhoramento na nossa capacidade de descobrir o inimigo e destruí-lo com a nossa potência de fogo, rápida e precisamente aplicada mantendo ao mesmo tempo apoio logístico com plena capacidade de resposta e conservando o potencial humano e as vidas nas imediações da área de batalha.

Eu acrescentaria apenas uma observação aos novos conceitos operacionais e esta se relaciona com uma facêta da aplicação dos recursos militares de acôrdo com a Doutrina Nixon para ajudar as nações menos desenvolvidas a manter sua segurança e a sua capacidade de crescimento. Este é um papel importante brilhantemente executado hoje no Vietnã do Sul. Ele talvez exija uma maior prioridade nos anos 70.

Esta "capacidade de crescimento" envolve: — manutenção da lei e da ordem; união da população na

busca de objetivos comuns: desenvolvimento da eficiência das instituições políticas, econômicas e sociais — deve ser um encargo de cada país. Nosso exército se concentrará na instrução, ajuda, e assessoria das forças militares, paramilitares e de polícia de cada país, no esforço de estabilizar e desenvolver a respectiva nação. Contudo, nossos programas de ajuda serão apenas tão eficientes quanto os indivíduos que os executarão, e desta maneira nosso objetivo é obter assessôres militares de alta competência profissional que possuam o conhecimento, a compreensão e a habilidade especializada para ajudar os seus correspondentes na implementação de programas que conduzam à autodefesa, auto-desenvolvimento e autoconfiança.

Finalmente, *mobilidade estratégica*. Além do dispositivo na Europa Ocidental haverá apenas um mínimo de forças desdobradas nas áreas avançadas e uma diminuta estrutura de base extracontinental. Entretanto, será dada grande ênfase à capacidade das forças baseadas no continente norte-americano de atuar em qualquer área crítica a curto prazo e de manter-se nela, após lá chegar. Assim explica-se nosso grande interesse em um poderoso apoio no que se refere à capacidade estratégica da força aérea e da marinha, para transporte de tropas (os aviões C-5 e navios de múltipla finalidade).

Igualmente necessária é a transformação dos conceitos e sistemas logísticos para assegurar um apoio adequado e direto das bases no continente americano para a base avançada. Em síntese estas quatro amplas diretrizes constituem o ar-

cabouco básico para a estruturação, construção e desdobramento do exército dos anos 70. Elas são a orientação para os profissionais cuja missão é assegurar que o exército seja o instrumento no qual o meu país pode tranquilamente confiar.

Parece-me que o Exército Brasileiro está evoluindo na mesma direção. As aquisições de equipamento e armas recentemente realizadas, bem como outras ainda em planejamento conduzirão por sua vez a inovações em técnicas e na tática. O papel dos militares brasileiros não será muito diferente do que nos cabe. Por esta razão é importante que continuemos a repartir nossa experiência de conhecimentos recíprocos, a fim de aumentar a nossa capacidade de responder às exigências requeridas às nossas nações e ao nosso hemisfério.

Há diversas semelhanças em muitos dos problemas que se deparam aos Estados Unidos e ao Brasil — tais como inflação, urbanização e inquietação social. Todos nós os conhecemos bem. A pergunta importante é: como trabalharemos juntos para resolvê-los? Abordei sumariamente a Doutrina Nixon que apresenta um amplo esboço de um dos aspectos da política exterior dos Estados Unidos na próxima década. Uma importante experimentação desta política, terá lugar na América Latina. Os êxitos do vosso país, o Brasil, o maior e mais populoso da América do Sul terão forte influência no futuro de um continente inteiro.

Os problemas criados pelas mudanças sociais, econômicas e políticas em curso nas nações em desenvolvimento interessam ao campo

nacional e internacional. É claro que muitos destes problemas serão melhor resolvidos através da cooperação e ajuda de outras nações, trabalhando por meio de organizações multinacionais como o Banco Mundial e o Banco do Desenvolvimento Interamericano. Devemos lembrar, contudo, que a solução final e adequada para os problemas de cada nação devem constituir um encargo nacional próprio. É no contexto das soluções latino-americanas para os problemas latino-americanos, obtidos através de organizações essencialmente multilaterais, que os Estados Unidos planejam prosseguir cooperando com os seus vizinhos e americanos na década dos 70.

Nós, os militares, somos um fator chave no desenvolvimento nacional. Tendo a possibilidade e a vontade de atingir os objetivos nacionais os senhores compartilham os encargos e as responsabilidades exigidas no trabalho de construção das nações modernas. No Brasil, vós, os militares, continuais a desempenhar um papel de vanguarda na consecução de objetivos nacionais, aprendendo, como nós também temos aprendido, de proveitosas experiências para levar o progresso a áreas remotas durante os últimos 20 anos, como a Amazônia.

Esta é então uma visão do futuro. O mundo dos anos 70 provavelmente não será menos turbulento nem enfrentará menos terríveis problemas do que as décadas precedentes. Contudo o mundo livre poderá adequadamente enfrentar os maiores desafios da História desde que procure preservar a paz pela observação de uma estratégia coerente, pelo reforçamento de suas alianças e pela busca da redução

de tensões. Não obstante devemos estar preparados para qualquer contingência que venha a surgir. A organização militar dos Estados Unidos — e principalmente o Exército — poderá ser chamada a empregar seu poder em circunstâncias além da nossa atual imaginação, assim como a sua dedicação, tendo em vista aquêles mesmos objetivos. O mesmo pode ser dito em relação a vós. Para tudo isso devemos estar prontos — seja em uma contin-

gência particularmente séria, na aplicação do poder militar na iminência de uma guerra, no apoio de iniciativas diplomáticas ou no louvável esforço de ajudar a construir uma melhor sociedade mundial.

Muitos êxitos importantes já foram obtidos. Trabalhando juntos continuaremos a marchar em direção ao objetivo comum, de acôrdo com o lema que figura na bandeira do Brasil — Ordem e Progresso.

«O Serviço Militar obrigatório, criado sob a inspiração dos nobres ideais de Rio Branco, permite ao Estado fornecer às Fôrças Armadas o contingente humano adequado para que elas possam bem cumprir sua missão legal. Principal instrumento para a formação cívica e educação do povo, poderá vir a constituir-se, mais adiante, na verdadeira base do sistema de defesa contra as ações político-ideológicas desagregadoras que se manifestam, quer vindas do exterior, quer surgidas no próprio seio do território nacional».

SANTIAGO — EXCELENTE GUARNIÇÃO

Ten Cel Art QEMA
JOSÉ LUIZ DE MELLO CAMPOS

Não raro os classificados em Santiago lamentam-se e relutam pela anulação do ato.

É verdade, o exemplo é também pessoal.

Da má fama de Santiago, somente resta a distância, mas afinal estamos num país-continente. E o nosso decantado civismo deve obrigar-nos a servir em distantes rincões. Conhecer a Amazônia ou as fronteiras do Brasil, coloca em posição soberba o nosso brio profissional militar, enquanto muitos apenas bordaram suas carreiras no egocentrismo metropolitano...

Nem mesmo é mais "Santiago do Boqueirão", mas apenas Santiago, cidade sedenta de progresso e aberta a forasteiros amigos que a queiram impulsionar para a cultura e o desenvolvimento.

Santiago promete guarida feliz para as crianças que a povoam com liberdade e para sossêgo dos pais.

Ar puro, sem poluições.

Abundâncias, sem racionamentos.

Paz sem ameaças e rigorosas prontidões.

E, sobretudo a hospitalidade gaúcha, a beleza de suas prendas, o sabor dos churrascos, a cordialidade do chimarrão, a poesia das que-rências e a entusiasmante visão dos multiplicados trigais — tapêtes de trigo para o pão do Brasil.

1. Síntese Histórica do Município

O povoamento da sede teve início no ano de 1801. Seus habitantes eram descendentes de portugueses e italianos.

A dominação atual, liga-se ao Apóstolo São Tiago. Em 4 de janeiro de 1884, por Lei Provincial, passou a Vila. Emancipou-se de São Borja e Itaquí por Lei de 31 de março de 1938, elevando-se à categoria de cidade.

2. Aspectos Geográficos

O território do Município situa-se na Zona das Missões.

Área do Município: 4.049 km.

Com 439 metros de altitude, situa-se a cidade de Santiago num cruzamento de estrada já conhecido ao tempo das Sete Reduções Missioneiras, na procura de um declive menos áspero na Serra de São Xavier para a região da Campanha, era o El Boquerón de Las Sierras.

É banhado pelos rios Itu, Icamaquã, Itacurubi e Jaguarzinho, todos tributários da bacia do Uruguai; na parte Sul-Oeste existe a ramificação da Coxilha Grande, denominada Serra de São Xavier ou Iguariça. São relativamente piscosos seus rios, com a seguinte variedade de peixes: dourado, traíra, bagre, grumatã e a piracanjuba. A pesca não é explorada comercialmente.

3. Limites do Município

Norte: Bossoroca — São Borja

Sul: S. Francisco de Assis e
Jaguarí

Leste: S. Ângelo e Tupanciretã

Oeste: Itaqui e São Borja

4. Aspectos Climatológicos

As médias de temperatura são as seguintes:

máx: 38°C — mín: 4°C — Média: 19°C

Precipitação anual de chuvas: 1.208 mm

Geadas: ocorrem nos meses de inverno. O clima é temperado.

Ventos predominantes: quadrante Sul (minuano) e Norte (sêco).

5. Produção Agrícola

a) Trigo:

Em 1968 — 200.000 sacos (60 kg)

69 — 600.000 sacos

70 — 1.500.000 sacos

b) Outros produtos agrícolas:

- 1) alfafa
- 2) alho
- 3) amendoim (c/casca)
- 4) arroz (c/casca)
- 5) aveia (grão)
- 6) batata-doce
- 7) batata-inglês

- 8) cana-de-açúcar
- 9) cebola
- 10) feijão (grão)
- 11) fumo (em fôlha)
- 12) arroz
- 13) linho (semente)
- 14) mandioca
- 15) milho
- 16) soja (grão)
- 17) uva

6. Produção Pecuária — Existência em cabeças

Bovinos 204.000 — Ovinos 225.000 — Suínos 42.000.

Malgrado ser possuidor de uma pecuária deveras promissora, Santiago ressent-se de indústria ligada à pecuária. Sua privilegiada situação geográfica, oferece reais possibilidades à implantação de um frigorífico.

7. Acesso e Distâncias

Pôrto Alegre:

- ferrovia 572 km
- rodovia 522 km
- aérea 366 km

Santa Maria:

- ferrovia 186 km
- rodovia 180 km

8. Ligações Rodoviárias do Município

Vários ônibus para:

Cruz Alta	Santo Angelo	Nova Esperança
Santa Maria	Bossoroca	Itacurubi
Urugualana	Jaguari	Segrêdo
Livramento	São Borja	Pôrto Alegre
S. Fc.º de Assis	Itu-Mirim	Monte Alegre

9. Ligações Ferroviárias do Município

Santa Maria — Itaqui — S. L. Gonzaga — P. Alegre — S. Borja

10. Aeroporto

Para aviões de grande e pequeno porte, com uma pista encascalhada de 1.ª qualidade com 2 (dois) quilômetros de comprimento.

11. Agências de Empresas Transportadoras

Transportadora Alegretense, Expresso Mercúrio, Expresso Rio Pardo, Expresso Bonanza e Transportadora Jacuí.

12. Ensino

Estab. de ensino superior	1	n.º de Alunos —	100
médio	8	n.º de Alunos —	2513
primário	140	n.º de Alunos —	8105
Total	149	Total	— 10718

13. Órgãos do Estado no Município

Residência do D.A.E.R. (Regional)

Residência da Secretaria de Obras Públicas (Regional)

Delegacia Regional de Ensino, de Polícia e de Trânsito

Centro de Saúde — Exatoria Estadual — Inspeção Veterinária — INPS.

Residência de Viação Férrea do Rio Grande do Sul (Regional)

Delegacia do Instituto de Previdência do Estado

Gerência de Companhia Estadual de Energia Elétrica e da CORSAN

Esquadrão de Polícia Rural Montada (Regional)

Agronomia Regional da Secretaria de Agricultura (Regional)

Tribunal do Júri e Juizados (Forum)

14. Órgãos Federais no Município

Pôsto de Arrecadação da Receita Federal — Agência da EBCT e INPS.

Pôsto Agropecuário — Núcleo da LBA

Agência Municipal de Estatística (I.B.G.E.) — Pôsto de Meteorologia.

15. Órgãos Municipais

Hôrto Florestal — Ambulatório Médico — Matadouro

16. Rede Bancária (Agências)

Banco do Brasil S/A — B. Estado do R. Grande do Sul — B. Nacional do Comércio S/A — Caixa Econômica Federal — Caixa Econômica Estadual (em vias de instalação) — Bamerindus (a ser instalada).

17. Sindicatos

Empregadores Rurais de Santiago — Empregados
Empregados Rurais de Santiago — Comércio Varejista de Santiago
Empregados do Comércio Varejista de Santiago

18. Sociedades

Círculo Militar de Santiago — Clube União — Clube Sete de Setembro
Clube de Caça e Pesca — Clube União dos Morenos — Piscina Tênis Clube

19. Clubes Esportivos

Riachuelo Futebol Clube — Juventude Futebol Clube — Ferroviário
Elitê Futebol Clube — Grêmio Esportivo Santiaguense — Círculo Operário Santiaguense

20. Clubes de Serviço

Rotary Clube de Santiago — Lions Clube de Santiago

21. Entidades Estudantis

Agremiação Santiaguense de Estudantes (A.S.E.) — Grêmio Estudantil Palmeiro (G.E.P.P.) — Grêmio Estudantil Aureliano de Figueiredo Pinto (G.E.A.F.P.) — Agremiação Medianeira de Estudante (A.M.E.)

22. Restaurantes

Caleche — Rancho Alegre — Primeiro de Maio — Avenida

23. Boites

Taberna Cavalo Branco — Tomá-Ami — Quiriri-Quiriri — Caleche — Pat's Boy — Círculo Militar — Clube União — Piscina Tênis Clube

24. Hospitais

Caridade de Santiago — Guarnição de Santiago

25. Hotéis

Hotel Viero — Hotel Ponche Verde — Hotel Glória — Hotel São José — Hotel Goelzer (em construção)

26. Rede Telefônica

Cooperativa Telefônica — Central Automática com 240 associados em um total de 288 telefones, com 6.240 m de rede.

27. Estações de Rádio

2 (duas) — sendo que 1 (uma) está fora do ar.

28. Repetidoras de TV

2 (duas)

29. Rede de Esgôto

Projeto em elaboração (CORSAN)

30. Rede de Água

Abastecida através de barragem que inunda — 110 ha (CORSAN) num total de 40.600 metros de rede.

31. Profissionais Liberais

Dentistas .. 12	— Médicos	19	— Advogados	24
Economista . 1	— Agrônomos	5	— Farmacêuticos	4
Engenheiros 6	— Técnicos em Contabilidade			16
Contador .. 1				

32. Eleitorado Atual

18.000 eleitores

33. Unidades Militares

Quartel-General da 1.ª Divisão de Cavalaria — 4.º Regimento de Cavalaria — 19.º Grupo de Artilharia de Campanha — 11.ª Companhia de Comunicações — Pelotão de Veterinária — Hospital Militar — Armazém de Subsistência Militar — Centro Social da Guarnição de Santiago.

GRANDEZA E SERVIDÃO DOS REGIMENTOS DE CARROS

Ten Cel de la MOTTE

Tradução do número de agosto de
1970, da revista *L'Armée*, pelo Major Cav
PAULO EDUARDO.

Dentre as qualidades necessárias ao combatente, a Cavalaria sempre emprestou particular importância à audácia e entusiasmo dos executantes e ao espírito de iniciativa e sentimento manobreiro dos chefes, até mesmo aos dos menores escalões. A própria natureza de suas missões lhe impunha esta seleção, já de si tradicional.

Quando perdeu seus cavalos por troca com os blindados, suas missões permaneceram as mesmas, pelo menos em espírito. Os hussardos nas viaturas de reconhecimento e os couraceiros nos carros AMX30 podem e devem reivindicar os direitos de uma longa tradição.

As grandes qualidades, exigidas de seus ancestrais, permanecem, hoje ainda, com a mesma preponderância. Apesar disso, por um lamentável paradoxo, parece que os Regimentos de Carros não estão bem aparelhados para cultivá-las.

Considerarmo-nos herdeiros espirituais de Lasalle, de Murat e dos couraceiros de Reichshoffen, e passarmos uma parte de tempo, nada desprezível, a esfregar um trapo de estôpa em um carro estacionado em uma garagem, seria a sina de

nossas equipagens de AMX30 se não tomássemos cuidado. Essa contradição, se bem que não seja peculiar aos Regimentos de Carros, manifesta-se nêles com uma frequência especial e merece particular atenção. Buscar solucioná-la implica em determinar como manter a arte manobreira dos Chefes e a audácia dos executantes nos Regimentos de Carros apesar dos óbices e servidões do tempo de paz.

Qualquer reflexão sobre o problema nos leva, menos a encarar procedimentos do que a buscar um estado de espírito que resulte em uma verdadeira ética do comando. A amplitude do tema impõe uma salutar modéstia. Sem pretender tratá-lo a fundo, vamos somente sugerir alguns meios ditados pela experiência e inseridos nos regulamentos e diretrizes em vigor.

Servidões

Para situar bem o problema é interessante e útil examinar as dificuldades que os comandantes de unidade e os de Pelotão encontram em suas obrigações. É uma tarefa fácil pois que tais dificuldades fa-



zem parte de suas queixas diárias e, em geral, justificadas.

Para um Regimento aquartelado o carro de combate traz mais obrigações e servidões do que satisfações. A vida (no que tange a combustível, munição, etc.) de que dispõe é grandemente hipotecada às manobras, períodos fastos e raros que constituem o tempo áureo do ano. Na caserna, é indispensável fazer girar os motores para manter a carga das baterias e assegurar a instrução de rotina. Se porventura o Corpo de Tropa dispõe permanentemente de um campo de instrução (que não necessita ser muito grande) resta-lhe dessa vida o mínimo indispensável para prosseguir a instrução das equipagens, particularmente a dos atiradores, graças a curtas saídas que estão longe de preencher todo o tempo disponível. Esses exercícios rara-

mente dão aos Cmts de Pelotão, e menos ainda aos capitães, a ocasião e a satisfação de trabalhar de maneira realista com o notável instrumento (o carro) de que dispõem.

No entanto, e apesar disso, é verdade incontestes que a manutenção pesa tanto quanto se a utilização dos carros fôsse muito mais intensa. Sua importância é primordial, pois de nada adiantaria possuir equipagens corretamente instruídas se o material estivesse indisponível. Segundo fórmula consagrada, a manutenção é um ato de combate. Dito isso devemos convir que não há nada de entusiasmar quando se trata não de preparar ou concluir uma surtida para emprêgo mas, unicamente, de se apresentar em uma revista da melhor maneira possível.

Tais inconvenientes provêm, em grande parte, das economias ne-

cessárias a fazer em tempo de paz. Além dessas se acumulam as servidões impostas pela vida da Unidade e da guarnição. É inútil enumerá-las, pois elas são as mesmas, praticamente, em todos os regimentos e, além disso, são inevitáveis. Por menor que seja o mal que causam, elas são desfavoráveis ao moral da tropa e dos quadros e à sua formação como combatentes.

Vida em Manobras

Não é o caso de nos colocarmos ante o Muro das Lamentações para nos lastimarmos por um estado de fato que existe por várias razões válidas e fadadas, é fora de dúvida, a durar. Vale mais pesquisar que atividades e atitudes podem remediar o caso. O espírito manobreiro dos chefes e o entusiasmo dos executantes se manifestam plenamente e se aperfeiçoam durante os períodos de trabalho no campo, em manobras. Não é possível multiplicar tais períodos, os recursos disponíveis não o permitem mas é interessante examinarmos por que esses períodos são particularmente benéficos.

Nêles, *cada um se sente em seu lugar, desempenhando as funções que lhe cabe, integrado em um quadro bem definido.* A equipagem utiliza seu carro, toma ciência de suas possibilidades e das do material por êle transportado, manobrando e atirando. A manutenção não aparece mais como uma atividade prevista para empregar o tempo, sim como um ato cuja necessidade se impõe antes e depois de cada surtida. O Cmt de Pelotão vive com seus homens e, consciente do dever de ser o melhor chefe de

carro, conduz a todos pelo exemplo. O capitão tem, finalmente, seus "ceuraceiros" e seu material reunidos, "na mão", e manobra em verdadeira grandeza. A satisfação, a exaltação mesmo, que êle pode sentir em conduzir a totalidade de seu esquadrão na execução da mesma missão, é compartilhada por todos os seus comandados. Estes guardarão (até mesmo os veteranos e os cínicos) uma profunda lembrança dos enteveros de carros de que hajam participado.

Nesse ambiente, no qual oficiais, sargentos e cavalarianos, têm as mesmas rações e devem superar juntos, para vencer, as condições climáticas (raramente favoráveis) a fadiga e o sono, não há problemas disciplinares, tudo parece correr normalmente sem necessidade de reprimendas ou meios de coerção.

Como criar êsse ambiente favorável em meio a tôdas as dificuldades da vida na caserna, é o problema que vamos encarar. Ele é árduo, mas não insolúvel. A capacidade manobreira dos chefes e a audácia dos executantes podem ser desenvolvidas sem utilizar o material. Vários exemplos provam essa assertiva, particularmente o dos exércitos privados de tudo: o Exército Alemão depois de 1918, o Exército Francês após o armistício de 1940.

Uma Linha de Ação

O quadro que acaba de ser descrito, de vida na caserna, pode parecer carregado de tintas escuras e o da vida em manobras algo idílico. Todavia mesmo se, como no caso, a situação houver sido esquematizada, é fora de dúvida que a

diferença entre as duas situações (caserna e campo) é fundamental. É lógico pois que podemos nos inspirar nos fatores favoráveis do trabalho no campo, que são similares aos da vida em operações com menos riscos evidentemente, para procurar determinar uma linha de ação para a vida no quartel.

Regras a Seguir

— *Ter consciência da importância das células orgânicas* dos "grupos formais" para empregar a terminologia que é cara aos psicólogos. Um destes, Gibb, notou que "o comando é um processo de estímulo mútuo, um fenômeno de interação social em que as atitudes, ideais e aspirações dos comandados desempenha um papel tão importante e determinante como a individualidade e personalidade do Chefe".

A equipagem já constitui um desses grupos, o pelotão cujo efetivo não ultrapassa doze homens já o é com maior evidência. Ele faz parte de um Esquadrão composto de cerca de noventa homens incluindo os quadros. Em uma tão pequena subunidade as cargas (de trabalho, instrução e emprêgo) pesam demasiadamente mas, em compensação, todos se conhecem muito bem, ela constitui um conjunto vivo e perfeitamente apto à criação de um espírito comum.

Para conservar tais vantagens é preciso empenhar-se para preservar, ao máximo, a vida dessas células constantemente ameaçadas pelos serviços da caserna, os estágios, as competições entre os Corpos. É preciso limitar as transferências e as mudanças de funções.

— *Manter ao máximo o contacto entre os quadros e a tropa.* Essa noção é corolário da precedente. A influência dos oficiais e sargentos é essencialmente um caso de exemplo e de conhecimento dos homens. É necessário também que os quadros participem ativamente da maior parte das atividades.

— *Promover a iniciativa e o senso de responsabilidade em todos os escalões:* comandantes de unidades, de pelotões, chefes de carro e cavaleiros. O Exército é uma sociedade fortemente estruturada e hierarquizada, na qual a disciplina é muito severa. Sua finalidade guerreira implica em ter de possuir tais características. Em contrapartida, estas raramente favorecem a iniciativa. Assim, deve o comandante se esforçar em desenvolvê-la sem contudo renunciar a nenhuma de suas prerrogativas.

A adoção dos pelotões a três carros pode parecer diminuir o papel de seus comandantes. Estes devem possuir uma consciência precisa de que, da qualidade de sua decisão, depende a vida de seus homens e o sucesso de sua missão. Da mesma maneira, de sua aptidão técnica, em relação ao rendimento de seu custo material.

O valor da equipagem no combate é essencialmente função do valor do Chefe, da justeza e rapidez de sua reação diante de um imprevisto, de sua decisão qualquer que seja a situação.

O estado de espírito dos Chefes deve estar voltado sempre para manter a disponibilidade máxima. Eles devem estar alerta para tomar qualquer iniciativa nesse sentido. Quanto aos executantes se não puderem ser mantidos permanente-

mente sob pressão, é preciso que tenham a medida exata de sua capacidade de resistência física e moral. Isso implica em dar-lhes oportunidade de, no quadro de seu Pelotão, suplantarem-se a si mesmo, dominar o medo, a fadiga, o egoísmo e o receio das responsabilidades.

Atividades no Quartel

Essas noções são teóricas, por isso parece útil ilustrá-las e explicá-las, passando em revista algumas das atividades de um Regimento em sua vida de guarnição. A solução não consiste em agregar novos encargos aos já prescritos. Tal idéia faria pular de raiva os Cmts de corpos que já têm a resolver um número de problemas mais do que suficiente. Além disso tal idéia, se posta em prática, iria, agravando a dispersão de esforços, ter um resultado completamente contrário ao desejado.

O Esporte

Logo à primeira vista surge êle, o esporte, dentre as atividades capazes de desenvolver o entusiasmo e a audácia. As atuais diretrizes que prescrevem o esporte de massa, permitem utilizar ao máximo êsse poderoso meio.

A educação física deve ser *diária*, diversificada e, tanto quanto possível, atraente. Este ideal nunca é atingido devido a razões de ordem material tais como: falta de equipamento, ausência ou debilidade da infra-estrutura, falta de piscina. Apesar disso deve estar sempre presente, ao espírito de todos, que o objetivo não é o de atingir performances (sempre decepcionantes)

mas o de desenvolver o equilíbrio físico e mental, a camaradagem, o gosto pelo esforço e o de fazer com que cada um tome consciência de suas possibilidades de superação pessoal.

A educação física deve ser conduzida no escalão Pelotão, ou, segundo as sessões previstas, no escalão Esquadrão. Isso implica na participação constante de todos os quadros, dos Cmts de Pelotão e dos Capitães comandantes de Esquadrão e, de quando em vez, a título de exemplo, do próprio Coronel.

Será fora de propósito enumerar aqui as possíveis atividades esportivas, todas elas concorrem para o desenvolvimento do homem, particularmente aquelas que o levam a dominar-se, tais como os reides de certa duração. Deve-se fazer uma citação de destaque para o esqui e a natação. Uma e outra necessitam de condições particulares e só permitem fazer uma iniciação, por isso mesmo, êsses dois esportes individuais são particularmente favoráveis à superação do próprio indivíduo e ao desenvolvimento da energia.

Finalmente, devemos frisar que a constituição de equipes regulamentares vai direta e sensivelmente contra o objetivo que se persegue. Isso leva a depurar muito as unidades, a distrair um grande número de homens de sua missão normal e, o que é pior, a formar uma espécie de casta o que é pouco favorável ao moral do conjunto. Em contrapartida, ela promove um objetivo e um excelente centro de interesse para aqueles que são capazes de fazer parte das equipes. É uma idéia que não deve ser rejei-

tada e sim trabalhada dentro de um clima de atenção e prudência. Em caso algum, e isso felizmente está prescrito, a constituição de equipes deve se constituir em finalidade das atividades esportivas.

Exercícios de Quadros

É preciso reconhecer que a prática do esporte não traz grande coisa ao senso manobreiro dos chefes se bem que desenvolva sua energia e lhes assegure um bom equilíbrio. É evidente que os exercícios de quadros permitirão atender melhor aquêlle objetivo.

Para tanto, tais exercícios devem ser conduzidos com bastante realismo, sem ambições exageradas, e permitir a oportunidade de reação rápida ante situações imprevistas. Eles devem permitir também aos Chefes transmitir suas ordens via rádio o que, em princípio, representa uma garantia de simplicidade. Vários óbices devem ser evitados particularmente o gosto pelo rebuscamento, próprio a nós franceses. Uma boa idéa de manobra, muito bem lapidada, é, no escalão Esquadrão uma *utopia*; quando muito será um exercício intelectual preparatório para comandos mais elevados. A aptidão para manejar um lápis com destreza permite ganhar uma batalha na carta a custa de setas e ovals de objetivo, porém, neste escalão não prova nada.

Ao contrário disso, é útil e necessário encarar todos os fatores que podem impedir um capitão de cumprir sua missão antes mesmo de haver topado com o inimigo. Tais fatores são particularmente aquêles impostos pelos prazos e pela logística. Qualquer comandante de uni-

dade, digno dêsse nome, é capaz de conduzir seu Esquadrão num assalto que se assemelha, "mutatis mutandis", às cargas de cavalaria de antanho. Nem todos sabem, por falta de treinamento, levar seus carros em perfeitas condições (remuniciados e abastecidos completamente) a uma dada hora, à noite, em terreno difícil, a determinado local. Tais imperativos, terra a terra, fazem parte integrante do sentimento manobreiro em todos os escalões. Os exercícios de quadros não podem substituir a prática mas podem, e isso é importante, fazer com que se tenha uma idéa precisa das dificuldades previsíveis e das possibilidades reais.

Sendo tudo contradição, a instrução específica dos quadros apresenta o grande inconveniente de afastá-la dos homens da tropa; o que se ganha de um lado, perde-se do outro. Apesar do interesse que êles apresentam, os exercícios de quadros não podem ser renovados com muita freqüência.

Exercícios a Pé

Os exercícios de combate a pé, organizados no escalão Esquadrão ou Regimento, oferecem a grande vantagem de desenvolver o sentimento manobreiro dando, ao mesmo tempo, a oportunidade aos oficiais, sargentos e cavaleiros de trabalhar em conjunto, no âmbito das células orgânicas. É interessante notar que estas devem ser preservadas ao máximo, mesmo que isto prejudique um pouco a coerência do tema, pois do contrário o objetivo não seria atingido. Evidentemente uma missão a ser executada a pé só possui poucos pontos de contacto com o emprêgo de uma

unidade de carros, porém ela também é um ótimo elemento de formação pois que obriga a tomar decisões e fazê-las cumprir. Além disso, eles são excelentes no que tange ao favorecimento do adestramento da tropa pois desenvolvem a resistência à fadiga, o gosto pelo esforço, a faculdade de adaptação, o sentido de camaradagem e o de vida em comum.

Revistas e Desfiles

Os exercícios de ordem unida e os desfiles são excelentes para desenvolver a coesão e, à primeira vista, não parecem favorecer o entusiasmo. Mas a profunda satisfação que os executantes sentem após um belo exterior com seus carros, eles encontram, sem o querer, após uma demonstração de manejo de armas bem sucedida. Aliás, também, qualquer chamamento às tradições do Regimento e da Cavalaria é ótimo se surgir com oportunidade e se integrar corretamente na vida da unidade. De passagem anotaremos quanto é significativo o fato de que os que pretendem sabotar o valor do Exército se incluem naqueles que mais acirradamente combatem as tradições.

Vida Diária

A instrução e a manutenção diárias impõem a cansativa repetição dos mesmos gestos e visam à aquisição do automatismo e dos reflexos. Tais atividades se levadas a cabo por todos os quadros e tropa, sempre presentes e atuantes, servirão para galvanizar as equipagens e Pelotões. Em particular, é profundamente desejável que os tiros sejam executados pelo con-

junto das equipagens e não somente pelos atiradores específicos. Tal medida, muito benéfica para a instrução dos Chefes de Carros e dos radiocomunicadores (um homem desempenhando as duas funções) o é muito mais no que respeita a coesão e a confiança mútua que deve unir os três serventes de uma mesma torre de carro.

As faxinas, os trabalhos da cerna, os diversos encargos pesam muito na vida da unidade de Carros, mesmo se fôr feito um esforço para aliviá-los e torná-los mais rentáveis. Seu efeito negativo sobre o moral e sobretudo sobre o entusiasmo dos homens é grandemente atenuado se tais atividades forem realizadas pelas células orgânicas, equipagens, Pelotão e Esquadrão. Nem sempre é possível, mas elas podem se constituir em um fator de coesão e uma ocasião para que os Chefes e os executantes desenvolvam sua iniciativa em circunstâncias inesperadas ou diversas de suas preocupações normais.

Conclusão

Nesse rápido galope na vida de um Regimento de Cavalaria de Carros, em tempo de paz, não propusemos nenhuma receita. Ao contrário, surgiu a necessidade de um método de comando adequado à manutenção do entusiasmo de todos. Para conseguir isso, na rotina quotidiana, o Cmt de unidade e, com ele os de subunidade, não deve nunca perder de vista três prioridades:

- manter a vitalidade das células orgânicas preservando a coesão das equipagens, dos Pelotões e dos Esquadrões e

fazendo com que os quadros permaneçam ao máximo junto a seus homens.

- promover a iniciativa e o senso das responsabilidades prevendo-se de um excesso de dirigismo e de centralização.
- proporcionar a todos a oportunidade de se superar ante

as dificuldades enfrentadas em comum.

Ao anunciar um tal programa tomamos consciência da margem que separa a realidade diária do ideal que se tem em mira. Pelo menos pensamos que êle poderá servir de guia.

RESPONDENDO A NOSSOS LEITORES

P. 1 — Quais as condições para militares do Exército Norte-americano freqüentarem cursos civis nos Estados Unidos?

R. — A tradução do artigo Cursos Civis Para o Exército dos EUA, do "Army Pamphlet" nº 600-3 do Exército Norte-americano feita pelo Cel Cav QEMA Carlos Evaristo dos Reis Marques da Costa, responde à pergunta.

1.1. *Generalidades.* Este capítulo trata das oportunidades oferecidas ao pessoal militar para freqüentar cursos civis, pelo Programa de Cursos Civis para o Exército e pelo Programa de Desenvolvimento da Educação em Geral. Nêles são explicados os objetivos, o procedimento quanto aos requerimentos, as obrigações militares e as normas de utilização relacionadas com a participação nesses programas.

1.2. *Normas Básicas*

a. A finalidade do Programa de Cursos Civis é proporcionar, a voluntários selecionados, o aprendizado em instituições civis nas áreas ou disciplinas que, embora necessárias ao Exército e por êste reconhecidas, não são ministradas ao pessoal em serviço. Taxas de matrícula, anuidades e outras despesas correlacionadas são pagas pelo Governo. Após a graduação os diplomados são designados para funções em que, efetivamente, utilizem o aprendizado recebido. O aprendizado possível sob os auspícios do Programa de Cursos Civis, inclui não só a graduação universitária como, também, cursos avançados.

b. A finalidade do Programa de Desenvolvimento da Educação em Geral é permitir ao pessoal militar, que deseja uma automelhoria no seu rendimento e na sua educação em geral, que siga cursos especiais ou atinja o objetivo de uma diplomação ou de um grau avançado. Sob os auspícios dêste Programa o pessoal militar pode receber apoio financeiro para seguir cursos sem prejuízo do serviço ou realizar estudos de tempo integral.

(1) *Cursos sem prejuízo do serviço.* É proporcionado o apoio financeiro para o pagamento de 75 por cento dos custos de cursos, realizados em instituições educacionais acreditadas, sem prejuízo

do serviço. Todos os demais ônus, inclusive o restante dos custos, taxas de registro e as despesas relativas a material escolar e livros, devem ser pagos pelo oficial.

(2) *Estudos de Tempo Integral.* O Programa de Completamento de Diplomação permite o estudo de tempo integral até um período máximo de 12 meses, para diplomação ou finalização de um curso avançado em área de interesse funcional para o Exército. O oficial arca com todas as despesas de estudo e de transportes; entretanto, os participantes, em sua maioria, podem candidatar-se ao auxílio oferecido pela Lei de Benefícios para o Reajustamento de Veteranos e recebem integralmente vencimentos e gratificações enquanto, sob esta opção, estiverem freqüentando escolas.

1.3. *Quotas.* O número de oficiais admitidos anualmente no Programa de Graduação em Cursos Civis depende da distribuição, entre as Armas e Serviços, das vagas atribuídas a cada ano pela Junta de Necessidades Educacionais do Exército. Atualmente não há limite quanto ao número de oficiais que podem receber auxílio financeiro para os cursos sem prejuízo do serviço; quanto ao número de oficiais a serem apoiados pelo Programa de Completamento de Graduação, é limitado por um teto anual.

1.4. *Procedimento quanto aos Requerimentos.*

a. Os requerimentos para a admissão no Programa de Graduação em Cursos Civis para o Exército devem ser submetidos à Diretoria da Arma ou Serviço do oficial, em formulário DA/618-R (AR 350-200). (Oficiais pertencentes ao Departamento Médico do Exército procederão de acordo com o que prevê o AR 350-219). Cada requerimento deve ser acompanhado por duas cópias autenticadas de todos os registros acadêmicos dos trabalhos escolares já previamente realizados pelo requerente e um relatório dos resultados dos Testes de Aptidão ao Exame de Graduação ou Testes de Admissão aos Estudos de Graduação em Comércio, conforme o caso. Os requerimentos para o Programa de Diplomação de Oficial devem ser também submetidos à Diretoria da Arma ou Serviço do candidato.

b. Os requerimentos para o Auxílio de Despesas para Cursos sem prejuízo do serviço devem ser submetidos de acordo com o Formulário DA 21 71, existente em qualquer dos Centros de Educação do Exército. Conselheiros Educacionais podem ser consultados para o aconselhamento do pessoal que deseja o auxílio de despesas para cursos. Os requerimentos para estudos sob os auspícios do Programa de Completamento de Diplomação devem ser submetidos à Diretoria da Arma ou Serviço do oficial, sob a forma de ofício, até 150 dias antes da data de matrícula do período desejado.

1.5. Designação após o completamento de Cursos Civis

a. Todos os oficiais que se valem de mais de 20 semanas de cursos sob os auspícios do Programa de Cursos Civis são normalmente designados por um período de três anos em uma função em que se utilize do curso feito (Período de utilização). Essas designações são feitas a fim de satisfazer as necessidades de oficiais especializados em determinadas áreas de estudos. Tais períodos podem ser interrompidos para o atendimento de cursos militares, missões de curta duração, ou outras funções que, à época, sejam consideradas como de maior interesse do serviço. Após o completamento de um "período de utilização", o oficial volta aos moldes normais de sua Arma ou Serviço, sem que isso impeça uma subsequente utilização de sua qualificação especial. Exceto para os oficiais do Serviço de Saúde do Exército, os do Corpo Jurídico e os Capelães, todas as transferências durante o "período de utilização" devem ser previamente submetidas ao Diretor de Pessoal.

b. Conquanto não haja "período de utilização" formal relacionado com a participação no Programa de Completamento de Diplomação, quaisquer qualificações adicionais através de cursos civis serão consideradas nas futuras designações e na carreira de um oficial.

c. A utilização de oficiais com diplomas de grau acadêmico é governada por dois tipos básicos de modelos de carreira. O primeiro se refere ao oficial que, após o completamento da educação civil avançada, é designado para um "período de utilização" e é depois designado para uma série de funções não necessariamente relacionadas com o seu campo de estudos. Normalmente tais oficiais podem esperar "períodos de utilização" adicionais, dependente das necessidades do serviço. Neste caso, o Exército procura obter dividendos diretos de seu investimento durante o "período de utilização" inicial e quaisquer posteriores designações. Além disso, benefícios diretos são obtidos do aprendizado avançado, pelos conhecimentos e qualificações adicionais que o oficial leva para suas posteriores designações, quaisquer que estas sejam. Um modelo de carreira deste tipo geralmente pode ser conduzido de forma efetiva pelas normas da Arma ou do Serviço básico do oficial.

d. O segundo modelo refere-se ao oficial que, após o completamento de seu "período de utilização" inicial, deseja outras designações em que serão empregadas suas qualificações especiais, em várias épocas de sua carreira. Esses oficiais podem indicar as designações de sua preferência de acordo com o Formulário DA 483 (Declaração de Preferência de Designações de Oficiais). Nas áreas em que o Departamento do Exército tenha estabelecido um Programa de Carreira Especial (Cap 8), o oficial pode abraçar tal carreira especial, apresentando-se como voluntário. O oficial que tenha sido diplo-

mado poderá ser designado novamente para uma função que exija competência em sua principal área de estudos, dependendo da necessidade do serviço e da sua vontade, nessa ordem de prioridade. Tais oficiais necessitam de orientação específica, a fim de manterem as qualificações de sua Arma ou Serviço de origem e a eficiência no campo de seus estudos avançados. Quando um oficial é designado para uma função em que empregue suas qualificações científicas ou similares, deve assumir a responsabilidade de conservar-se a par de novas idéias e tendências básicas em sua Arma ou Serviço. Semelhantemente, o "usuário" de seus conhecimentos avançados deve auxiliá-lo, proporcionando-lhe orientação periódica sobre sua Arma ou Serviço, ou providenciando para que frequente um curso de atualização. Medidas similares mantê-lo-ão informado dos últimos eventos de seu campo científico quando o oficial dispuser de qualificação avançada. O modelo imaterial de carreira da Arma ou Serviço não é necessariamente incompatível com o modelo material. Por exemplo, um artilheiro que deseja concentrar-se no campo de energia atômica, ou o oficial de material bélico que deseja dedicar-se à pesquisa e ao desenvolvimento (P & D), receberão designações em duas áreas que se apóiam mutuamente. Um oficial de material bélico que participe em um programa de P & D poderia servir unicamente em funções de material bélico.

e. Os oficiais que adquirem conhecimentos avançados de um assunto serão designados para funções de comando e de administração em que a posse desses conhecimentos aumente suas qualificações gerais como profissional. Por exemplo, um oficial diplomado ou um voluntário no programa de P & D, que no posto de capitão serviu como cientista num laboratório de energia atômica poderá, quando chegar a oficial superior, exercer as funções de oficial de testes, fazendo aplicação específica da energia atômica ao armamento do Exército. Mais tarde, subindo na hierarquia, poderá dirigir um importante laboratório ou instalação. Assim, no período coberto por uma carreira, o modelo e a seqüência de designações abrangerão funções, não só como cientista prático ou de laboratório, mas, também como administrador de um Programa científico.

1.6. *Obrigações Militares.* Os oficiais aceitos para o aprendizado em uma instituição civil e incluídos no Programa de Complementamento de Diplomação, são obrigados a permanecer no serviço ativo por um determinado número de anos após o final do curso, a não ser que, antes disso, sejam dispensados por conveniência do Governo. Todo oficial selecionado para participar do Programa de Cursos Civis por um período superior a 20 semanas deverá permanecer no serviço ativo por períodos sucessivos de 2 anos para cada ano do curso (ou fração), a contar do término deste. De qualquer modo, o período obrigatório de permanência no serviço ativo, para esse tipo de programa, nunca será inferior a três anos. Os oficiais que parti-

ciparem do Programa de Completamento de Diplomação permanecerão no serviço ativo por dois anos após o final do curso. Os oficiais que se valerem do programa de auxílio de despesas para os cursos sem prejuízo do serviço assumirão igualmente a obrigação de permanência por um período de dois anos. Nenhuma obrigação de serviço está associada com o recebimento de auxílio educacional para cursos sem prejuízo do serviço sob os auspícios da Lei de Benefícios para o Reajustamento de Veteranos, de 1966, ou da Lei de Pensões e Auxílio de Reajustamento para Veteranos, de 1967.

P. 2 — Quais os principais planos existentes no Exército para atender a sua estruturação e equipamento e qual o papel das OM na elaboração desses planos?

R. — Os principais planos existentes no Exército, são os seguintes:

- Plano Diretor do Ministério do Exército
- Programa Global do Ministério do Exército
- Orçamento Plurianual de Investimentos (OPI)
- Orçamento-Programa (OP)

}	Plano de Trabalho
}	Plano de Ação do Ministério do Exército
- Plano Quinquenal do Fundo do Exército.

O Plano Diretor do Exército é o farol, é o guia de todos os outros planejamentos. Ele determina a estrutura das Forças Terrestres que atenda às nossas necessidades militares, sem levar em conta tetos orçamentários arbitrários ou predeterminados.

O Programa Global do Ministério do Exército traduz a estrutura ideal dessas Forças Terrestres em objetivos concretos, procurando atingir o equilíbrio do desejável com o viável, distribuindo, cuidadosamente, os recursos disponíveis, de modo a obter o máximo de poderio útil de combate. Esta é a parte crítica do sistema: a formulação das diversas metas do Programa.

O Orçamento Plurianual de Investimentos (OPI) é a expressão financeira dos programas setoriais, consideradas, exclusivamente, as despesas orçamentárias de capital.

O Orçamento-Programa (OP) é a forma de, anualmente, o Ministro estabelecer os programas, subprogramas, projetos e atividades que serão executados no ano seguinte, demarcando, inclusive, a etapa do OPI a ser cumprida.

Do Orçamento-Programa, decorrem o Plano de Trabalho das Diretorias e o Plano de Ação do Ministério do Exército.

Os Planos de Trabalho das Diretorias (Plano de Obras, de Fabricação, de Aquisição, etc) são elaborados com base nos dados constantes dos projetos e atividades do Orçamento-Programa e do OPI (Orçamento Plurianual de Investimento), acrescidos de informações complementares julgadas necessárias, tais como:

- distribuição de material pelas unidades;
- local de execução física do projeto ou atividade;
- cronograma de execução física e financeira do exercício considerado;
- outras informações peculiares a cada plano.

O Plano de Ação do Ministério do Exército é um documento que reúne os Planos de Trabalho das Diretorias, expressando a etapa anual das realizações do Ministério do Exército destinada a concretizar o Plano Diretor do Exército.

O Plano Quinquenal do Fundo do Exército é a expressão financeira de programas específicos, considerados apenas os recursos anualmente destinados ao F Ex como dotação orçamentária.

As OM está reservado um papel importante na elaboração dos planos do Exército: Cabe-lhes levantar as necessidades do conjunto de atividades referentes ao seu funcionamento (Vida Vegetativa) e ao seu crescimento normal.

P. 3 — Como é elaborado o Orçamento do Ministério do Exército?

- R. — 1) Inicialmente, o Ministro, com base nas Diretrizes Governamentais e assessorado pelo Conselho Superior de Economia e Finanças (CONSEF), baixa as Diretrizes Ministeriais, que visam a orientação a ser seguida na elaboração da proposta orçamentária. Exemplo: Portaria Ministerial n.º 373-GB, de 1 Set 69;
- 2) Em função dessas Diretrizes, o EME prepara as Instruções aos Órgãos Orçamentários (Departamentos) e de Coordenação (no caso dos Corpos de Tropa, são as Regiões Militares). Exemplo: Portaria Ministerial número 397-GB, de 10 Set 68;

- 3) Os órgãos acima baixam normas de execução às OM que lhes estão vinculadas. Exemplo: Normas para Execução da Elaboração Orçamentária de 1971, do DGP;
- 4) As OM levantam as suas necessidades ESPECIFICAS e de FUNCIONAMENTO — de acôrdo com o seu planejamento para uma determinada faixa de tempo (três anos, por exemplo).

Se a sua OM não tiver êste planejamento, será de grande valia fazê-lo.

Ao preencher as fichas apropriadas, não se esqueça de estabelecer as prioridades para suas metas.

Se você é comandante de Corpo de Tropa, a via enviada para a sua GU servirá para que seu chefe imediato interceda junto à RM e ao Exército no estabelecimento da prioridade de sua OM.

- 5) Recebidas as fichas, os órgãos de coordenação (consulte o anexo n.º 2 à Port. 397/69, para saber qual é o seu), fazem o seguinte:

(a) Quanto às necessidades específicas:

- Estabelecem PRIORIDADE de atendimento;
- Cancelam as julgadas fora da realidade orçamentária;
- Envia-nas à Diretoria interessada.

(b) quanto às necessidades de funcionamento:

- Ajustam os valores, de modo a obter tratamento proporcional para as UA;
- Consolidam-nas e enviam ao órgão orçamentário responsável pela atividade "Funcionamento das OM".

Quando o órgão coordenador é a RM, ela deve observar as determinações do Comandante do Exército respectivo, as sugestões de cada Cmt GU e o conhecimento próprio que tem das OM de sua área. Os outros órgãos coordenadores devem proceder da mesma forma.

- 6) As Diretorias recebem das RM e dos outros órgãos coordenadores, as necessidades ESPECIFICAS das OM. Dentro do critério de distribuição de recursos fixados anteriormente, elaboram os projetos e atividades de

sua responsabilidade, consolidando-os em uma espécie de "subprogramas setoriais" que são remetidos aos Departamentos.

Os Comandantes de Exército ainda têm a possibilidade de atuar nesta fase buscando satisfazer os interesses de suas OM.

- 7) Ao receberem os "subprogramas setoriais", os Departamentos enquadram-nos em seus próprios planejamentos setoriais, baseados em prioridades gerais estabelecidas pelo EME e no levantamento das Necessidades Específicas, feitas pelas OM. Deste trabalho resulta uma forma de "Programa Setorial" de cada Departamento, que é remetido ao EME.
- 8) O EME, com base nas Diretrizes do Ministro e no Planejamento Geral do Exército, estabelece as prioridades para o atendimento das necessidades das OM e coordena os "Programas Setoriais" dos Departamentos e demais Órgãos Orçamentários, reajustando os créditos racionalmente, pelos vários Projetos e Atividades.

Esta coordenação é submetida à aprovação do Ministro do Exército e remetida ao Ministério do Planejamento.
- 9) O Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, feita a coordenação com as propostas dos outros Ministérios, envia, finalmente, a Proposta Orçamentária ao Congresso.
- 10) Sancionado pelo Presidente da República, poderá ainda o Orçamento estar sujeito a contenção e diferimento, o que reduz o "quantum" de que iríamos dispor. Isso obrigará a um reajuste nos diferentes projetos e atividades.

O Plano Quinquenal do Fundo do Exército é elaborado de forma semelhante, recebendo anualmente uma dotação consignada no Orçamento do Ministério do Exército, mas não vai ao Congresso, sendo aprovado pelo Presidente da República.

HOMENAGEM

Ten Cel Ref JOÃO CAPISTRANO MARTINS RIBEIRO

O Diretor-Presidente de A DEFESA NACIONAL, na oportunidade em que o Ten Cel Ref CAPISTRANO deixa, por livre e espontânea vontade, as funções de Diretor-Tesoureiro no Conselho de Administração de nossa revista, resolve prestar-lhe singela homenagem como preito de gratidão pelo muito que fez em proveito da mesma, para quem trabalhou ininterruptamente desde abril de 1952.



Praça de 2 de outubro de 1908 — filho de Arnaldo Vândio Lopes Ribeiro e de Dona Rosalina Martins Ribeiro; nasceu em 23 de outubro

de 1891, em Anajatuba, Maranhão. Promovido a 2.º Tenente Intendente em 30 de junho de 1920, foi exercer as funções de Tesoureiro da 8.ª Bateria de Artilharia de Costa em Florianópolis. Com aprovação em concurso foi matriculado na Escola de Intendência em 1921 e ao terminar o Curso, foi classificado no Serviço Central de Transporte da DIE. Em 1922 fez as manobras de quadro em Saicã, no Rio Grande do Sul. Com a revolução de São Paulo em 1924, foi servir no Destacamento General Rondon, na Gerência do Armazém de Campanha de Ponta Grossa no Paraná; em 1925 deixou essas funções para a de Regulador de Transporte de Cargueiros entre Clevelândia e Foz de Iguaçu. Com o deslocamento dos revolucionários para o Norte voltou a servir no Serviço Central de Transporte até 1931, quando foi transferido para o Serviço de Intendência da Circunscrição Militar de Mato Grosso, onde foi gerir o Armazém Militar de Campo Grande, passando a Chefia do Serviço de Subsistência em 1932, de onde saiu com a revolução de São Paulo, indo chefiar o Serviço de Intendência do Destacamento Nery da Fonseca, em Pôrto Murinho. Terminada a revolução, foi transferido para DGIE, sendo classificado em 1937 no Serviço de Intendência da 8.ª Região Militar. Em 1938 passou à Chefia do Serviço de Fundos Regional, de onde saiu em 1941 para matricular-se no Curso de Aperfeiçoamento de Intendência, que interrompeu por doença, com 3 meses de licença para tratamento de saúde. Em 16 de janeiro de 1942 foi transferido para a reserva de acôrdo com o art. 57 do Decreto-lei n.º 3.940 de 16 Dez 41. Em 8 Agº 41, lhe foram entregues o diploma, a medalha e a passadeira de ouro e respectiva fita, que lhe foram concedidas por decreto de 26 de junho do mesmo ano. De sua longa fôlha de serviços prestados ao Exército queremos ressaltar o seguinte louvor: "Cap Adm João Capistrano Martins Ribeiro, conheço-o há dezessete anos. Foi dêle que recebi a Chefia dêste SFR. Trata-se de um oficial completo em sua formação profissional, pois nenhum dos ramos do Serviço de Intendência tem segredos para êle (SIR, ES, EMI), além do de Fundos, onde, como nas outras em que tem servido, deixou o traço marcante de sua personalidade como administrador e conhecedor, em dia, da complexa legislação reguladora dos serviços públicos em geral e, no Ministério da Guerra, em particular. Como Chefe, é enérgico e sereno, sabendo pautar sua ação no equilíbrio criterioso do bom senso, da cordura e da bondade. Como colaborador e subordinado, é pelo seu labor e disciplina um exemplo indefectível para seus camaradas. Culto e modesto, sua roupagem moral e intelectual adorna-se com o encanto do tratamento afável com que seu cavalheirismo seduz a todos que dêle se aproximam, na vida militar, como no mundo civil, onde desfruta largo círculo das melhores relações. O SFR da 8.ª Região Militar deve em grande parte a racionalização dos métodos de sua administração, ao Cap Capistrano, que sabe ser, de par a tôdas essas virtudes, prestimoso e exemplar camarada."

É muito justo, portanto, que A DEFESA NACIONAL, fugindo a uma norma estatutária, aqui faça êste registro, desejando felicidades ao digno companheiro que ora se afasta de nosso convívio.

O PARQUE HISTÓRICO NACIONAL DOS GUARARAPES

Maj E I Armt
AMANDO DA COSTA MORAES

SUMÁRIO

1. Nos tambores.
2. Pernambuco na luta pela preservação da área histórica dos Guararapes.
3. A Revolução de 1964 dando os primeiros passos para a realização do sonho pernambucano.
4. O Presidente Médici manifesta a intenção de inaugurar em 1971 o Parque dos Guararapes.

1. NOS TAMBORES (*)

A epopéia pernambucana foi preparada por André Vidal de Negreiros, atraindo para ela o apoio dos grandes senhores de engenho do Nordeste. Enquanto agia este patriota, o Governador da Bahia fazia seguir para o interior de Pernambuco uma força sob o comando de Antônio Dias Cardoso que contava com o concurso de Felipe Camarão e Henrique Dias.

A insurreição pernambucana foi deflagrada em 13 de junho de 1645 e já a 3 de agosto o Sargento-Mor Antônio Dias Cardoso batia no Monte das Tabocas (Vitória de Santo Antão — PE) os 1.500 homens do Coronel Henrique Haus.

João Fernandes Vieira, que se tornou o "Chefe dos Independentes", marchou sobre o Recife fazendo capitular o inimigo no Engenho de Nassau (Bairro de Casa Forte), caindo, pouco depois, os fortes de Sirinhaém, Nazaré e Maurício em poder das forças luso-brasileiras.

O ano de 1647 não foi propício para os nossos, pois a 10 de agosto Segismundo Von Schkopp se apoderou da ilha de Itaparica, onde perdemos 630 homens.

A 19 de abril de 1648, 3.500 pernambucanos, comandados pelo Mestre-de-Campo General Francisco Barreto de Menezes, sem artilharia,

(*) Guararapes quer dizer "nos tambores".

derrotam 5.000 holandeses, com 6 canhões, na primeira grande Batalha dos Guararapes; e em 19 de fevereiro de 1649 o mesmo Francisco Barreto de Menezes, desta vez comandando 2.600 bravos patriotas, ganhou a segunda Batalha dos Guararapes, enfrentando 3.500 combatentes, ainda com 6 peças de artilharia.

Felipe Camarão, que participou da primeira Batalha, faleceu em 24 de agosto de 1648 enquanto Henrique Dias morreu em consequência de graves ferimentos recebidos na segunda Batalha.

Não dispondo de força naval para o apoio, não pôde o Mestre-de-Campo Francisco Barreto de Menezes ocupar o Recife após a segunda Batalha. Entretanto, reduzidos somente aos fortes da bela capital nordestina, que foram sendo sucessivamente tomados pelos pernambucanos, não contando mais com reforços do interior, e estando bloqueado o pôrto do Recife pelo Almirante Francisco de Brito Freire, Segismundo Von Schkopp assinou a capitulação da Campina do Tabora, a 26 de janeiro de 1654.

Em 23 de agosto de 1656, em memória das vitórias alcançadas nos Guararapes, o Mestre-de-Campo General Francisco Barreto de Menezes fez erguer a Capela votiva de N.S. dos Prazeres, por ter sido travada a primeira Batalha na véspera do dia consagrado àquela Santa.

Barreto de Menezes recebe o terreno onde ergueu a Capela por doação feita pelo Capitão Alexandre Moura e em 8 de novembro de 1656 cedeu, em caráter definitivo, o imóvel e o Santuário aos beneditinos.

É fora de dúvida que as invasões holandesas despertaram no Brasil o sentimento de patriotismo e propiciaram a união das 3 raças da Colônia, até então desunidas. A insurreição pernambucana contra os holandeses constitui um dos marcos da unidade e formação territorial da nossa Pátria.

Os montes dos Guararapes simbolizam tôda a epopéia do bravo povo pernambucano e mostram o nascimento do Brasil como pátria de um povo livre. As palavras do então General Mascarenhas de Moraes, em 9 de julho de 1945, ao retornar vitorioso da Europa, atestam a grandeza dos Guararapes na formação cívica da Pátria Brasileira:

“Nestas colinas sagradas, na batalha vitoriosa contra o invasor, a força armada do Brasil se forjou, e alicerçou para sempre a base da Nação Brasileira. Na qualidade de Comandante da Força Expedicionária Brasileira, deponho no Campo de Batalha dos Guararapes, os louros que os soldados de Caxias alcançaram contra as tropas germânicas nos campos de batalha da Itália”.

2. PERNAMBUCO NA LUTA PELA PRESERVAÇÃO DA ÁREA HISTÓRICA DOS GUARARAPES

Em março de 1938 o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomba, como monumento artístico, a Igreja de N.S. dos Prazeres e, dez anos depois, os montes e o santuário são considerados Monumento Nacional.

No período de 1949-1953 um projeto de loteamento próximo à área histórica dos Guararapes dá margem a uma longa discussão que se prolonga por dez anos envolvendo o Mosteiro de São Bento, o Governo de Pernambuco, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP), o 1.º Distrito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), a Comissão do Tricentenário da Restauração de Pernambuco e a Prefeitura de Jaboatão. A questão era saber se o loteamento afetava ou não os terrenos históricos dos Guararapes.

O Governador Etelvino Lins, em novembro de 1954, constitui uma Comissão Arbitral para locar o campo histórico das Batalhas dos Guararapes. Nessa Comissão colaboraram o IAHGP, a DPHAN e em 1955 foi designado para integrá-la o então Ten Cel Lauro Alves Pinto. O ano de 1955 foi rico em acontecimentos ligados aos Guararapes. Em março o IAHGP requer à DPHAN o tombamento, em caráter de urgência, da área histórica dos Guararapes; em maio o Deputado Federal Nilo Coelho apresenta na Câmara Federal Projeto de lei autorizando o Poder Executivo a declarar de utilidade pública os terrenos onde se travaram aquelas memoráveis batalhas; em junho o Conselho Consultivo da DPHAN, por unanimidade, acolhe o requerimento do IAHGP no sentido de que fôsse tombado o Campo das Batalhas dos Guararapes. O Conselho determina a demarcação definitiva do Campo; em julho o Abade do Mosteiro de São Bento interpõe recurso contra o tombamento; em dezembro o Conselho Consultivo da DPHAN rejeita, por unanimidade, a impugnação e em maio de 1956 o Juiz da 1.ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro denega o Mandado de Segurança impetrado pelo Abade do Mosteiro de São Bento contra o tombamento.

Em 1959 a Assembléia Legislativa de Pernambuco consigna um voto de louvor à DPHAN e ao IAHGP pelo denôdo com que se bateram pela preservação dos lugares históricos dos Guararapes. Igual medida foi tomada pela Câmara de Vereadores do Recife.

Em setembro é encaminhado à DPHAN o relatório da Comissão de Demarcação da Área, que foi presidida pelo Prof. José Antônio Gonçalves de Melo do IAHGP e integrada pelo Eng. Ayrton de Almeida Carvalho, Chefe do 1.º Distrito da DPHAN, Prof. Jordão Emerenciano, do Governo do Estado de Pernambuco e pelo então Cel Lauro Alves Pinto.

O ano de 1961 marca o início da invasão de posseiros e a necessidade de proteção dos locais históricos.

No ano seguinte o saudoso General Humberto de Alencar Castello Branco, após visitar os Montes Guararapes, como Comandante do IV Exército, atendendo solicitação do Chefe do 1.º Distrito da DPHAN, acerta medidas de proteção contra invasões de construtores clandestinos de casas e mocambos. O problema da invasão se agrava. O Abade do Mosteiro de São Bento e o Chefe do 1.º Distrito da DPHAN solicitam ao Diretor-Geral da DPHAN intervenção do Governo Federal contra a invasão organizada nos terrenos dos Guararapes. A imprensa pernambucana publica diversos artigos e entrevistas dos intelectuais pernambucanos contra a invasão sistemática das áreas históricas por construtores de casas clandestinas.

Finalmente, a 25 de março foi publicado o Aviso n.º 226/63, do Ministro da Guerra, determinando ao Comandante do IV Exército a proteção da área histórica dos Guararapes.

3. A REVOLUÇÃO DE 1964 DANDO OS PRIMEIROS PASSOS PARA A REALIZAÇÃO DO SONHO PERNAMBUCANO

Vitoriosa a revolução brasileira de 1964, não foi possível nenhuma iniciativa imediata quanto ao Parque dos Guararapes, mas em 16 de novembro de 1965 o Presidente Castello Branco em Decreto n.º 57.273, declara de utilidade pública os terrenos onde foram travadas as citadas batalhas, ficando o Ministério da Educação e Cultura (MEC) autorizado a promover a desapropriação daqueles terrenos, que pelo mesmo decreto deveriam constituir um Parque Público.

A Lei n.º 5.040, de 21 de junho de 1966, autorizou o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 360.000.000,00 para atender às despesas de desapropriação.

Finalmente, em 7 de outubro de 1966, o Presidente Castello Branco usou a autorização legislativa e assinou o Decreto n.º 59.572 abrindo o crédito especial para atender as despesas com a desapropriação dos terrenos.

4. O PRESIDENTE MÉDICI MANIFESTA A INTENÇÃO DE INAUGURAR EM 1971 O PARQUE DOS GUARARAPES

A 10 de maio de 1970 o Presidente da República inaugura o Parque Histórico Marechal Manoel Luiz Osório, no km 16 da Estrada Osório — Tramandai e, naquela oportunidade, manifesta ao Gen Candal, então Comandante do IV Exército, o desejo de inaugurar em breve o Parque Histórico Nacional dos Guararapes. Era assim dada ao IV Exército a missão de possibilitar essa inauguração.

Chegando ao Recife o Gen Candal retomou os trabalhos procedidos por seus antecessores, criando diversos grupos de trabalho para estudar a viabilidade da implantação do Parque. Inicialmente foi estabelecida

para inauguração de uma primeira fase irreversível a data de 19 Fev 71, aniversário da 2.^a Batalha dos Guararapes.

Cumpra ressaltar aqui os grandes esforços desenvolvidos pelo Gen Malan em 1968, quando mandou realizar minuciosos estudos visando à construção do Parque, o que não conseguiu somente por falta de recursos.

Coroando os esforços do IV Exército junto à Delegacia do Serviço do Patrimônio da União em Pernambuco, foi lavrada a escritura de desapropriação, em 25 de agosto de 1970, transferindo ao Patrimônio da União os históricos terrenos onde se travaram as Batalhas dos Guararapes e, no mês seguinte, o Gen Candal passou às mãos do Ministro do Exército o resultado de seus estudos sobre a implantação do Parque.

Dessa exposição verifica-se que para a inauguração do Parque seria necessário um Plano Diretor capaz de coordenar todas as atividades desenvolvidas. A elaboração desse plano, como era natural, foi atribuída ao MEC, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional através do 1.^o Distrito, em Pernambuco. Além do Plano Diretor o MEC deveria fazer o melhoramento do Santuário de N. S. dos Prazeres, o início de remoção de 1.400 casas existentes na área de 225 ha do Parque e promover publicações históricas relativas às Batalhas.

Ao Ministério dos Transportes deveria ser solicitada a construção de uma rodovia no interior do Parque; ao Ministério da Agricultura, por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o cercamento da área e o Ministério do Exército seria encarregado da construção do Monumento Principal dos Guararapes, obra grandiosa, em que se procurará marcar o extraordinário sentido cívico das batalhas ali travadas. Um concurso nacional, financiado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, (SUDENE), deveria premiar o melhor projeto para o Monumento.

O Gabinete do Ministro do Exército, entendendo que era essencial a expedição de um diploma legal dispondo sobre a estruturação jurídico-administrativa do Parque e o emprêgo dos recursos aplicáveis na sua criação e manutenção, promoveu as ligações com os Ministérios envolvidos e mais os Ministérios da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral.

O Ministro dos Transportes determinou a imediata execução das obras solicitadas: uma rodovia com pista de 7m, faixa total de 14m e quatro estacionamentos para veículos, com custo orçado em Cr\$ 2.000.000,00.

O Ministério da Agricultura informou que o INCRA aquiesceu em contribuir com a parcela de Cr\$ 100.000,00 destinada ao cercamento do terreno, com cerca mista de arame e vegetal.

O Ministério do Planejamento e Coordenação Geral designou o Prof. José Rodrigues Senna, Diretor-Geral da Reforma Administrativa, para coordenar o Projeto Guararapes. Diversas reuniões foram promovidas no

Escritório da Reforma Administrativa, contando com representantes do Ministério do Planejamento, do MEC, do Ministério do Interior e do Gabinete do Ministro do Exército. Desses trabalhos resultou minuta de decreto criando o Parque Histórico Nacional dos Guararapes, dando-lhe a necessária estruturação, e prevendo a forma de atribuir-lhe os necessários recursos.

Um dos problemas principais para a sua implantação é, sem dúvida, a remoção das 1.400 casas que existem nas áreas desapropriadas. Atribuir, meramente, ao MEC o encargo de remover essas casas seria criar um problema insolúvel. Por isso a minuta de decreto previu a participação do Banco Nacional da Habitação (BNH), nos anos de 1971 e 1972, através da construção de um núcleo residencial, com unidades de módico preço, para atender à remoção das casas, obedecidas as normas da política habitacional do Governo.

Imediatamente, as obras da ampla rodovia, que contorna o Parque em circuito fechado de mão única, foram iniciadas, a cargo do DER/Pernambuco.

A Prefeitura do Recife passou a executar no outeiro gêmeo da Igreja dos Prazeres um piso retangular em lajes de granito natural, onde serão implantados o grande mastro para a Bandeira Nacional e um muro de concreto para a fixação de placas comemorativas.

O INCRA realizou o cercamento do Parque além de colaborar com a SUDENE, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a 2.ª Zona Aérea no levantamento topográfico da região.

A Congregação da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco, julgando de grande importância a construção do Parque para a cultura brasileira em geral e, de modo particular, para consolidação dos valores históricos e artísticos que, no "Leão do Norte", testemunharam o nascimento e a formação da nacionalidade e da cultura brasileiras, resolveu oferecer ao IPHAN seu total apoio.

Foi também considerado pela Congregação que o planejamento do Parque abrangerá uma problemática habitacional interessante para debate pelos Centros de Estudos e Promoção Habitacional e de Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura.

Outros aspectos como a pesquisa histórica e estudo sobre a arquitetura do século XVII em Pernambuco, a paisagem local, cenário das batalhas, o projeto de restauração da igreja, os projetos dos novos edifícios que serão implantados, o plano geral e o tratamento paisagístico, são temas gerais do interesse da Faculdade de Arquitetura.

Dirigindo-se ao Sr. Ministro da Educação e Cultura o Diretor do IPHAN informa que as obras de restauração e melhoria da Igreja N. S.

dos Prazeres poderiam ser atendidas com verbas orçamentárias, mas que de forma alguma o Instituto poderia arcar com o problema de remoção das casas.

O Chefe do 1.º Distrito do IPHAN, utilizando a oferta da Faculdade de Arquitetura, poderá ajustar a elaboração do Plano Diretor por conta de recursos de dotação referente a despesas de pessoal, que acaba de ser liberada.

Na manhã de 28 de dezembro de 1970, foi inaugurado o obelisco construído pela Prefeitura do Recife contendo uma placa de bronze com um trecho do discurso do Marechal Mascarenhas de Moraes ao regressar da Itália.

Foi uma bela cerimônia cívica que contou com seleta assistência e numerosas autoridades civis, militares e eclesiásticas.

O IV Exército abriu Concurso Público Nacional de Arquitetura para o projeto do Monumento Principal e Entrada Monumental do Parque. As inscrições se encerraram em 8 de fevereiro de 1971 nas sedes dos Departamentos e Delegacias dos Institutos dos Arquitetos do Brasil.

Para esse Concurso o Ministro do Exército autorizou a assinatura de convênio com a SUDENE, que fará o financiamento dos prêmios de Cr\$ 15.000,00 para o primeiro colocado; Cr\$ 5.000,00 para o segundo e Cr\$ 3.000,00 para o terceiro.

A inauguração da 1.ª fase de implantação do Parque poderia ser feita em 19 Fev 71, entretanto, a importância para os recifenses das festas de carnaval e o afastamento da cidade de inúmeras personalidades por ocasião daqueles festejos populares, aconselharam que a solenidade fosse transferida para 19 Abr 71, aniversário da 1.ª Batalha dos Guararapes, quando o Presidente Emilio Garrastazu Médici comparecendo ao Recife, em mais uma Mensagem grandiosa à Nação, transforma em realidade velho sonho acalentado por diversas gerações de patriotas pernambucanos.

"A DEFESA NACIONAL"

O Sr. Ministro do Exército, em Aviso n.º 373-D/6-GB, de 25 de novembro de 1968, resolveu reiterar o Aviso n.º 99, de 21 Jan 47, a respeito da importância e da significação que tem A DEFESA NACIONAL, o cujo teor é o seguinte:

1. Reiterando, vinte e um anos depois, os conceitos e as recomendações do Aviso n.º 99, de 21 Jan 47, do então Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa, a respeito da importância e da significação que tem A DEFESA NACIONAL para a cultura profissional e geral dos militares do Exército, cumpre o dever de congratular-me com a sua atual Diretoria pelos beneméritos esforços que está empreendendo para a consolidação do prestígio crescente dessa mais antiga e mais conceituada Revista brasileira de assuntos militares e gerais.

2. Ela continua a merecer não apenas o apoio da Alta Direção do Exército, como, particularmente, o interesse e a contribuição de todos os oficiais, subtenentes e sargentos, como fator preponderante da atualização dos conhecimentos e dos estudos imprescindíveis ao preparo próprio, o que constitui não apenas amor à profissão, como virtude militar, em todos os Exércitos.

3. Os que são assinantes, leitores e colaboradores de A DEFESA NACIONAL recomendam-se, por isso mesmo, como militares preocupados com o seu próprio preparo profissional e com o prestígio da cultura do Exército.

4. Esta recomendação deve ser transmitida, obrigatoriamente, nos boletins internos de todos os escalões de comando e de administração do Exército."

(Av. n.º 373-D/6-GB, de 25 Nov 68, do Ministro do Exército.)

Preço deste exemplar

Cr\$ 3,00

S. Ge. Ex.
IMPRENSA DO EXERCITO
Rio de Janeiro — 1971